



RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

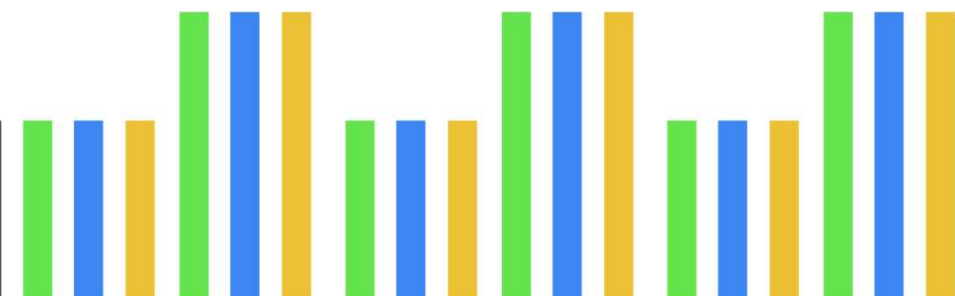
Janeiro - junho





Sumário

1.	<u>Visão geral organizacional e ambiente externo</u>	04
	<u>1.1. Identificação, missão e visão</u>	<u>05</u>
	<u>1.2. Ambiente externo</u>	<u>06</u>
	<u>1.3. Estrutura organizacional</u>	<u>06</u>
	<u>1.4. Estrutura de governança</u>	<u>11</u>
	<u>1.5. Cadeia de Valor</u>	<u>11</u>
	<u>1.6. Políticas e programas de governo</u>	<u>12</u>
2.	<u>Gestão de riscos, oportunidades e perspectivas</u>	15
	<u>2.1. Gestão de riscos e controles internos</u>	<u>16</u>
	<u>2.2. Principais ações do plano de integridade 2022</u>	<u>17</u>
	<u>2.3. Implementação da metodologia de gestão de riscos nos processos de trabalho</u>	<u>18</u>
	<u>2.4. Atuação correcional</u>	<u>19</u>
3.	<u>Governança, estratégia e desempenho</u>	22
	<u>3.1. Ciclo de Gestão Estratégica 2022 – Primeiro Semestre</u>	<u>23</u>
	<u>3.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor</u>	<u>32</u>
	<u>3.3. Resultados e desempenho da gestão</u>	<u>33</u>
	<u>3.3.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão</u>	<u>33</u>
4.	<u>Informações orçamentárias, financeiras e contábeis</u>	74
5.	<u>Anexos e apêndices</u>	77
	<u>5.1. Lista de siglas e abreviações</u>	<u>78</u>



Mensagem do Ministro **Marcelo Sampaio Cunha Filho**

Com este Relatório de Gestão, o primeiro semestral, inauguramos um novo modelo de prestação de contas, mais periódico, com vistas a dar maior publicidade das políticas, ações e práticas desse ministério.

Antes anual, pretende-se, em seguida, estabelecer periodicidade similar às práticas empresariais, com oferecimento de informações trimestrais consolidadas aos acionistas, para que os sócios do ministério da infraestrutura, todos os brasileiros, possam escrutinar nossos resultados, assim como os órgãos de controle, braços da sociedade para acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos públicos.

Os temas constantes deste relatório são tanto os que produziram maior impacto para a sociedade no período, para garantia da operação racional e segura dos transportes de bens e pessoas, como aqueles referentes à modernização dos marcos legais e regulatórios, alinhados aos objetivos estratégicos da Pasta, por meio de estrutura recomendada na Instrução Normativa TCU nº 84/2020.

Temos um desafio a ser superado: a falta de recursos públicos para levar a cabo os projetos que o Brasil precisa. Para isso, temos usado como princípio a necessidade de incrementar a participação privada nos investimentos em infraestrutura, além da criação de novos formatos de concessão e fontes de financiamento, como as rodadas de concessão reunindo aeroportos superavitários e deficitários, as contas vinculadas às concessões, além dos investimentos cruzados. Também nesse espírito, propusemos as modernizações dos marcos legais dos setores de ferrovias, navegação e aéreo.

Estamos olhando para frente, firmes na busca do equilíbrio da matriz de transportes, por meio da priorização de projetos mais sustentáveis, da redução dos custos logísticos, do incremento da competitividade e a ampliação da conectividade em todas as regiões do país.

Com isso, a contar de 2019, atingimos o patamar de 84 ativos transferidos e a expressiva cifra de R\$ 99 bilhões de reais em investimentos contratados, o que vai representar, no final das contas, a geração de mais 1,2 milhão de empregos.



1.



Visão geral
organizacional e
ambiente externo

1.1 Identificação, missão e visão

O Ministério da Infraestrutura (MInfra) é o órgão central da Administração Pública Federal Direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais de trânsito e de transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário.

Ocupa-se, ainda, dentre outras atribuições: (i) da formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres e execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e das instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres; (ii) da formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor de portos e das instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres; (iii) da participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimento em transportes; e (iv) da elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica.

De forma geral, as competências do MInfra estão estabelecidas no art. 35 da Lei 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e no art. 1º, Anexo I, do Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, que trata da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério.

Em 2019, foi criado o Ministério da Infraestrutura que sucedeu o extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e absorveu as atribuições do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) do então Ministério das Cidades. Com a edição do Decreto nº 10.788/2021, foi criada, no Ministério da Infraestrutura, a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), órgão máximo executivo de trânsito da União, a quem cabe exercer as competências estabelecidas no art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

Quando da atualização do planejamento estratégico para o período de 2019 a 2022 e da elaboração do correspondente Mapa Estratégico - aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança (CEG) - o Ministério da Infraestrutura instituiu sua nova missão e visão:



1.2 Ambiente externo

Os órgãos públicos e privados estão sujeitos a variáveis externas que podem abalar a performance das suas atividades e a forma como são planejadas. Essas variáveis podem ser econômicas, políticas, ambientais, tecnológicas, legais e sociais. Mudanças significativas no ambiente externo, que normalmente está fora do controle da organização, podem impactar significativamente a execução da estratégia desenhada, forçando as entidades a se reinventarem.

Ao contrário dos dois últimos anos, com o avanço da vacinação, a pandemia do Coronavírus teve um recuo neste primeiro semestre de 2022, o que representou o início da retomada da atividade econômica na maioria dos países. Agora, o cenário é de enfrentamento das consequências para a saúde pública e para a economia, com expectativa de crescimento da atividade em nível global, mesmo que ainda com incertezas e problemas, como o aumento da inflação causado pelo descompasso entre oferta e demanda a nível internacional. O início de conflitos armados no leste europeu se apresentou como desafio adicional neste primeiro semestre de 2022, com impactos na cadeia de vários suprimentos, em especial nos setores de óleo e gás, fertilizantes e produtos agrícolas.

Apesar do recuo, os efeitos da pandemia da Covid19 ainda impactaram significativamente a gestão do MInfra. Contudo, esses efeitos se apresentam paulatinamente menores sob uma perspectiva de curto prazo.

No setor aéreo, os níveis de demanda e oferta no mercado doméstico apresentaram-se em patamares próximos daqueles registrados no ano de 2019, enquanto o mercado internacional apresenta um padrão de retomada mais lenta, sob efeitos do câmbio desfavorável ao Real e impactos da redução da oferta de petróleo devido ao conflito no leste europeu.

Nesse sentido, destaca-se que as medidas emergenciais previamente adotadas para a aviação civil brasileira, por meio da edição da Lei nº 14.034/2020, tornaram-se prescindíveis, ocorrendo o fim da vigência da flexibilização para pagamento de reembolsos e concessão de créditos em 31 de dezembro de 2021.

A estratégia adotada pelo MInfra nos últimos anos, qual seja, a de transferir ativos para a iniciativa privada e manter a gestão eficiente dos recursos públicos no âmbito de um cenário de restrição fiscal vêm se mostrando acertada. Pode-se afirmar que o Brasil possui o maior programa de parcerias de investimentos com a iniciativa privada de sua história. Programa que já é uma realidade e está em franca execução. Somente na área de infraestrutura de transporte, já foram realizados 84 leilões/prorrogações, com imensa quantia de recursos em investimento previstos para os próximos anos.

1.3 Estrutura organizacional

A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, estabeleceu nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, na qual foi criado o Ministério da Infraestrutura, integrando atribuições do extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) do então Ministério das Cidades. No § 1º do art. 1º da Lei nº 13.844/2019, foi estabelecido que o detalhamento da organização dos órgãos de que trata essa Lei será definido nos decretos de estrutura regimental.

O decreto de estrutura organizacional do Ministério da Infraestrutura mais recente é o **Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021**. Tal normativo é fruto de atualizações de vários decretos, todos revogados: (i) Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; (ii) Decreto nº 9.684, de 14 de janeiro de 2019; e (iii) Decreto nº 10.368 de 22 de maio de 2020. A principal alteração do novo Decreto foi a transformação do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) em Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), agora integrante da alta administração do Ministério da Infraestrutura, que terá uma estrutura mais robusta composta por três Departamentos: (i) Gestão da Política de Trânsito; (ii) Segurança no Trânsito; e (iii) Regulação e Fiscalização.

As atualizações dos decretos citados, inclusive do atual Decreto nº 10.788/2021, decorreram de aprimoramentos da organização, com vistas a melhorar o desempenho institucional de modo a garantir o alcance dos objetivos estabelecidos com foco na geração de valor para a sociedade, e tiveram como pressupostos: (i) a melhoria das condições de funcionamento a fim de obter melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais; (ii) o fortalecimento da capacidade institucional; e (iii) a mitigação dos riscos de sobreposição de competências identificados.

As responsabilidades do Ministério são compartilhadas com as suas entidades vinculadas, sendo algumas executoras, a exemplo do DNIT, da VALEC, da INFRAERO, da EPL, e das COMPANHIAS DOCAS) e outras regulatórias do setor (ANTT, ANTAQ e ANAC), assim classificadas:

a) Autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e
4. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

b) Empresas Públicas:

1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
2. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária;
3. EPL - Empresa de Planejamento e Pesquisa;
4. Companhia Docas do Pará (CDP);
5. Companhia Docas do Ceará (CDC);
6. Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
7. Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA);
8. Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);

9. Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e
10. Autoridade Portuária de Santos S. A. (Santos *Port Authority* - SPA).

Integram a estrutura básica do Ministério cinco Secretarias finalísticas:

1. Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC);
2. Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA);
3. Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT);
4. Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP); e
5. Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN).

e seis Conselhos/Comissão:

1. Conselho de Aviação Civil (CONAC);
2. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
3. Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);
4. Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO);
5. Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS); e
6. Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (CONATT).

O Ministro da Infraestrutura preside o Conselho de Aviação Civil (CONAC) e o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). O Conselho de Aviação Civil (CONAC) é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação da política de ordenação da aviação civil. O CONTRAN é órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito. Ele elabora as diretrizes da Política Nacional de Trânsito e coordena todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

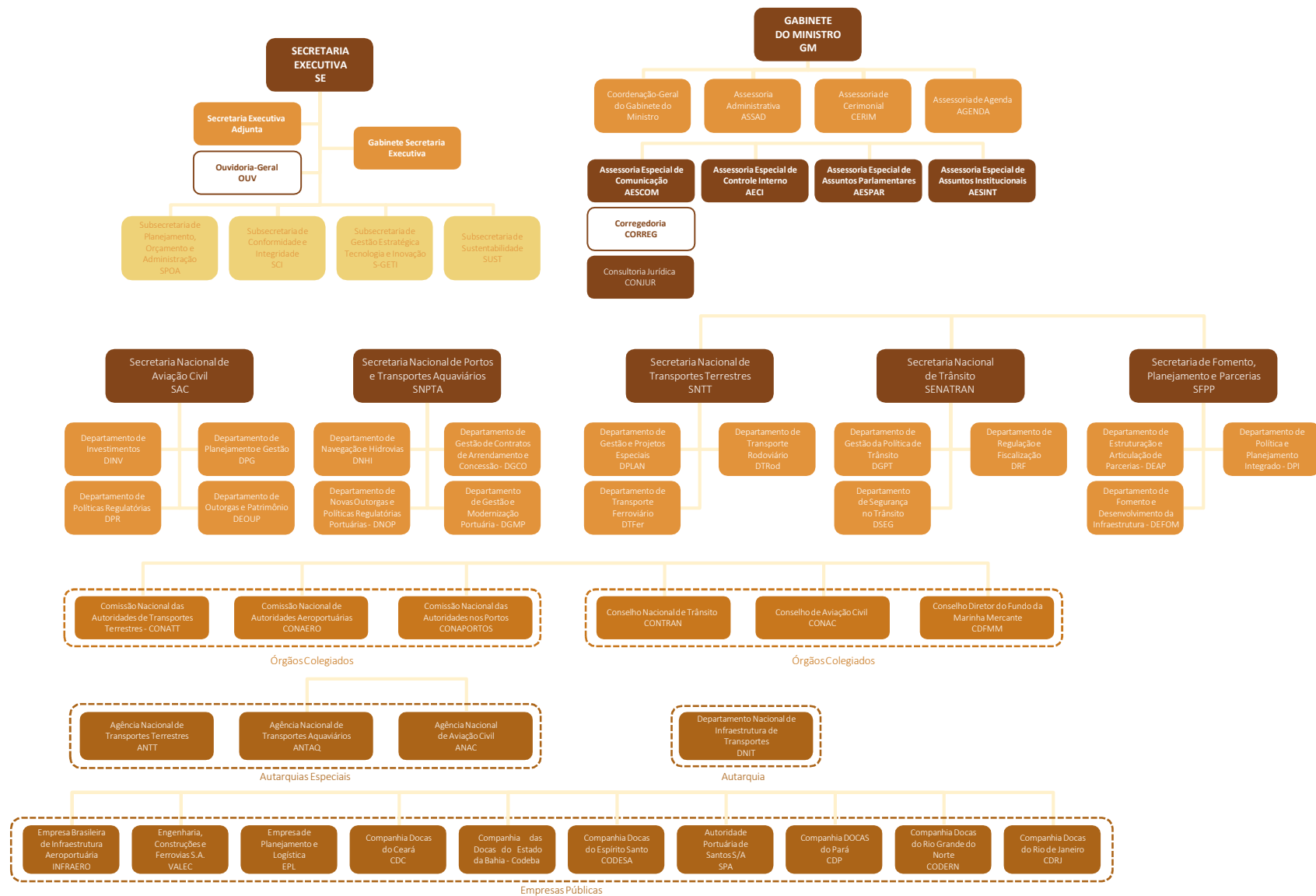
Por sua vez, o Ministério coordena os seguintes órgãos colegiados: i) Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM); ii) Comissão Nacional das Autoridades dos Portos (CONAPORTOS); iii) Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); e Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (CONATT).

A sessão pública do leilão para desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e a concessão pública dos Portos de Vitória e Barra do Riacho foi realizado em março de 2022, e resultou em uma outorga de R\$ 106 milhões. Pelos próximos 35 anos, o investimento será de pelo menos R\$ 850 milhões, sendo R\$ 335 milhões na ampliação dos portos de Vitória e de Barra do Riacho.

Por fim, foi publicado, em maio deste ano, o Decreto nº 11.081, que autoriza a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. A vocação da companhia resultante da fusão será de fomentar o desenvolvimento e a inovação da infraestrutura de transporte e logística multimodal no Brasil de forma sustentável, abrangendo a realização de diagnósticos, estudos e planejamento de Infraestrutura multimodal para apoio na elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento de modelagem de concessão de ativos.

A figura a seguir apresenta o organograma contendo as unidades da Alta Administração do Ministério da Infraestrutura de acordo com o Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021.

Organograma Ministério da Infraestrutura



Perfil dos dirigentes

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA

MARCELO SAMPAIO



Mestre em Planejamento de Transportes com estudos em Avaliação de Vulnerabilidade de Infraestrutura de Transportes, pela Universidade de Brasília, Especialista em Economia no setor Público e MBA em Gestão Pública, Graduado em Engenharia Civil com ênfase no Setor de Transportes pela UnB. É Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia. Foi Diretor do Departamento de Informações e Gestão Estratégica em Transportes do MInfra.

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

BRUNO EUSTAQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO



Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura, Servidor efetivo da carreira de analista de infraestrutura do Ministério da Economia. Atuou como Secretário Executivo Adjunto do MME e coordenador de projetos como: Cessão Onerosa, Novo Mercado de Gás, Transposição do São Francisco, Leilões de Mineração, entre outros. É membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., bem como do Conselho de Administração da Eletrobras, onde atua como coordenador do Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade da Eletrobras (CEGS). Foi coordenador dos temas de Minas e Energia pelo grupo de infraestrutura na transição governamental. Atuou como Diretor e Secretário Substituto em coordenação e estruturação de projetos no setor de Energia, Petróleo e Gás e Mineração no Programa de Parceria de Investimentos (SPPI/PR), e ainda como coordenador da carteira de Projetos do PPI e da agenda de licenciamento ambiental. Foi Assessor, Chefe de Gabinete e Coordenador de Projetos de Infraestrutura nos temas de (modelagem climática, energia, recursos hídricos, drenagem, portos e rodovias) na Secretaria de Assuntos estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Em 2012 foi Assessor no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos do Ministério da Integração Nacional. Em 2009 atuou como Assessor na Secretaria Executiva e, em seguida, na Secretaria de Ambiente Urbano no Ministério do Meio Ambiente. Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC no padrão IBGCA+. Professor em outras instituições de formação de agentes públicos nos temas de PPPs e regulação de infraestrutura. Membro de bancas de doutorado no tema de regulação, economia e infraestrutura.

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO

ALAN DE OLIVEIRA LOPES



Alan de Oliveira Lopes, Servidor público de carreira, Perito Criminal Federal da Polícia Federal – PF (outubro de 2002 até o momento). Atualmente é Secretário-executivo Adjunto do Ministério de Infraestrutura. Atuou como Chefe Substituto do Serviço de Perícias de Engenharia do Instituto Nacional de Criminalística (janeiro de 2004 a novembro de 2007 – agosto de 2017 a agosto de 2019) Assessor Especial do Ministro de Estado da Infraestrutura (agosto de 2019 até maio de 2020). Foi Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal (maio de 2020 até abril de 2021) e Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Infraestrutura (junho de 2021 até abril de 2022).

Perfil dos dirigentes

SECRETÁRIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO



Formado em Direito desde 2001 pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Mestrado em Administração Pública e Governo pela na Fundação Getúlio Vargas e Gestão e Logística Portuária pela Universidade Politécnica de Valência (UPV), Espanha. Em 2002 atuou como advogado na Procuradoria Jurídica nas áreas de Direito Administrativo e do Consumidor, na Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). Atuou na Caixa Econômica Federal, na área da Advocacia Judicial e Consultiva direcionado ao sistema financeiro da habitação, contratos e processo civil. Em 2003, ingressou no serviço público como Procurador Federal. No mesmo ano, passou no concurso de Advogado da União, cargo que ocupa atualmente. No próximo ano completará 20 anos como Advogado da União. Em 2003, foi cedido para a Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes. De 2014 a 2015 atuou como Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Portos da Presidência da República. Em 2015 foi Consultor Jurídico do Ministério dos Transportes. Assumiu a Coordenador Geral de Reestruturação, Desestatização e Reorganização Institucional na extinta Secretaria de Fomento e Parcerias de 2019 a 2020, ano em que foi nomeado ao cargo de Diretor do Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura. Em sua gestão como Diretor se destacou batendo recorde de emissão de Reide e Debêntures Incentivadas no ano de 2021 no valor de R\$ 14,03 BI, além de participação no processo da Desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

SECRETÁRIO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RONEI SAGGIORO GLANZMANN



O Secretário Nacional de Aviação Civil é pós-graduado em Análise Macroeconômica e MBA em Mercado de Capitais, Economista do Banco Central do Brasil, entre 2006 e 2011 trabalhou na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), responsável pela Gerência de Acompanhamento de Mercado, e representou o Brasil no Painel de Estatística da Organização da Aviação Civil - OACI. Desde 2011 na Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), chefiou o Departamento de Outorgas e Patrimônio (2011/2017) e o Departamento de Políticas Regulatórias (2017-2019), liderando o programa de concessões aeroportuárias. Entre 2012 e 2016 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração do Aeroporto de Brasília e integrou a Comissão de Especialistas do Senado Federal para Revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA).

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

FELIPE FERNANDES QUEIROZ



O Secretário Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura é mestrando em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV), especialista em Gestão Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV) e graduado em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB), com foco em planejamento territorial de transportes. É servidor público da carreira de Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia, possui 15 anos de experiência na Administração Pública, tendo passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Além disso, foi Conselheiro de Administração na Concessionária Aeroportuária Rio Galeão, presidente do Conselho Fiscal da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e Conselheiro na Companhia Docas do Maranhão, em Liquidação (Codomar), exerceu a função de Secretário Executivo Adjunto da Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura (MInfra), onde também atuou como Chefe de Gabinete e Assessor.

Perfil dos dirigentes

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO FREDERICO DE MOURA CARNEIRO



Engenheiro Civil pela Universidade de Brasília, Mestre em Transportes, com especialidade em Segurança no Trânsito, pela Universidade de Brasília. Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal, lotado na Seção de Delitos de Trânsito do Instituto de Criminalística, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, na Área de Trânsito, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Diretor-Geral do DENATRAN.

SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS MÁRIO POVIA



Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mário Povia é especialista em Direito Processual e do Trabalho pela Universidade Mackenzie, com MBA em Regulação de Serviços Públicos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, pós graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e graduado em Direito e em Tecnologia Operacional Elétrica pelas Universidades Paulista e Mackenzie respectivamente. Atualmente, Povia é conselheiro do Conselho de Administração da SCPar Participações e do Fórum Brasil Export; além disso, também é membro do Conselho Superior de Infraestrutura - COINFRA da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Já foi presidente do Conselho Sudeste Export e do Conselho de Autoridade Portuária – CAP do Porto Organizado de São Sebastião. Antes de assumir o atual cargo na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, Mário ocupou o cargo de diretor de gestão portuária, na Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, e trabalhou na Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, entre 2009 e 2020, nos cargos de diretor, diretor-geral e interino; superintendente de portos; e assessor técnico. No biênio 2006-2007, foi diretor institucional da ANER - Associação Nacional dos Especialistas em Regulação e, nos anos 2008 e 2009, foi diretor científico e tecnológico da ASANTAQ - Associação dos Servidores da ANTAQ.

1.4 Estrutura de governança

Governança Pública é definida pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Cada vez mais a sociedade tem demandado dos governantes racionalização dos gastos públicos, equilíbrio fiscal, estabilidade monetária e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança. A boa governança nas organizações públicas contribui para a superação desses desafios.

São princípios da governança pública, conforme o art. 3º do Decreto 9.203/2017: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.

O modelo de governança Corporativa do Ministério da Infraestrutura, representado abaixo, apresenta os diversos atores envolvidos nas funções de governança e gestão e como eles se relacionam. Tem como base as referências de melhores práticas, incluindo o Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.



A figura a seguir esquematiza a interação das instâncias de governança do MInfra e como os mecanismos de gestão de riscos, transparência, *accountability*, controles internos, integridade, entre outros, relacionam-se para garantir efetividade e amplitude à governança do órgão.



São instâncias de Governança do MInfra, conforme o disposto na Portaria nº 55, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre a Política de Governança da Pasta:

Comitê Estratégico de Governança - CEG/MInfra, composto pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, pelo Secretário-Executivo, pelos titulares das Secretarias Finalísticas e das Subsecretarias vinculadas à Secretaria-Executiva. Atua como instância deliberativa, exercendo o papel de orientar, incentivar, apoiar, promover, supervisionar e recomendar as iniciativas e ações estratégicas de Governança

Comitê Técnico de Governança - CTG/MInfra, composto por representantes da Secretaria-Executiva, das Subsecretarias a ela vinculadas e das demais Secretarias Finalísticas, indicados por seus respectivos titulares. Trata-se de instância supervisora e propositiva, à qual compete estimular, disseminar, apoiar, avaliar e orientar as demais instâncias no cumprimento das determinações, recomendações e orientações emanadas pelo CEG, bem como propor e submeter, à instância deliberativa, ações, iniciativas e procedimentos referentes à Governança.

Comitê Técnico de Integridade - CTI/MInfra, composto pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, pelo Titular da Subsecretaria de Conformidade e Integridade, pelo Corregedor, pelo Ouvidor-Geral e pelo Presidente da Comissão de Ética. Trata-se de instância de suporte técnico às instâncias deliberativa (CEG), supervisora (CTG) e operacionais (UGIRC e Gestores de processos), com os seguintes papéis: prestar assessoria sobre as iniciativas e ações necessárias à Integridade e à Transparência. No tocante às instâncias operacionais, orientar, mapear, estimular e disseminar a forma de atuação e prevenção neste campo da Governança.

Núcleo de Governança - NG/MInfra, composto por servidores com conhecimentos em temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão, vinculados à Secretaria Executiva, à Assessoria Especial de Controle Interno e à área responsável pelo Planejamento Estratégico. Também de suporte técnico, compete orientar todas as instâncias no campo da Gestão de Riscos e da melhoria constante dos mecanismos de Controle Interno.

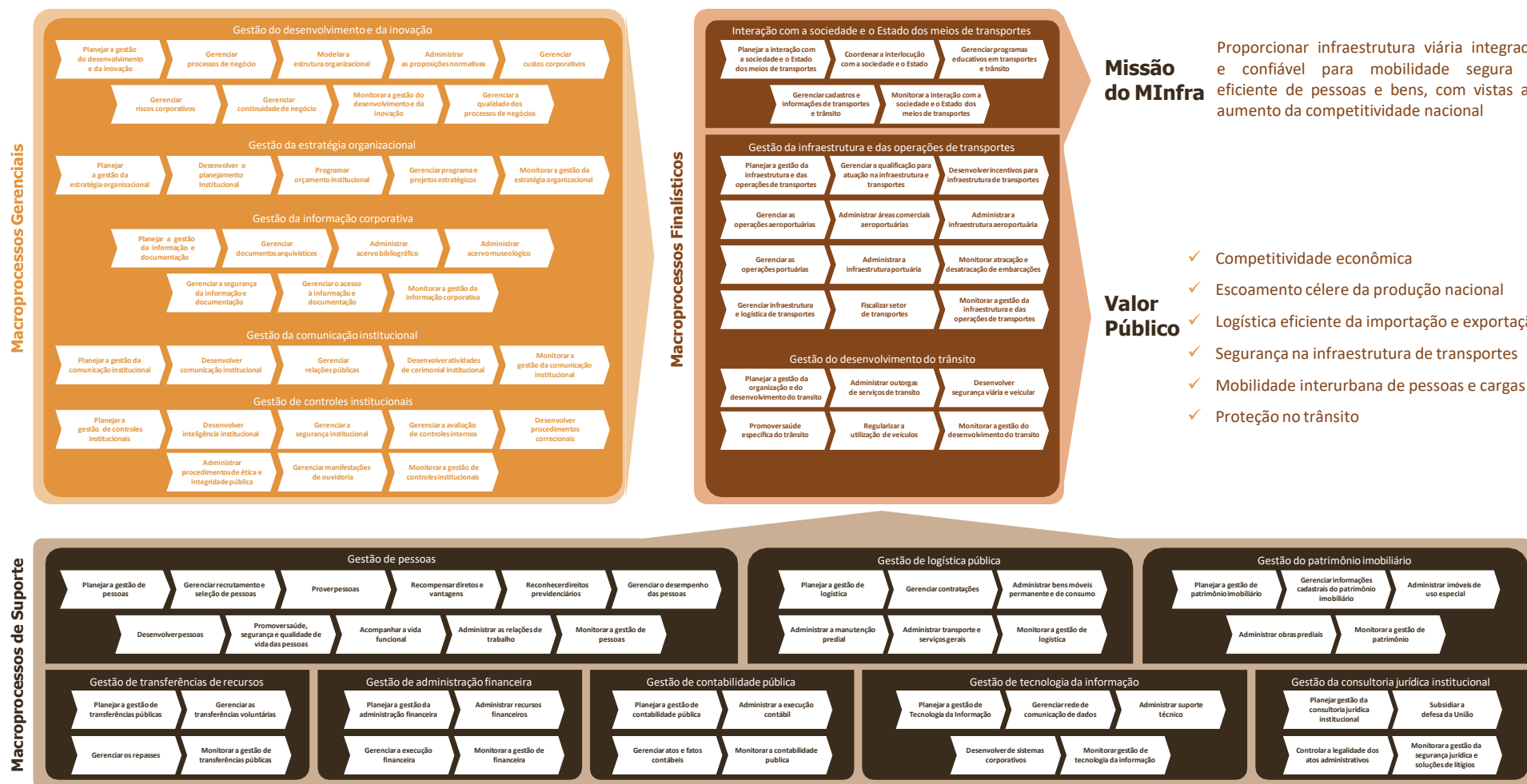
Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC/MInfra, compostas, em cada Secretaria e Subsecretaria do Ministério, pelo dirigente máximo e por servidores designados pelo titular da Unidade, com conhecimentos nos temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão. São as instâncias de execução no nível operacional. A estas compete propor e apresentar iniciativas e ações de Governança às instâncias superiores e promover, adotar, identificar, mapear, gerir e executar as ações de Governança no tocante aos seus riscos, à melhoria constante dos mecanismos de controle interno, ao aperfeiçoamento da transparência e à integridade operacional.

Gestores de Processos de Gestão, que correspondem a todo e qualquer responsável pela execução de determinado processo de trabalho, inclusive sobre a gestão de riscos.

1.5 Cadeia de valor

Em 2020, a Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação concluiu o mapeamento da Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Infraestrutura, modelo estratégico que permite entender como os processos desenvolvidos na Pasta interagem entre si, a fim de cumprirem sua missão gerando valor à sociedade. Iniciada em junho de 2020, a construção da CVI foi elaborada a partir de entrevistas por videoconferência e reuniões com servidores das unidades finalísticas da Pasta e das entidades vinculadas.

O Mapeamento da Cadeia de Valor foi uma das ações decorrentes do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGOV), instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelecendo medidas de eficiência organizacional para a modernização das estruturas regimentais e o aprimoramento da gestão estratégica nos órgãos integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



1.6 Políticas e programas de governo

Política e planejamento

Em relação ao planejamento de transporte, consta do Plano Plurianual 2020 - 2023 três programas temáticos com seus respectivos objetivos e metas: aviação civil; transporte aquaviário e transporte terrestre e trânsito. Informações sobre os atributos dos programas estão disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

O MInfra desenvolve políticas públicas relacionadas às suas competências, dentre elas, destaca-se a Política Nacional de Transportes - PNT (Portaria GM nº 235, de 28 de março de 2018). Pode-se afirmar que é o documento de mais alto nível para o setor de transporte do país, em que estão estabelecidos os princípios, objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do Planejamento Integrado do Ministério da Infraestrutura.

O Planejamento Integrado de Transportes – PIT (Portaria GM nº 123, de 21 de agosto de 2020) contempla os subsistemas federais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário, e as ligações viárias e logísticas entre esses subsistemas.

O PIT é composto pelo Plano Nacional de Logística 2035 (PNL) desenvolvido pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), em parceria com a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP e pelos Planos Setoriais específicos de cada modo de transporte.

O Plano Nacional de Logística 2035 traça uma visão estratégica da rede de transporte no futuro e, pela primeira vez, integra todos os modos de transporte. Um dos principais objetivos do PNL 2035 é a transformação da matriz de transporte do Brasil para torná-la mais racional e sustentável.

Esse Plano utiliza os objetivos estabelecidos na PNT para desenvolvimento da metodologia de avaliação de cenários futuros, de modo que, para cada cenário futuro, será possível verificar o quão próximo o sistema de transporte estará em relação à acessibilidade, à eficiência, à confiabilidade, à segurança, à racionalidade da matriz modal, à integração internacional, ao impacto do transporte no desenvolvimento socioeconômico regional e ao atendimento às demandas de defesa e segurança nacionais.

O PNL 2035 foi aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança do MInfra por meio da Resolução GM/MInfra nº 6/2021. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI também aprovou, em 16 de dezembro de 2021, sua adoção, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, (Resolução CPPI nº 211/2021).

Na versão do PNL aprovada em 2021, são apontados cenários com previsão de investimentos de até R\$ 789 bilhões, para atender as necessidades e aproveitar as oportunidades do setor.

Os Planos Setoriais, de nível tático (Terrestre, Portuário, Hidroviário e Aeroviário), indicarão as iniciativas a serem executadas com recursos públicos ou por meio de parcerias com a iniciativa privada. Cada um dos quatro Planos Setoriais deve indicar, essencialmente, de que forma serão tratadas as necessidades e aproveitadas as oportunidades de oferta de capacidade dos subsistemas de transportes constantes no PNL, contemplando seus respectivos planos setoriais de parcerias e de ações públicas. Para orientar a elaboração dos Planos Setoriais foi publicado Guia Orientativo do Planejamento Tático Federal de Transportes.



O Guia apresenta orientações gerais aplicáveis ao desenvolvimento dos Planos Setoriais Táticos que devem ser publicados até o final do terceiro ano de execução do Plano Plurianual - PPA, em atendimento ao Planejamento Integrado de Transportes (Portaria GM/MInfra nº 123/2020 e Portaria GM/MInfra nº 792/2021), que é composto também pelo Plano Geral de Parcerias e o Plano Geral de Ações Públicas.

O Plano Setorial de Transporte Terrestres - PSTT, de nível tático, faz a conexão entre o PNL e as ações do Ministério da Infraestrutura no que tange ao modo rodoviário e ferroviário.

O Plano Setorial de Transportes Terrestres – PSTT é responsável por delimitar, de forma mais assertiva as iniciativas setoriais que, em curto e médio prazo, balizarão as ações do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas no que tange aos modos de transportes terrestres.

Outro plano setorial de destaque é o PAN - Plano Aeroviário Nacional, instituído pela Portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018, que consolida as ações de planejamento para o setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e orienta o seu desenvolvimento no médio e no longo prazos, de modo a colaborar para o alcance dos objetivos do setor estabelecidos na PNAC.

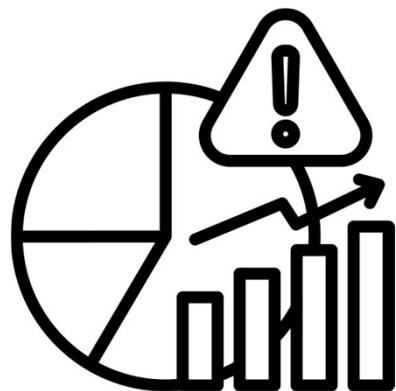
Os planos Setoriais fazem a conexão entre o PNL e as ações do MInfra, indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parcerias com a iniciativa privada.

Entregas Minfra - Planejamento

Dentre as entregas do Minfra na área de planejamento, podemos destacar:

- Conclusão do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TRANSPORTES: O Anuário Estatístico de Transportes é uma publicação do Ministério da Infraestrutura disponibilizada na forma de painéis interativos por meio de parceria com a EPL, com séries históricas de informações de transportes, indicadores econômicos, dados de acidentes e meio ambiente.
- Conclusão do CADERNO TRANSPORTES 2021: O Caderno Transportes é um relatório anual, publicado pelo Ministério no primeiro trimestre apresentando um balanço das ações e investimentos realizados pela Pasta durante o exercício anterior. A publicação contempla as ações e empreendimentos de todos os setores de transporte (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo), além dos investimentos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC) e Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET) e das aplicações dos valores de incentivos ao investimento, de REIDI e Debêntures.

2.



Riscos,
oportunidades e
perspectivas

2.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

Em atendimento ao disposto no Art. 17 do Decreto nº 9203/2017, decreto de governança do Poder Executivo Federal, em que é determinado: “a alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos [...]”, o Escritório de Gestão de Riscos - EGR/AECI-MInfra desenvolveu as ações destacadas a seguir.

Aplicação da metodologia de gestão de riscos dos processos de trabalho



Com a implementação da Metodologia de Gestão de Riscos dos processos de trabalho, no ano de 2021, foi necessária a partir de então a criação de um meio para monitorar as ações desenvolvidas nos diversos processos de trabalho, inclusive as ações definidas como aprimoramento nos controles internos para a adequada mitigação dos riscos mapeados. Para tanto, foram desenvolvidos Painéis em Power BI, onde todos os dados lançados no sistema Ágatha podem ser acompanhados pelos gestores das áreas, possibilitando uma melhor interação da equipe de trabalho, bem como a disponibilização desses dados para acompanhamento dos órgãos nos níveis tático e estratégico do Minfra.

Aprovada pela Resolução CEG nº 2/2021, de 28/05/2021,

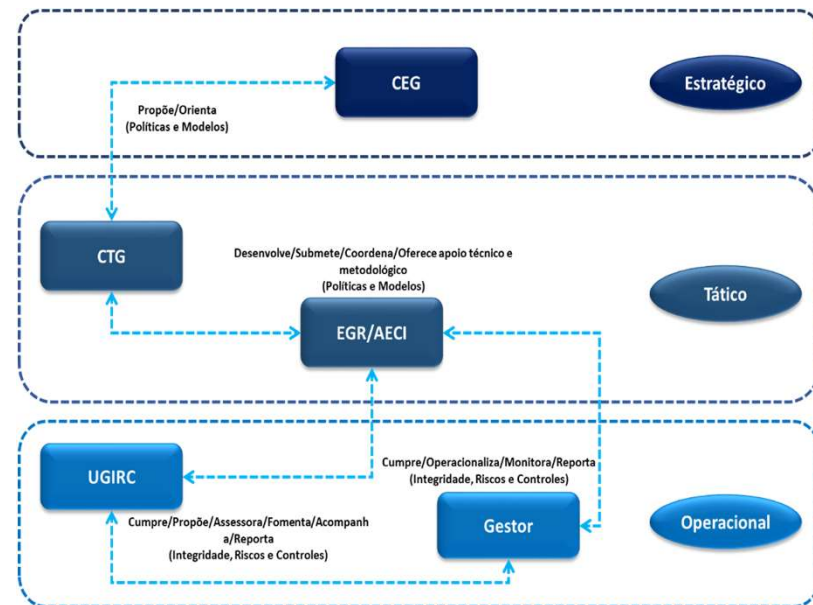
Painel Geral – em Power BI

No painel geral, demonstrado a seguir, o gestor pode analisar ou reportar qualquer situação do seu processo de trabalho aos seus subordinados e/ou à alta administração dos riscos mais críticos nos diversos processos de trabalho do Ministério.



Utilização da ferramenta nas reuniões do Comitê Técnico de Governança – CTG

O Comitê Técnico de Governança, o qual é composto por representantes de todos os órgãos do Ministério, poderá ter um acompanhamento em tempo real dos riscos e discutir diretamente com o representante de cada área o andamento das melhorias nos processos de trabalho, bem como submeter ao Comitê Estratégico de Governança alguma situação para qual seja necessária deliberação urgente para uma melhor gestão dos recursos públicos.



Tempo de Resposta

A agilidade na disponibilização dos dados visa o atendimento a um dos princípios da governança pública definido no Decreto nº 9.203/2017 que é a capacidade de resposta. A disponibilidade dos dados e informações sobre os riscos identificados no Ministério possibilita uma resposta tempestiva na solução de questões críticas identificadas o que aumenta as chances de atingimento dos objetivos propostos, melhorando a eficiência dos processos e o atendimento dos anseios do cidadão.

2.2. Principais ações do plano de integridade 2022

Integridade Pública

Principais entregas do Plano de Integridade 2022



Capacitação sobre as funções de Integridade Pública, inclusive sobre Código de Ética e Códigos de Conduta do Minfra.

Aplicação de questionário sobre maturidade de integridade (3º ano)

Visitas às entidades vinculadas ao Minfra já realizadas:

- Infraero;
- CDRJ;
- SPA.

Realização de análise de sustentabilidade, responsabilidade social, ética e integridade das empresas do setor de infraestrutura de transporte que concorrem ao Selo Fomento Infra+ Integridade



Disponibilizado vídeo para promover a conscientização sobre Conflito de Interesse

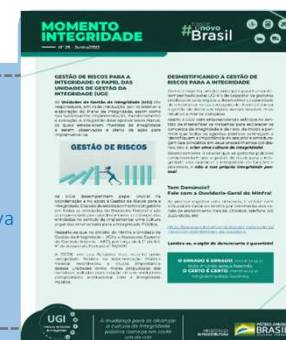
Conflito de Interesse pressupõe prejuízo para o interesse coletivo ou para o desempenho da Função Pública!

Campanhas 2022



Foram divulgados 14 boletins Momento Integridade, abordando temas relativos às funções de integridade pública, compreendendo:

- | | |
|----------------------------|---------------------------------------|
| ✓ Denúncias | ✓ Gestão de Riscos para a Integridade |
| ✓ Responsabilização | ✓ Transparência Ativa e Passiva |
| ✓ Nepotismo | ✓ Comunicação com o Setor Privado |
| ✓ Transparência de Agendas | ✓ Conflito de Interesses |
| ✓ SIPEF | |



2.3. Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos nos processos de trabalho

Oficinas realizadas

Com o avanço do nível de maturidade dos gestores do Minfra, em questões relativas a gestão de riscos, observou-se a necessidade de revisão de alguns dos processos já mapeados anteriormente. Para tanto, foram realizadas novas oficinas junto às áreas gestoras para revisão destes processos. Outro ponto de destaque é que estes gestores capacitados na metodologia se tornarão multiplicadores em suas áreas para a identificação e tratamento de riscos nos demais processos de trabalho.

TAXA MÉDIA DE RETENÇÃO DA INFORMAÇÃO



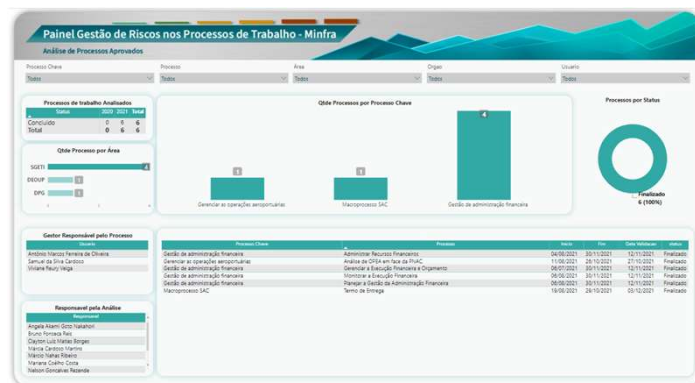
Pirâmide de aprendizagem

William Glasser (1925-2013)

Criação de Painéis BI analíticos – Nível Operacional – Processos de trabalho

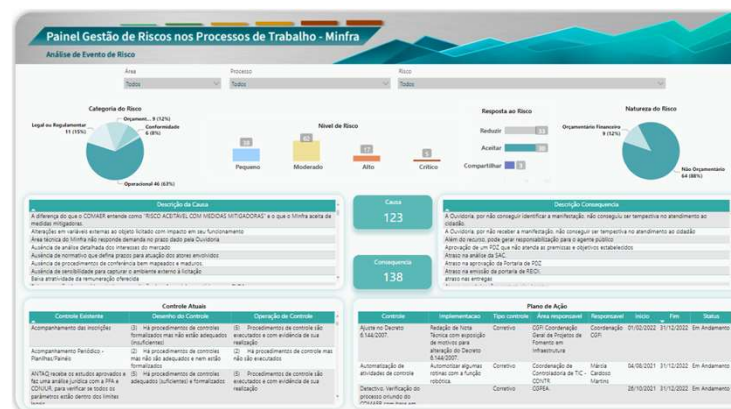
Para o nível operacional foram desenvolvidos painéis em Power BI mais analíticos, a fim de possibilitar uma melhor análise dos riscos, nos diversos processos de trabalho. Foram desenvolvidos 5 painéis em Power BI, onde é possível uma melhor visualização e cruzamento dos dados lançados no sistema Ágatha.

A seguir é apresentado um dos modelos desenvolvidos para análise dos processos de trabalho, no qual é possível a disponibilização das informações dos processos em análise, quais os gestores responsáveis e quantos processos já foram concluídos. Tais informações possibilitam o cruzamento de informações visando a disponibilização de informações para uma melhor tomada de decisão.



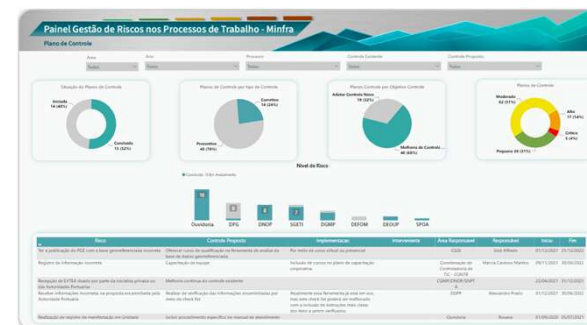
Criação de Painéis BI analíticos – Nível Operacional - Riscos

A seguir é apresentado um dos modelos desenvolvidos para análise dos riscos identificados, no qual é possível a avaliação dos diversos riscos, suas causas e consequências, as ações de mitigação propostas e os controles internos existentes, possibilitando aos gestores uma melhor visualização destes dados para uma adequada tomada de decisão.



Criação de Painéis BI analíticos - Nível Operacional – Planos de controle

Um ponto fundamental na gestão de riscos é a implementação de melhorias nos controles internos existentes para a adequada mitigação dos riscos identificados., o que torna fundamental o atendimento aos prazos de implementação destas melhorias para o aumento das chances de atingimento dos objetivos propostos. A seguir é apresentado painel em Power BI que possibilita o acompanhamento de todas as ações de melhorias propostas nos diversos processos de trabalho.



2.4 Atuação Correcional

A Corregedoria do Ministério da Infraestrutura apresenta o Planejamento Correcional Anual - 2022, alinhado aos objetivos estratégicos relacionados ao aprimoramento dos processos internos, visando ao aperfeiçoamento da governança corporativa por meio do fortalecimento da gestão de riscos, compliance e transparência da Unidade, contemplando as ações a serem desenvolvidas no sentido de alcançar as melhores práticas correcionais.

Com o intuito de atender o Modelo de Maturidade Correcional 2.0, elaborado pela Controladoria-Geral da União, esta Corregedoria vem adotando no primeiro semestre em seu planejamento anual, algumas medidas para a consolidação do Nível 2 – Padronizado.

Enquanto unidade de integridade deste Ministério, a Corregedoria fundamenta sua atividade na adoção de medidas de apoio à gestão com probidade, na prevenção de irregularidades e na apuração de ilícitos praticados em desfavor da Administração Pública, mediante a análise de denúncias e representações.

AÇÕES CORREGEDORIA

- Planejamento Anual;
- Proposta de alteração do Regimento Interno com a melhoria na competência correcional e na estrutura de cargos;
- Fortalecimento e vinculação direta à autoridade máxima do órgão;
- Criação de normativos para adequação ao Modelo de Maturidade 2.0;
- Criação de diagrama e fluxos de supervisão, estabelecendo orientações às comissões, inclusive para registros nos sistemas correcionais;
- Aprimoramento dos critérios de priorização: prescrição e relevância;
- Fomento às parcerias com áreas para obtenção de assistência técnica;
- Elaboração de proposta de portaria de regulamentação da atividade correcional no MInfra;
- Adoção da matriz de responsabilização por meio do Sistema e-PAD.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO

- Fortalecimento do juízo de admissibilidade, com vistas à melhoria na efetividade dos procedimentos disciplinares;
- Supervisão e controle das comissões;
- Efetiva adoção do TAC;
- Elaboração de campanha preventiva “Trilha de Integridade” junto à unidade de gestão de pessoas.

PRINCIPAIS MELHORIAS

- Mapeamento de competências das áreas da Corregedoria;
- Melhoria de juízo de admissibilidade de denúncias;
- Levantamento de Informações para subsidiar tomada de decisão;
- Aplicação mais efetiva do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, como mecanismo preferencial de solução de conflitos;
- Reformulação do gerenciamento de dados e transparência ativa;
- Supervisão e controle dos trabalhos das comissões.
- Reestruturação do espaço físico da Corregedoria, otimizando os trabalhos de coordenação e supervisão.
- Incremento no desenvolvimento profissional dos servidores e colaboradores.

AÇÕES DE CURTO PRAZO

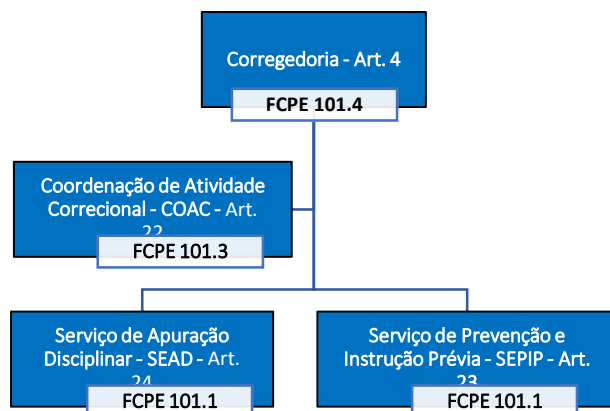
- Fortalecer os serviços e o papel da Corregedoria no âmbito do MInfra;
- Promover capacitação de servidores e colaboradores da Unidade Setorial;
- Aperfeiçoar o gerenciamento de informações e transparência das atividades correcionais.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Redução do tempo de apuração dos Procedimentos Disciplinares;
- Aprimoramento dos Relatórios Finais;
- Alterações no Regimento Interno.

ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

A Corregedoria do Ministério da Infraestrutura, conforme Decreto nº 10.788, de 2021 e Portaria nº 124, de 24 de agosto de 2020, organiza-se nas seguintes unidades:



A Corregedoria do Ministério da Infraestrutura atualmente possui uma equipe formada pelo Corregedor, 15 (quinze) servidores e 9 (nove) colaboradores, os quais exercem exclusivamente a atividade correcional, nas dependências da Unidade.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

- Aperfeiçoar processos, normativos e marcos regulatórios;
- Aprimorar a governança, o compliance e a gestão corporativa;

PLANO DE AÇÃO

- Fortalecer as competências institucionais da Corregedoria/MInfra;
- Estruturar as áreas responsáveis pelos procedimentos investigativos e acusatórios;
- Estruturar o tratamento de dados e documentos de caráter restrito e sigiloso;
- Dar continuidade às ações de desenvolvimento profissional dos servidores e colaboradores;
- Incrementar o planejamento da Unidade;
- Promover a uniformização de decisões;
- Mapear os processos de trabalho e competências da Unidade;
- Incrementar os mecanismos de transparência de dados;
- Planejar ações de prevenção a irregularidades.

RESULTADOS ESPERADOS

Concluídas as ações propostas ao aperfeiçoamento da padronização da Unidade, pretende-se que a Corregedoria tenha alcançado a implementação efetiva dos KPAs do Nível 2, por meio da execução mais eficiente e efetiva das atividades consideradas necessárias à atividade de correção esperada no âmbito do Ministério da Infraestrutura e do Sistema de Correição do Poder Executivo federal.

Para tanto, serão realizadas avaliações do cumprimento do cronograma mensalmente, visando acompanhar o percentual de execução, bem como a necessidade de readequação da previsão inicial, com o intuito de viabilizar o atendimento ao parâmetro de padronização devido.

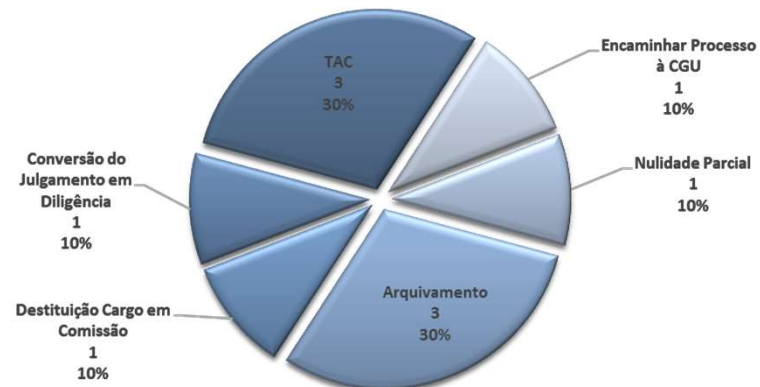
Meta a ser alcançada

Alcançar o Modelo de Maturidade 2.0 – Nível 2

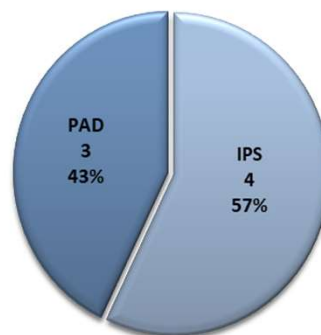
TEMPO DE APURAÇÃO PROCEDIMENTOS ACUSATÓRIOS EM ANDAMENTO



RESULTADOS PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS



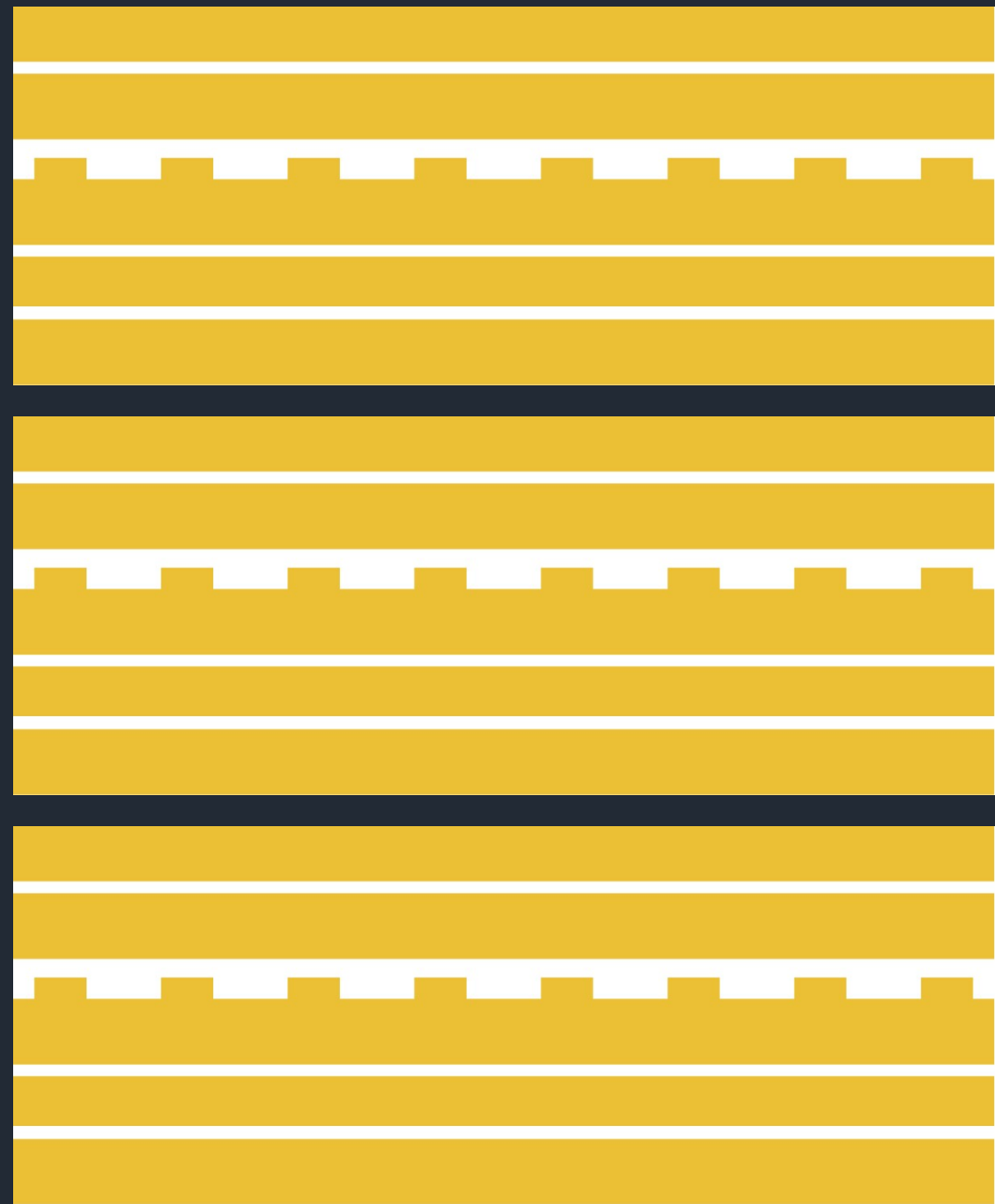
PROCEDIMENTOS INSTAURADOS



3.



Governança,
estratégia e
desempenho



3.1 Ciclo de Gestão Estratégica 2022 – Primeiro Semestre

Para melhor acompanhamento público e interno, em 2022 foi criado o ambiente "Lidera Infra" comportando todos os painéis utilizados na gestão da Estratégia. O ambiente permite que as informações sejam atualizadas para a tomada de decisão com foco na estratégia organizacional de levar o Brasil à liderança em infraestrutura da América Latina.

No primeiro semestre de 2022 realizou-se o 6º Ciclo de avaliação da Gestão Estratégica, o qual contou com a execução de 117 reuniões de monitoramento, 05 Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), sendo 04 Setoriais e 01 Ministerial.

Nesse ciclo foram abordados os 30 Programas Estratégicos com uma carteira de 650 Projetos Estratégicos que se desdobram em 127 entregas estratégicas realizadas. Foi alcançado 70% de execução do planejado, fruto da dedicação de todos e do gerenciamento de problemas e riscos estratégicos com os respectivos encaminhamentos e diligências.

Com objetivo de avaliar a execução do Mapa Estratégico, foi incorporado ao ambiente "Lidera Minfra" o painel que permite acompanhar os resultados de cada objetivo estratégico. Este painel foi apresentado na RAE Ministerial do dia 20/06/2022 e aprovado pelos presentes.

Para aprimorar a governança das reuniões "Balanço Radar", foi elaborado um ambiente de *sharepoint* de acesso restrito para acompanhamento dos encaminhamentos.



O ambiente de governança que subsidia o monitoramento, a avaliação, a tomada de decisão, e a gestão organizacional compreende, no seu detalhamento, os objetivos, as metas, os indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados. Todos esses vinculados aos objetivos estratégicos e à missão do MInfra. O alinhamento dessas ações se estende ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior.

Monitoramento da Estratégia Execução de Programas

Modo de Transporte: Todos | **Programa:** Implantação da Atuação Civil | **Categoria:** Serviços Instituídos | **Filtros:**

Patrocinador: Riser Sigauro Clacomm

Lider do Programa: Fabiana Todorico

Descrição do Programa:
O Programa de Segurança da Aviação Civil controla ações empreendidas visando aprimorar os processos e equipamentos de segurança na Aviação Civil Regular, visando manter e elevar o nível de segurança da Aviação Civil brasileira, visando, na prática, reduzir a gravidade de acidentes e reduzir custos para o usuário.

Status dos Projetos:

- Em execução: 2
- Finalizado: 1

Progresso Físico vs. Planejamento:
 39% (Físico) vs 78% (Planejamento)

Problemas em Tratamento por Criticidade:
 1 Alto, 1 Baixo

Riscos em Tratamento por Criticidade:
 1 Alto, 1 Baixo

Ano	2019		2020		2021		2022	
	Metas	Realizações	Metas	Realizações	Metas	Realizações	Metas	Realizações
% de nº de perguntas do protocolo DGPAC CMA, da GRCI respondidas com satisfatória pela ANAC, no self assessment por nº de quantias de prestações aplicáveis, no âmbito de atuação da ANAC	94,00	94,00	90,00	94,01	90,00	90,00	90,00	90,00
Média mensal das últimas 3 metas do mínimo de acidentes anuais, por milhão de decolagens, considerando acidentes de transporte aéreo regular brasileiros, com pouco máximo de decolagens acima do 1/100000	1,12	0,60	2,28	1,77	2,28	2,28	2,28	2,28
% Acidentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% Incidentes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
% Incidentes com dano	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
% Incidentes graves	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00

Última atualização: 12/07/2022 14:02:15

**Indicador tratado

[illegible]

Monitoramento da Estratégia de Execução de Programas

Modo de Transporte: Terrestre **Programa:** Transformação Digital **Categoria:** Seleção múltipla Aplicar

Home **Patrocinador:** Brato Sotagisa Fátima Castro de Carvalho **Descrição do Programa:**

Líder do Programa: Carlos Vinícius Neto Reis

Descrição do Programa:
O Programa de Transformação Digital do Ministério da Infraestrutura reúne as iniciativas que vão fortalecer a digitalização e o acesso dos cidadãos e empresas aos serviços e componentes do setor em serviços públicos prestados pelo Ministério e suas Vinculadas. O Plano é dividido em quatro eixos temáticos: Oportunidades e certificação, Operações de Transporte, Trabalho e Fomento, além de um eixo Estruturante, das iniciativas, que vão desde a digitalização da estrutura das instituições até a automatização de processos, impactando diretamente a percepção dos resultados dos serviços da setex, com impacto direto na redução de custos e aumento da sustentabilidade do país.

Status dos Projetos:

- Realizado: 2%
- Em andamento: 30%
- Em espera: 68%

Progresso Físico vs. Planejado:
 Progresso Físico: 78%
 Planejado: 91%

Problemas em Tratamento por Criticidade:
 1. Alta
 2. Baixa

Riscos em Tratamento por Criticidade:
 1. Alta
 2. Baixa

Mapa de Projetos:

Mapa de Problemas:

Mapa de Riscos:

Mapa de Indicadores:

Área	2019		2020		2021		2022	
	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado	Meta	Realizado
Percentual de estados de Unidades da Federação em RISCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de aumento de admissão à Carteira Digital de Tráfego - CDT	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40
Percentual de avaliações positivas das informações da categoria de serviços no Portal Único (para setex)	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40
Percentual de integração dos serviços em lógica única	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40
Percentual de integração dos serviços no módulo avaliação	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40
Percentual de integração dos serviços que envolvam cobrança em Pedágios	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40
Percentual de redução do tempo de análise para emissão de nota	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40
Percentual de redução do tempo de desbloqueio de carga aérea	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40
Percentual de redução do tempo de embarque em voos domésticos	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40	10,00	10,40

Última atualização: 12/07/2022 14:02:15

* Indicador real

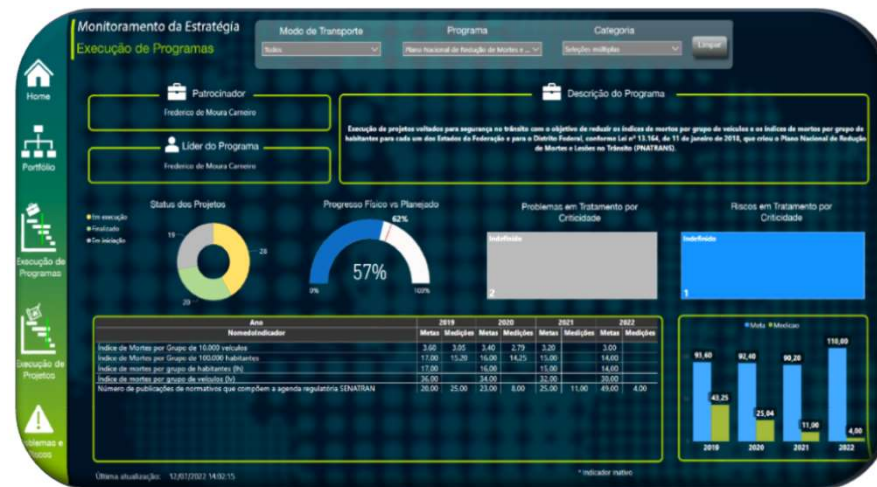
24



Programa Reordenação Institucional do Setor



Programa Modernização de Gestão Portuária



Programa PNTRANS



Programa Nacional de Manutenção de Infraestrutura Rodoviária



Programa Governança – Integridade e Gestão de Riscos



Programa Fomento e Melhoria do Ambiente de Negócios



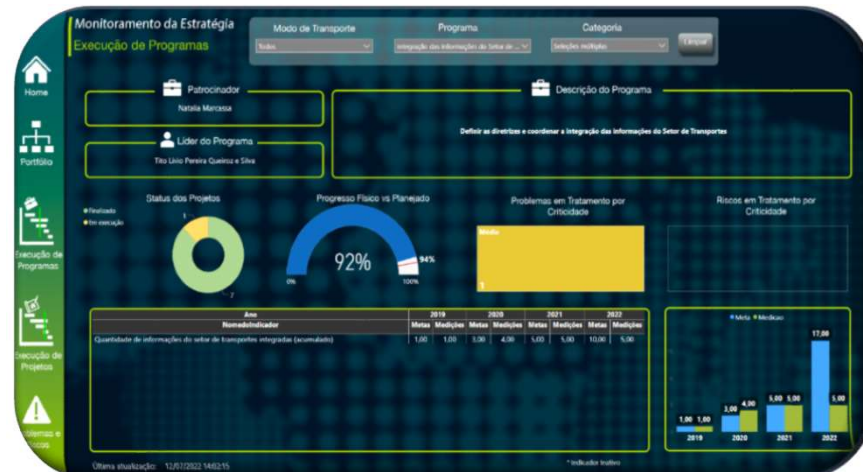
Programa Arrendamentos e Concessões Portuárias



Programa Empreendimentos Aeroviários



Programa Modernização e Expansão do Sistema Ferroviário



Programa Integração das Informações do Setor de Transporte



Programa INFRA Competitividade



Programa Planejamento Integrado MINFRA



Programa Empreendimentos Rodoviários



Programa Concessões Rodoviárias



Programa Concessões de Aeroportos



Programa Gestão Estratégica MINFRA



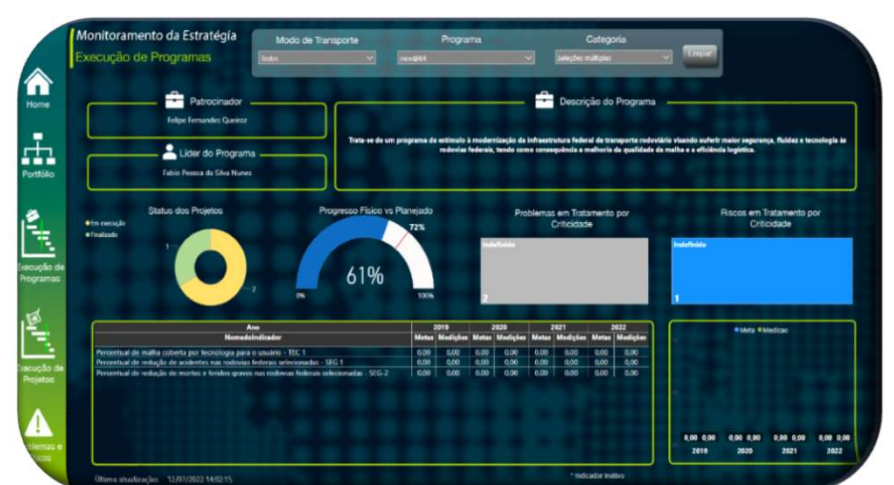
Programa Eficiência Administrativa



Programa Empreendimentos Aquaviários



Programa Caminhoneiros



Programa Inov@BR



Programa Desenvolvimento da Navegação Doméstica



Programa Desenvolvimento de Pessoas e Clima Organizacional



Programa Empreendimentos Ferroviários



Programa Documento Eletrônico de Transporte (DT-e)



Programa Competitividade do Transporte Aéreo



Programa Sustentabilidade

3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

A estrutura de governança propicia que as organizações públicas cumpram efetivamente seus objetivos estratégicos, gerando valor público de melhor qualidade. Isso normalmente ocorre com os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para direcionar, avaliar e monitorar a atuação da gestão.

No setor público, a expressão “gerar valor” é entendida como produzir resultado que atenda às necessidades de interesse da sociedade, ao contrário do setor privado que significa obter lucro.

O comprometimento da Alta Administração, empenhada na busca constante pelas boas práticas de gestão, alinhada aos princípios da integridade e da eficiência pública, foram basilares ao aprimoramento da governança no MInfra no decorrer do exercício de 2022.

Fruto de atenção aos temas relacionados à Gestão Estratégica, Integridade, Gestão de Riscos, *Accountability* e Controles Internos, o Ministério da Infraestrutura tem buscado, de forma constante, o aprimoramento da governança na Pasta.

Considerando a necessidade de se aferir a evolução do Indicador de Governança, afeto também ao Programa Estratégico de Governança, Integridade e Gestão de Riscos no MInfra, foi elaborado, a partir do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – IGG/TCU, o IG-MInfra, o qual auxilia na aferição anual da evolução da Governança no âmbito da Pasta, além de possibilitar a identificação de assuntos relacionados à Governança Pública no Ministério que necessitem de aprimoramento.

Programa de Governança, Integridade e Gestão de Riscos				
	IG MInfra 2019	IG MInfra 2020	IG MInfra 2021	IG MInfra 2022
Meta Pactuada	50%	60%	78%	83%
Resultado	65,14%	73,08% Aferido Jan/2021	78,13% Aferido Jan/2022	

Legenda:

0% a 14,9% - Inexpressivo
15% a 39,9% - Inicial
40% a 69,9% - Intermediário
70% a 100% - Aprimorado



A seguir, são apresentados os resultados das aferições do iGG pelo TCU, o que permite verificar a evolução da governança na Pasta ao longo do tempo.

Resultados MTPA (2017 e 2018) e MInfra (2022)			
	iGG 2017	iGG 2018	iGG 2021
iGG (Índice Integrado de governança e gestão públicas)	38%	44%	72,1%
iGovPub (Índice de governança pública)	36%	40%	83,6%
iGovPessoas (Índice de governança e gestão de pessoas)	30%	39%	78,7%
GestãoPessoas (Índice de capacidade em gestão de pessoas)	25%	43%	68,0%
iGovTI (Índice de governança e gestão de TI)	29%	40%	82,2%
GestãoTI (Índice de capacidade em gestão de TI)	44%	42%	68,3%
iGovContrat (Índice de governança e gestão de contratações)	41%	36%	57,6%
GestãoContrat (Índice de capacidade em gestão de contratações)	41%	53%	72,1%
iGovOrcament (Índice de governança e gestão orçamentária)	-	-	77,3%
iGestOrcament (Índice de capacidade em gestão orçamentária)	-	-	61,6%

Além disso, em 2022, as instâncias de governança do MInfra, de que tratam a Portaria nº 55/2021, atuaram em sintonia e permitiram a realização das seguintes entregas, aprovadas pelo Comitê Estratégico de Governança:

- Regimento Interno do Comitê Estratégico de Governança (CEG) do Ministério da Infraestrutura.
- Minuta de Portaria Interministerial (MInfra e MJSP) do Embarque+ Seguro

Cabe mencionar ainda a Gestão da Integridade, cujos mecanismos de conformidade, transparência, correição, controle interno, ética, dentre outros, permite a tomada de decisão subsidiada em critérios técnicos consistentes, gerando significativos ganhos de qualidade na prestação de serviços públicos e, em consequência, na agregação de Valor Público.

Nesse sentido, o Plano de Integridade 2022 consubstanciou medidas / ações implementadas pelo Ministério para prevenir, detectar e remediar riscos para a integridade.

Por fim, ainda no contexto do seu Programa de Integridade, o MInfra passou a divulgar a Marca de participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, assumindo mais um compromisso na implementação de boas práticas de prevenção, detecção, investigação, correção, Monitoramento e Transparência.

3.3 Resultados e Desempenho da Gestão

3.3.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

Plano Setorial de Transportes Terrestres

O Plano Setorial de Transportes Terrestres – PSTT é responsável por delimitar, de forma mais assertiva, os investimentos e as iniciativas setoriais que, em curto e médio prazos, balizarão as ações do Ministério da Infraestrutura - MInfra e de suas entidades vinculadas no que tange aos modos de transportes terrestres.

No primeiro semestre de 2022, foram realizadas, no âmbito do desenvolvimento do PSTT, as seguintes etapas:

- Internalização do Plano Nacional de Logística - PNL 2035 junto à Empresa de Planejamento e Logística - EPL, para melhor identificação das necessidades a serem tratadas e das oportunidades a serem aproveitadas no âmbito do planejamento setorial de nível tático;
- Divulgação, no âmbito do Grupo de Trabalho de Apoio Conjunto – GTAC, das frentes de trabalho quando à estruturação dos dados dos empreendimentos e da metodologia de priorização;
- Discussões técnicas, junto à EPL, de reenquadramento dos objetivos e diretrizes setoriais do Plano Setorial, à luz da rede semântica do Setor de Transportes;
- Desenvolvimento do sistema de coleta de informações de iniciativas e investimentos em empreendimentos de transportes terrestres, a ser preenchido pelas entidades vinculadas ao MInfra;
- Desenvolvimento do produto de “Introdução à metodologia de pré-viabilidade e priorização das Ações Setoriais”.

Transporte Ferroviário de Passageiros

No primeiro semestre de 2022, foi concluída a proposta de instrumento legislativa com o objetivo de instruir a Política Nacional do Transporte Ferroviário de Passageiros – PNTPF, além de se ter avançado nas ações referentes aos instrumentos para sua implementação.

Dentre os quais destaca-se o Plano de Desenvolvimento para o Transporte Ferroviário de Passageiros, tendo sido definidas as diretrizes para sua formulação, além da realização de atividades relativas a proposta de plano e de metodologia para análise de externalidades associadas a investimentos em infraestrutura e serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros com vistas a monetizar os benefícios socioeconômicos gerados.

Programa de Modernização de Rodovias Federais

Em 2021, foi editado o Decreto nº 10.648 instituindo a política de modernização da infraestrutura federal de transporte rodoviário bem como a Portaria nº 512/2021, instituindo, no âmbito do Ministério da Infraestrutura - MInfra e de suas vinculadas, o Programa de Modernização das Rodovias Federais - inov@BR.

O Programa baseia-se em 3 eixos de atuação, quais sejam, segurança viária, fluidez e tecnologia, objetivando elevar o padrão de segurança nas rodovias federais, melhorar a fluidez das vias, proporcionando eficiência logística, modernizar as principais rodovias federais e aprimorar processos, procedimentos, instrumentos regulatórios e recursos técnicos.

O inov@BR está em fase de implementação, e no primeiro semestre de 2022 foram definidas as possíveis iniciativas do Programa junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e às Concessionárias. Dentre essas iniciativas, 04 (quatro) foram validadas e receberam a certificação do selo inov@BR, concedidos pelo MInfra: Contratação do IRAP para rodovias do DNIT; Publicação da Portaria 4.732/2022 – Serviço de Radiovias; Autorização para execução do Serviço de Radiovias para CCR Nova Dutra; e Certificação de 04 (quatro) Pontos de Parada de Descanso – PPDs.

Medida Provisória nº 82

A lei nº 13.298, de 20 de junho de 2016, determinou à União a reincorporação de 10.007 km de rodovias federais que tinham sido transferidas pela Medida Provisória nº 82 (MP 82/02). Deste total de 10.007 Km, resta a ser reincorporada apenas a extensão de 215,3 km referente à malha rodoviária do Estado do Piauí e, assim, finalizar o processo de reincorporação das rodovias estaduais à malha federal.

Transporte Rodoviário de Cargas

Os seis primeiros meses do ano de 2022 marcaram a agudização do sufocamento das margens operacionais do setor do transporte rodoviário de cargas, decorrente da brutal elevação nos custos dos insumos necessários à prestação de serviços de transporte, especialmente o diesel.

Com o objetivo de auxiliar os Transportadores Rodoviários de Cargas – TRC nesta difícil conjuntura, relevantes iniciativas acompanhadas ou coordenadas pelo Ministério da Infraestrutura - MInfra foram implementadas, podendo-se destacar a certificação de Pontos de Parada e Descanso - PPD, havendo atualmente credenciadas 106 dessas instalações que propiciam ao caminhoneiro condições adequadas de permanência e cumprimento de jornada de trabalho, em todo o Brasil. O profissional do TRC pode contar também com novas funcionalidades na Plataforma InfraBR, pois além de consultar a localização e os serviços oferecidos por cada um dos PPD, também é possível obter nesse aplicativo as versões digitais da CNH e do CRLV, efetuar o cálculo atualizado dos pisos mínimos de frete, acessar as contribuições feitas em nome do autônomo junto ao INSS e acessar serviços de entidades parceiras, a exemplo do SEST/SENAT.

Prosseguirão em desenvolvimento, no segundo semestre de 2022, uma série de ações em favor dos operadores de transporte, especialmente o Transportador Autônomo de Cargas - TAC, a exemplo da efetivação de cooperação com o Ministério da Saúde, voltada à promoção da saúde do caminhoneiro e da busca de melhorias nas condições econômicas e competitividade do setor, da superação dos entraves atualmente vivenciados pelos transportadores na contratação de seguros, e da viabilização da contratação direta do TAC, sem intermediários.

A necessária articulação interinstitucional visando ao alcance desses objetivos será fomentada pela Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres – Conatt. Esse colegiado, ao promover a integração física e operacional dos modos de transportes terrestres, buscará incentivar as ações estratégicas definidas para o setor de transporte rodoviário de cargas, inclusive o de caráter internacional.

Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE-combustível)

A CIDE-combustível foi instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, sendo que a União repassa aos Estados e ao Distrito Federal parte dos recursos arrecadados, conforme percentual de distribuição calculado pelo Tribunal de Contas da União, para serem aplicados, obrigatoriamente, no financiamento de programas de infraestrutura de transportes dos respectivos Estados e DF.

Nesse sentido, o papel do MInfra, em relação à CIDE-combustível, é verificar a conformidade dos programas de trabalho propostos por cada uma das 27 unidades da federação, os quais contêm a descrição dos projetos de infraestrutura de transportes, os respectivos custos unitários e totais e os cronogramas financeiros correlatos, visando a utilização dos recursos em programas de infraestrutura de transportes, em percentual definido pelo TCU, destinados a cada ente da federação.

No primeiro semestre de 2022, os recursos repassados pelo Governo Federal às 27 Unidades da Federação foram de R\$ 340,03 milhões, para serem utilizados nos programas de trabalho, em empreendimentos que atendam ao Planejamento Integrado de Transportes. Dentre os investimentos realizados, foram contemplados projetos e obras de construção, restauração, duplicação e conservação de grandes extensões de trechos rodoviários estaduais, além de outras modalidades, que possuem ligação com o sistema rodoviário federal, com os Corredores Logísticos Estratégicos ou atendem a ligações intermodais.

Cabe registrar que, também no 1º semestre de 2022, foram encerrados e arquivados os processos relativos aos Relatórios Anuais Demonstrativos – RADEOFs, do ano de 2021, de todas as 27 Unidades da Federação, bem como foram aprovadas as Alterações dos Programas de Trabalho da CIDE, para 2022, solicitadas pelos Estados do Amazonas e de Alagoas. Também foi concluída a etapa de automação do sistema da CIDE, nas fases de aprovar e alterar os programas de trabalho da CIDE e os RADEOFs, devendo as etapas e capacitação e implantação do sistema serem desenvolvidas no 2º semestre de 2022.

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

MODO RODOVIÁRIO - janeiro a junho/2022 (1º semestre)

Concessões rodoviárias: foram leiloados 726,90 km, correspondendo os trechos das BR-116/493/465/MG/RJ, totalizando R\$ 11,3 bilhões em investimentos;

Construção ou adequação de rodovias federais: foram executados 162,2 km de obras de construção/adequação rodoviária. Os empreendimentos executados foram regionalizados da seguinte forma: no Nordeste 50,2 km; no Sul 21,45 km; no Centro-Oeste 50,0 km; no Sudeste 21,05 km e no Norte 19,5 km;

Restauração/revitalização de rodovias federais: foram executados 509,06 km de obras de restauração/revitalização rodoviária. Os serviços executados foram regionalizados da seguinte forma: no Sul 137,16 km; no Centro-Oeste 12,6 km; no Sudeste 90,0 km e no Norte 269,3 km; e

Manutenção de rodovias federais: atualmente, 59.346,46 km (97,0%) de um total de 61.485,66 km (7.952,90 km não pavimentados e 53.532,76 km pavimentados) da malha rodoviária federal encontram-se assegurados por serviços de manutenção, todos cobertos por contratos que podem ser: Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO), Contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA) e Contratos de Restauração. O percentual de 97% supera a meta de 90% prevista para 2022.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS:

Para o segundo semestre estão previstas mais 39 entregas rodoviárias, totalizando 200 km de adequações/duplicações e mais 115 km de pavimentação/restauração, destacando-se a BR-070/MT – 9,9 km no Contorno Rodoviário de Barra do Garças; BR-285/SC - Construção de Timbé do Sul a Divisa SC/RS; BR-280/SC – 8,0 km de Duplicação de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul; BR-290/RS - Conclusão do viaduto de Pântano Grande; BR-381/MG – 7,6 km de Duplicação Governador Valadares - Belo Horizonte; BR-070/GO – 6,3 km no Contorno Rodoviário em Aragarças; BR-101/ES - Construção de Contorno Rodoviário no Município de Serra (Mestre Álvaro); BR-116/BA - Adequação da Div PE-BA (Ibó) a Feira de Santana; BR-343/PI - Viaduto do Mercado do Peixe (Contorno de Teresina); e a BR-470/SC – 32,1 km de Duplicação de Navegantes a Rio do Sul.

Com relação às concessões rodoviárias está prevista a realização de leilões de 03 ativos, gerando aproximadamente R\$ 20,5 bilhões em investimentos durante o período concedido: BR-381/MG (296,3 km) e Rodovias integradas do Paraná – Lote 01 e 02 (1.077,2 km).

INVESTIMENTOS PLURIANUAIS PRIORITÁRIOS:

O Ministério da Infraestrutura possui 12 investimentos plurianuais prioritários rodoviários listados no anexo III da Lei do PPA nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019:

BR-280/SC - Adequação - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul: o empreendimento tem 73,9 Km de extensão e 3 lotes de obras. Não foram realizadas novas entregas no primeiro semestre de 2022. Para o segundo semestre há previsão de entregar 6 Km de duplicação, concluir os viadutos I04 e I05, e iniciar um túnel no lote 2.

BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul – Pelotas: o empreendimento dividido em 10 lotes teve início em 2012, tendo uma extensão de 211,2 km, dos quais já foram executados 83% das obras. Não foram realizadas novas entregas no primeiro semestre de 2022. Conquanto, para o segundo semestre há previsão de finalizar as pontes da várzea do Rio dos Sinos e concluir 10 Km de duplicação no lote 1-2.

BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio Sul: Obra iniciada em 2013, sendo que o empreendimento tem 73,2 Km de extensão, divididos em 4 lotes de obras. Há 36 km de duplicação concluídos. Em maio de 2022 foi entregue o viaduto de acesso a ponte do Vale no município de Gaspar. Para o segundo semestre há previsão de conclusão dos viadutos do Km 42 e 72, e dos lotes 1 e 2 com extensão de 44,86 km.

BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA- Entr. BR-324: Empreendimento de 169,2 km, dividido em 4 Lotes, tendo sido iniciado em 2014, e atualmente tem 55% dos serviços executados. Em abril de 2022 foram entregues 5 km de duplicação no lote 4 (município de Conceição do Jacuípe).

BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte: Para o segundo semestre, há previsão de conclusão do lote 7, da entrega de 2 taludes, e de 18 Km duplicados no lote 3.1. A rodovia está dentro do plano de concessão do Governo Federal.

BR-163/PA - Construção Miritituba – Rurópolis – Empreendimento iniciado em 2013, possuindo 112,7 km de extensão, dos quais 37,7 km já foram pavimentados. Obra retomada em 2021, com previsão de conclusão de 4,0 km no atual exercício. O segmento entre o entroncamento com a BR-230/PA e a divisa com o estado do Mato Grosso foi leilado para concessão em julho de 2021, tendo o contrato sido assinado em 04/2022. A respectiva concessionária encontra-se executando os trabalhos iniciais.

BR-222/CE - Acesso rodoviário ao Porto de Pecém: o empreendimento tem 58,5 Km de extensão e um lote de obras. O objeto do contrato é a construção de oito novas pontes, a restauração de três pontes existentes, três passarelas e passagens inferiores, além de um viaduto para linha férrea. O Termo de Recebimento Provisório do empreendimento já foi emitido pelo DNIT em 23/03/2022. Consequentemente, em 04/04/2022, foi emitida a Portaria nº 1658, designando a comissão responsável pelo recebimento definitivo das obras.

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

BR-163/MT - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil: o empreendimento é dividido em seis lotes e possui 403 km de extensão, tendo o seu início em 2009. Em agosto/2021 foi concluída a duplicação de todo o trecho entre Rondonópolis e Cuiabá.

BR-101/AL - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE: o empreendimento teve início em 2010, tendo uma extensão de 248,4 km. Atualmente está em obras com execução física de 89% do valor contratado. Em maio de 2022 foram entregues 9 km de pista duplicada, e concluídos os serviços da erosão de São Miguel. Em relação às 22 obras de arte especiais - OAE's novas, 19 estão concluídas e das 06 OAE's a Restaurar, 04 estão concluídas. O empreendimento tem sua conclusão prevista para janeiro de 2023.

BR-163/PR - Adequação - Cascavel – Guaíra: o empreendimento tem 147 Km de extensão e dois lotes de obras. Entre maio e junho de 2022 foram entregues o viaduto no acesso de Toledo, 2,4 km de pista duplicada e 5 km de marginais dentro do município - Toledo – Marechal Cândido Rondon. A obra encontra-se com os seguintes serviços realizados: terraplanagem, drenagem e sub-base em macadame. Previsão de conclusão da obra em novembro de 2022.

BR-163/PR - Adequação Entr.BR-277 - Cascavel – Marmelândia: o empreendimento tem 74 Km de extensão e apenas um lote de obras. Em 2022 permanecem pendentes as questões de desapropriação em dois trechos críticos: no perímetro urbano de Capitão Leônidas Marques e no Contorno de Lindoeste. Os serviços em andamento são referentes à manutenção de drenagem. Para o segundo semestre, há previsão de liberação de 15 Km de pista duplicada contínua em setembro, e mais 11 km até dezembro. Início da obra em 2014 e previsão de término em novembro de 2022.

BRs-116/290/RS - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba: a travessia principal foi entregue em dezembro de 2020. Em agosto de 2021, o contrato foi encerrado com execução física de 93,74% dos serviços contratados. Entre os serviços previstos neste contrato, estavam o apoio social para a realocação das famílias e, com a falta deste serviço, o DNIT teve de desistir das ações judiciais que envolvem a desapropriação e reassentamento por dificuldades operacionais. Encontra-se pendente o recebimento da obra, pois foram identificadas patologias no segmento. Embora a data de término de execução do contrato esteja finalizada, a construtora segue executando reparos pontuais e execução de acabamentos nas estruturas de OAE para a entrega definitiva dos serviços.

MODO FERROVIÁRIO - janeiro a junho/2022 (1º semestre)

3.20.1 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO FERROVIÁRIA: coordenação de ações e monitoramento de investimentos privados (Concessão e Autorização) e publicação de normativos atinentes a política pública setorial.

Concessões e Prorrogações

Os estudos para a Renovação da MRS Logística S.A. foram aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 1º de junho de 2022.

Programa de Autorizações Ferroviárias – PRO TRILHOS:

O Ministério da Infraestrutura emitiu 6 contratos de autorização no âmbito do Pro Trilhos, ainda durante a vigência da MPV 1065/2021, expirada em 06/02/2022:

Contrato de Adesão nº 1/2022 – Celebrado com a empresa Porto do Açu Operações S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-A13, em São João da Barra/RJ, acesso ferroviário ao Porto de Açu, para fins de transporte de carga e passageiros.

Contrato de Adesão nº 2/2022 – Celebrado com a empresa VLI Multimodal S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-480, de trecho localizado entre Cubatão/SP e Santos/SP, para fins de transporte de carga e passageiros.

Contrato de Adesão nº 3/2022 – Celebrado com a empresa Morro do Pilar Minerais S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-A16, de trecho localizado entre Colatina/ES e Linhares/ES, para fins de transporte de carga e passageiros.

Contrato de Adesão nº 4/2022 – Celebrado com a empresa Petrocity Ferrovias Ltda., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-355, de trecho localizado entre Unai/MG e Campos Verdes/GO, para fins de transporte de carga e passageiros.

Contrato de Adesão nº 5/2022 – Celebrado com a empresa 3G Empreendimentos e Consultoria Ltda., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-152, EF-A09 e EF414, de trechos localizados entre Barcarena/PA a Santana do Araguaia/PA, para fins de transporte de carga e passageiros.

Contrato de Adesão nº 6/2022 – Celebrado com a empresa Rumo S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-441, de trecho localizado entre Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT, para fins de transporte de carga e passageiros.

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

PROGRAMA DE EMPREENDIMENTOS FERROVIÁRIOS:

- Coordenação de ações e monitoramento de investimentos públicos (DNIT e VALEC)
- As obras ferroviárias da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) seguem em execução, tendo tido
- R\$ 1,734 bilhão executados e R\$ 1,710 bilhão a executar. Assim, foi atingido 54,5% de execução física.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS:

- Protocolado no dia 1º de julho de 2022, no Tribunal de Contas da União (TCU), as alternativas à caducidade dos processos da TLSA e FTL.
- Assinatura do Contrato da Prorrogação Antecipada da **MRS Logística S.A.** (previsão **jul/2022**)
- Entrega final dos estudos para **Benchmarking do Modelo de Autorização Ferroviária** Meta 2/TED 001/SNTT/2021 (previsão **jul/2022**)
- Regulamentação da **Lei nº 14.273/2021** (previsão **ago/2022**)
- Protocolo no Tribunal de Contas da União (TCU) dos estudos para a Prorrogação Antecipada da **Ferrovia Centro-Atlântica - FCA** (previsão **set/2022**)
- Realizar as audiências públicas da relicitação da **Rumo Malha Oeste** (previsão **set/2022**)
- Alteração do **Decreto nº 7.929/2013** (previsão **nov/2022**)
- Regulamentação do **RDT/RMPF** (previsão **nov/2022**)

Secretaria de Nacional de Trânsito - SENATRAN

Dados Gerais da SENATRAN

Deliberações CONTRAN publicadas - 13

Resoluções CONTRAN publicadas - 126

Termos de autorização de acesso – 92

Municípios integrados ao SNT – 32 / Total integrados 1814

Municípios habilitados ao Renainf – 55 / Total habilitados - 1655

Órgãos aderidos ao SNE – 29 / Total Ativos: 716

Renave – 6 UFs aderidas: Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás e Pernambuco

Principais Entregas 2022

Assinatura de Acordo de Cooperação (AC) com FUNDACIÓN MAPFRE - cooperação mútua para a implementação e desenvolvimento de campanhas de conscientização, visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil, tendo como parâmetro o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS)

Workshop MDR: apresentação do PNATRANS, pela SENATRAN, e da Política Nacional de Mobilidade Urbana, pela DEMOB/MDR, com vistas a identificar os pontos convergentes para proposição de ações conjuntas, amparadas pelo ACT 11/2021.

Encontros Regionais de Gestão Municipal do Trânsito e Segurança Viária - Região Nordeste e Região Sul com a finalidade de apresentar aos prefeitos, autoridades de trânsito e gestores municipais de trânsito ferramentas de gestão, integradas aos princípios do Visão Zero e às ações do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), para fomentar a segurança no trânsito e o desenvolvimento da mobilidade urbana nos municípios.

Curso Visão Zero: Realização de duas turmas do Curso Visão Zero para capacitação de agentes do sistema de trânsito do Governo do Brasil, de diferentes instituições, para o fortalecimento da segurança viária através do conceito de Sistema Seguro e Visão Zero para a posterior execução de políticas e ações de segurança da mobilidade.

Venda Digital – Nova funcionalidade do aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT), que permite a assinatura digital da Autorização para Transferência de Propriedade de Veículos (ATPV-e) pelo vendedor e comprador e a comunicação automática da venda.

12 UFs aderidas: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Ceará, Roraima, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Acre, Mato Grosso, Sergipe, Pará e Rio de Janeiro.

Encontro Regional de Educadores do Sistema Nacional de Trânsito - Educatran Regional 2022 - São cinco encontros, um em cada região do país, com o objetivo de aproximar o órgão máximo executivo da União junto às entidades e órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), especificamente no campo da educação para o trânsito, identificando desafios e buscando a construção de uma agenda conjunta de ações coordenadas para a educação para o trânsito em âmbito nacional, tendo como base o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans). Etapas Realizadas: Centro Oeste, nos dias 19 e 20 de maio de 2022; e Sudeste, nos dias 2 e 3 de junho.

Publicação da Agenda Regulatória 2022: indica 49 temas de cunho regulatório, relacionado aos pilares do PNATRANS, a serem estudados em 2022.

Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC) : cadastro inovador no Brasil que visa valorizar as boas práticas dos condutores e estimular o respeito às leis de trânsito, trazendo maior segurança para as vias brasileiras.

Secretaria de Nacional de Trânsito - SENATRAN

SENATRAN Itinerante - visita da Secretaria a todos as Unidades Federativas para assinatura do Termo de Compromisso com o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), a fim consolidar e estreitar esforços para a implantação das ações do Plano. Ao todo, 17 UFs foram visitadas desde o ano de 2021, sendo que no primeiro semestre de 2022 as visitas aconteceram nos seguintes Estados: Santa Catarina; Minas Gerais; Roraima; Espírito Santos; Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Acre e Paraíba.

Instituição da Câmara Temática do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (CTPNAT) - As Câmaras Temáticas são órgãos técnicos que têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do CONTRAN, nos termos do art. 13 do CTB. À CTPNAT compete a análise de demandas relacionadas a: a) coordenação das ações do Pnatrans; b) monitoramento de resultados das ações do Pnatrans; c) levantamento de estatísticas relacionadas aos efeitos das ações do Pnatrans; e d) proposição de aprimoramentos nas ações quanto aos objetivos do Pnatrans.

Dados de Licitações Realizadas

NE CCor - Modalidade Licitação	Natureza Despesa Detalhada	Ação Governo		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
INEXIGIBILIDADE	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	20YZ	APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA NACIONAL DE	423.406,99
DISPENSA DE LICITACAO	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	20YZ	APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA NACIONAL DE	5.650,00

Transferências de Recursos Financeiros

Emissão - Dia	Documento	Favorecido Doc.	Movim. Líquido - R\$ (Conta Contábil)
04/01/2022	200012000012022PF000001	200320	R\$ 634.829,33
13/01/2022	200320000012022PF000002	390004	R\$ 35.000,00
25/01/2022	200320000012022PF000003	390004	R\$ 90.000,00
30/03/2022	200320000012022PF000004	390004	R\$ 132.100,00
20/04/2022	200320000012022PF000007	390004	R\$ 499.152,74
27/04/2022	200320000012022PF000008	390096	R\$ 5.609.905,34
19/05/2022	200320000012022PF000010	390096	R\$ 6.025.015,63
06/06/2022	200320000012022PF000012	390096	R\$ 7.445.505,93
08/06/2022	200320000012022PF000013	390004	R\$ 50.000,00
20/06/2022	200320000012022PF000014	390004	R\$ 16.173,00
TOTAL			R\$ 20.537.681,97

Execução de Recursos Orçamentários

Ação	Descrição	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	R\$ 1.760.000,00			
20YZ	APOIO AO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA NACIONAL DE	R\$ 1.700.000,00	R\$ 429.056,99		
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	R\$ 4.000.000,00	R\$ 323.273,00	R\$ 189.974,41	R\$ 188.277,95
218T	MANUTENCAO E OPERACAO DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INF	R\$ 60.000.000,00	R\$ 38.691.524,63	R\$ 11.097.840,10	R\$ 11.097.840,10
212H	MANUTENÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	R\$ 800.000,00			
Total		R\$ 68.260.000,00	R\$ 39.443.854,62	R\$ 11.287.814,51	R\$ 11.286.118,05

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO INTEGRADO - DPI/SFPP

RESULTADOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS - Janeiro a junho – 2022

Conclusão do “ESTUDO DE APRIMORAMENTO DA METODOLOGIA DE DEVOLUÇÃO E DE REAPROVEITAMENTO DE TRECHOS E RAMAIS FERROVIÁRIOS ANTIECONÔMICOS

- O estudo foi realizado no âmbito da Cooperação Técnica não reembolsável BR-T1434, com título “Apoio à Estruturação de Projetos Ferroviários no Brasil”, na qual o Ministério da Infraestrutura é um dos beneficiários, tendo sido desenvolvida metodologia e aplicativo para simulação da economicidade dos trechos ferroviários, além de treinamento.

Desenvolvimento do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA DE CONCESSÕES DE RODOVIAS FEDERAIS – PROCROFE (atual Plano Setorial de Parcerias – modo Rodoviário)

- O programa tem como fornecer serviços técnicos especializados que irão apoiar o desenvolvimento de um plano estratégico de infraestruturas de transporte e logística, em específico ao Plano de Parcerias Terrestres – instrumento integrante do Plano Setorial Terrestre – integrante do Planejamento Integrado de Transportes.
- **Acompanhamento do PLANEJAMENTO INTEGRADO DE TRANSPORTES - PIT (Planos Setoriais)**
 - Os planos setoriais integram o PIT (Portaria MINFRA Nº 123/2020), e fazem a conexão entre o Plano Nacional de Logística e as ações do Ministério da Infraestrutura, indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parceria com a iniciativa privada.
 - Os planos encontram-se em desenvolvimento pelas Secretarias Nacionais, cabendo o acompanhamento e alinhamento da execução à metodologia definida pela Portaria MINFRA Nº 792/2021 ao DPI/SFPP.
 - § 2º Os Planos Setoriais deverão contemplar estudo das iniciativas para execução por meio de parceria com a iniciativa privada, denominados Planos Setoriais de Parcerias.
 - § 3º Os Planos Setoriais deverão basear-se em cenários de oferta de capacidade e demanda por transportes do Plano Nacional de Logística.

- No dia 27/06 recebemos o Ofício 030.797/2022-SEPROC relativo ao Acórdão Nº 1472/2022 do TCU – Plenário relativo a Auditoria Operacional do Processo de Construção do PNL 2035. Encontra-se em elaboração, com prazo para setembro, a elaboração de um plano de ação deste ministério, conforme solicitado.

- Em relação à elaboração dos Planos Setoriais, o DPI está acompanhando o desenvolvimento, participando de reuniões de alinhamento com as secretarias nacionais e com a EPL – responsável pelo desenvolvimento do PSTT, PSH e PSP. Ainda na primeira quinzena de julho está prevista a entrega da primeira parte do relatório dos planos para consulta pública.

Conclusão do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TRANSPORTES

- O Anuário Estatístico de Transportes é uma publicação do Ministério da Infraestrutura disponibilizada na forma de painéis interativos por meio de parceria com a [EPL](#), com séries históricas de informações de transportes, indicadores econômicos, dados de acidentes e meio ambiente.

Conclusão do CADERNO TRANSPORTES 2021

- O Caderno Transportes é um relatório anual, publicado pelo Ministério no primeiro trimestre apresentando um balanço das ações e investimentos realizados pela Pasta durante o exercício anterior. A publicação contempla as ações e empreendimentos de todos os setores de transporte (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo), além dos investimentos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC) e Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET) e das aplicações dos valores de incentivos ao investimento, de REIDI e Debêntures.

07
PROJETOS

Programa: Programa de Fomento e Melhoria do Ambiente de Negócios

- | | |
|---|------|
| • Revisão da lei Nº 12431-2011 | 100% |
| • Revisão dos processos de debêntures e REIDI | 100% |

Programa de Reordenação Institucional do Setor

- | | |
|--|------|
| • Liquidação CODOMAR | 100% |
| • Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 95% |
| • Desestatização da Autoridade Portuária de Santos (SPA) | 65% |
| • Projeto Infra SA | 60% |
| • CODEBA - Porto Organizado de Salvador- Aratu Candeias. | 10% |

Fundos Institucionais

Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

- Receita do Fundo Nacional de Aviação Civil **R\$ 713,43 milhões**;
- Total pago **R\$ 44,98 milhões** (restos a pagar pagos + despesas);
- 1 empreendimento concluído: **Aeroporto Oiapoque/AP**.

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

- Receita do Fundo da Marinha Mercante de **R\$ 5,01 bilhões**;
- Desembolso de recursos de **R\$ 194,94 milhões**;
- Entrega de **12 projetos** com auxílio financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM);
 - **8 reparos**;
 - **2 embarcações de Apoio Marítimo**;
 - **1 embarcação de Apoio Portuário**; e
 - **1 embarcação de Navegação Interior**.
- **35 projetos** com auxílio financeiro da Conta Vinculada (AFRMM)*, liberação de R\$ 229,22 milhões:
 - **28 reparos**; e
 - **7 embarcações de Navegação de Interior**.
- Sistema Mercante:
 - Conclusão do novo módulo de processamento e cálculo do Rateio da Conta Especial do AFRMM.
 - Em continuidade à implantação de nova consulta para acompanhamento da situação do Ressarcimento do AFRMM Administrado pela Receita Federal.

*relatório trimestral.



Fundo da Marinha Mercante - FMM

Fundo da Marinha Mercante



Entrega de 12 projetos:

8 Reparos;
2 embarcações de Apoio Marítimo;
1 embarcação de Apoio Portuário; e
1 embarcação de Navegação Interior.

Contas Vinculadas



35 projetos concluídos*:

28 reparos; e
7 embarcações de Navegação de Interior.

*Fonte: 1 trimestre



Fomento à Aviação Civil - FNAC

Ação do Governo	Despesas Empenhadas (mi)	Despesas Pagas (mi)
Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional (ação 14UB):	R\$ 32,63	R\$ 6,79
Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil (ação 20SW)	R\$ 0,7	-
Desenvolvimento da Aviação Civil (210F)	R\$ 6,78	R\$2,37
Reforma e Reaparelhamento do aeroporto de Maringá/PR (ação 15UW):	R\$ 5,3	-
Reforma e Reaparelhamento do aeroporto de Fernando de Noronha (ação 15UZ):	R\$ 18,82	-
Reforma e Reaparelhamento de aeroporto de COARI/AM (ação 15UX):	R\$ 4,33	R\$ 0,67
Reforma e Reaparelhamento de aeroporto civil de Alcantara/MA (ação 15V2):	R\$ 4,63	-
Administração da Unidade (ação 2000)	R\$ 0,13	R\$ 0,089
Estudos e Projetos (ação 20UC)	R\$ 5,53	-



Fomento à Aviação Civil – FNAC

Execução Orçamentária

Lei Orçamentária Anual - LOA/2022

Recursos destinados ao FNAC

R\$ 118.20 mi

Dotação Disponível

R\$ 115,26 mi

Despesas Empenhadas

R\$ 78,87 mi

Percentual de Execução

68,42%

Despesas Pagas

R\$ 44,98 mi

Percentual de Execução

39,02%

Restos a Pagar Pagos no exercício

Restos a Pagar
Inscritos

R\$ 163,49 mi

Restos a Pagar Pagos

R\$ 35,05 mi

Percentual de Execução

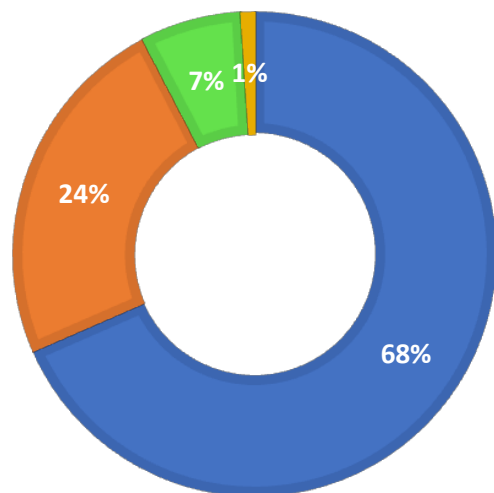
21,43%



Fomento à Aviação Civil - FNAC

DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS

14UB 210F 15UX 2000



Construção, Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional (ação 14UB):

Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil (ação 20SW)

Desenvolvimento da Aviação Civil (210F)

Reforma e Reparelhamento de aeroporto de COARI/AM (ação 15UX):

Reforma e Reparelhamento de aeroporto civil de Alcantara/MA (ação 15V2):

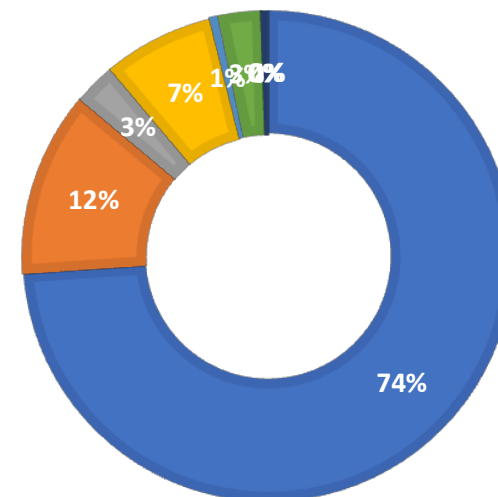
Administração da Unidade (ação 2000)

Instalação de Equipamentos de Auxílio de Navegação Aérea (ação 15V1)

Construção, Reforma e Reparelhamento das Infraestruturas Aeroviárias (ação 14UC):

DETALHAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PAGOS

14UB 210F 15V2 15UX
15V1 14UC 20SW 2000



06 projetos de REIDI aprovados

3 setor ferroviário

2 setor rodoviário

1 setor portuário

**Impacto do benefício
estimado de R\$ 0,47 bilhão.**

Projetos aprovados 2022	Valor total do impacto do benefício estimado (R\$ bilhão)
Ferrovias	0,19
Rodovias	0,28
Portos	0,03
Total	0,47

Ferroviário

- Rumo Malha Paulista S.A. Rumo Malha Paulista S.A.
- Rumo Malha Norte S.A
- Bracell SP Celulose LTDA

Rodoviário

- Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A
- Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.

Portuário

- PORTOCEL – Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A

DEBÊNTURES INCENTIVADAS

06 projetos de Debêntures aprovados

3 setor rodoviário

2 setor ferroviário

1 setor portuário

R\$ 2,24 bilhões

Valor emitido

R\$ bilhões	Rodovias	Ferrovias	Portos	Aeroporto	Total
Volume de Debêntures Incentivadas emitidas em 2022	0,81	0	0,15	1,27	2,24

Rodoviário

- Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.
- Concessionária Rodovias do Tietê - Em Recuperação Judicial
- Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A

Ferroviário

- Rumo Malha Sul S.A.
- Rumo Malha Norte S.A.

Portuário

- CSN Mineração S.A.

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS - DEAP/SFPP

RESULTADOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS - Janeiro a junho – 2022

Programa de arrendamentos portuários

- **3 terminais arrendados:**
 - STS11 – Arrendamento do terminal de grãos sólidos no Porto de Santos/SP
 - Vencedor: Cofco Internacional Brasil
 - Outorga: R\$ 10.000.000,00
 - SUA07 – Arrendamento de terminal para movimentação e armazenagem de grãos minerais e carga geral no Porto de Suape/PE
 - Vencedor: Consórcio Sua Grãos
 - Outorga: R\$ 15.000,00
 - PAR32 – Arrendamento do terminal de carga geral com ênfase em açúcar ensacado no Porto de Paranaguá/PR
 - Vencedor: FTS Participações Societárias
 - Outorga: R\$ 30.000.000,00

Programa de concessões de rodovias

- Rodovia concedida: Rodovia - Rio-Valadares (BR – 116/493/465/RJ/MG)
 - Vencedor: EcoRodovias

Resumo:

- **04** ativos leiloados
- **R\$ 12,17 bilhões** em investimentos contratados
- **R\$ 40,015 milhões** a serem arrecadados em **outorgas**, quando das assinaturas dos contratos
- Expectativa de **geração de 370.164 mil empregos** diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos

PROJETOS QUALIFICADOS NO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS (PPI)

- **Qualificação em atendimento à Resolução 135: 21 ativos**
 - 15 aeroportos – 03 blocos da 7ª Rodada de concessões:
 - Aviação Geral (2)
 - NORTE II (2)
 - SP/MS/PA (11)
 - 6 lotes das Rodovias Integradas do Paraná
- **Qualificação de 4 terminais portuários para fins de arrendamento**
 - SFS201: Arrendamento de terminal de carga geral no Porto de São Francisco do Sul/SC
 - POA11: Arrendamento de terminal de grãos sólidos no Porto de Porto Alegre/RS
 - VDC04: Arrendamento de terminal de grãos sólidos minerais no Porto de Vila do Conde/PA
 - TGS02: Arrendamento de terminal de granel sólido mineral no Porto de Itaguaí/RJ
- **Relicitação**
 - Rodovia Rota do Oeste (BR-163/MT - BR-163 e MT-407 do MS até o entroncamento com a MT-220)
 - Extensão: 850,9 Km
- **Inclusão no PND**
 - Autoridade Portuária de Santos (SPA)

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA

Principais Entregas/Resultados

AUTORIZAÇÕES PORTUÁRIAS

De janeiro a junho de 2022, no âmbito das instalações portuárias privadas autorizadas, foram assinados **06 (seis)** contratos de adesão que autorizaram/regularizaram cerca de **10,5 bilhões** de reais em investimentos, visando a movimentação de todos os tipos de perfis de carga (contêineres, cargas gerais, graneis sólidos, líquidos e gasosos). Também foram assinados **10 (dez)** aditamentos contratuais visando atualizar as autorizações às novas condições requeridas para os terminais, resultando em novos potenciais investimentos de **373 milhões** de reais. As autorizações e aditamentos abrangeram diversas regiões do Brasil (norte, sudeste e sul). No presente momento, existem portanto, **263 (duzentos e sessenta e três)** autorizações vigentes.

Além disso, **encontram-se com pleitos iniciados** outras **40 (quarenta)** autorizações que permitirão investimentos privados previstos de cerca de **33,6 bilhões** de reais, além de outros **43 (quarenta e três)** aditamentos contratuais que proporcionarão potencialmente mais **3,2 bilhões** de reais em investimentos nas instalações portuárias privadas autorizadas por meio de contrato de adesão.

DESESTATIZAÇÕES PORTUÁRIAS

1. Desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e concessão pública dos Portos de Vitória e Barra do Riacho. Leilão nº 01/2022 – PPI/PND.
Sessão pública: 30/03/2022.
Licitante vencedor: Consórcio FIP Shelf 119 Multiestratégia.
Outorga: R\$ 106 milhões.
Previsão de assinatura do contrato: 3º trimestre de 2022.
Edital, contrato e anexos disponíveis no site do BNDES.

2. Desestatização do Porto Organizado de São Sebastião/SP.
Processo encaminhado ao TCU para análise em 08/06/2022, acompanhado das minutas de edital, contrato e respectivos anexos.

3. Desestatização do Porto Organizado de Itajaí/SC.
Aprovado, em 28/06/2022, o relatório referente às contribuições recebidas no âmbito da consulta e audiência públicas.
Iniciada a fase de ajuste dos documentos relativos à modelagem proposta.

ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS

1. Leilão para arrendamento da instalação portuária STS11, do Porto de Santos/SP (Leilão nº 01/2022-ANTAQ).
Sessão pública: 30/03/2022.
Licitante vencedor: Cofco International Brasil S.A.
Valor de outorga ofertado: R\$ 10 milhões.
CAPEX: R\$ 764.846.000,00
Previsão de assinatura do contrato: 3º trimestre de 2022.
Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.
2. Leilão para arrendamento da instalação portuária SUA07, do Porto de SUAPE/PE (Leilão nº 02/2022-ANTAQ).
Sessão pública: 30/03/2022.
Licitante vencedor: Consórcio SUA Graneis, composto pelas empresas Agemar Transportes e Empreendimentos LTDA, Loxus Graneis LTDA, e Marajó Logística e Serviços LTDA - MARLOG.
Valor de outorga ofertado: R\$ 15 mil.
CAPEX: R\$ 59.842.000,00
Previsão de assinatura do contrato: 3º trimestre de 2022.
Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA

3. Leilão para arrendamento da instalação portuária PAR32, do Porto de Paranaguá/SP (Leilão nº 01/2022-APPA).

Sessão pública: 30/03/2022.

Licitante vencedor: FTS Participações Societárias S.A.

Valor de outorga ofertado: R\$ 30 milhões.

CAPEX: R\$ 4.170.000,00

Previsão de assinatura do contrato: 3º trimestre de 2022.

Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.

4. Assinatura do Contrato de Arrendamento nº 01/2022, realizada em 13/05/2022, referente à instalação portuária MUC01, do Porto de Fortaleza/CE (Leilão nº 03/2021).

Arrendatária: Terminal de Grãos de Fortaleza LTDA – TERGRAN

CAPEX: R\$ 47.695.000,00

Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.

5. Assinatura do Contrato de Arrendamento nº 02/2022, realizada em 28/04/2022, referente à instalação portuária IMB05, do Porto de Imbituba/SC (Leilão nº 11/2021).

Arrendatária: Fertilizantes Santa Catarina LTDA – Fertilisanta

CAPEX: R\$ 25.053.571,31

Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.

6. Assinatura do Contrato de Arrendamento nº 03/2022, realizada em 13/05/2022, referente à instalação portuária MCP02, do Porto de Santana/AP (Leilão nº 03/2021).

Arrendatária: Caramuru Alimentos S.A.

CAPEX: R\$ 41.351.000,00

Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.

7. Assinatura do Contrato de Arrendamento nº 04/2022, realizada em 12/04/2022, referente à instalação portuária BEL09, do Porto de Belém/PA (Leilão nº 15/2018).

Arrendatária: Transpetro BEL 09 S.A.

CAPEX: R\$ 124.628.605,00

Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.

8. Assinatura do Contrato de Arrendamento nº 06/2022, realizada em 01/07/2022, referente à instalação portuária STS08A, do Porto de Santos/SP (Leilão nº 06/2021).

Arrendatária: Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS

CAPEX: R\$ 678.326.000,00

Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.

9. Assinatura do Contrato de Arrendamento nº 07/2022, realizada em 28/06/2022, referente à instalação portuária MAC13, do Porto de Maceió/AL (Leilão nº 07/2021).

Arrendatária: Empresa Alagoana de Terminais Ltda - EMPAT

CAPEX: R\$ 57.864.000,00

Edital, contrato e anexos disponíveis no [site](#) da ANTAQ.

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA

Evento Inova Portos

A cultura de inovação no setor portuário brasileiro foi tema da 1ª edição do Inova Portos, realizado nos dias 04 e 05 de abril, no Porto de Itaquí, cujo público-alvo foram os presidentes e diretores das Autoridades Portuárias brasileiras. O evento, que faz parte das iniciativas desta pasta para o fomento da inovação nos portos, contou com a participação do Secretário de Portos em sua abertura, bem como do Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária em dois painéis, sendo eles, Painel de Governo Digital e Painel de Governança de Inovação no setor Portuário, além de consultores, professores e startups do setor portuário. Na oportunidade foi ainda compartilhado com os participantes do evento o Porto que receberá a segunda edição, que será Santos, com previsão para 22 e 23 de agosto deste mesmo ano.

Painel de Indicadores Portuários

O Ministério da Infraestrutura, em parceria com a Confederação Nacional de Transporte – CNT e apoio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, desenvolveu o Painel de Indicadores Portuários, que é uma ferramenta com o objetivo de acompanhar as performances dos órgãos anuentes nos portos públicos, subsidiar os usuários, dirigentes, anuentes e atores do setor portuário quanto ao desempenho dos órgãos, permitindo a avaliação comparativa entre os portos e os órgãos anuentes, o que auxiliará na melhoria da eficiência dos serviços prestados. O sistema teve a sua versão preliminar entregue em fevereiro e, está sendo internalizado no Ministério da Infraestrutura. A entrega é uma iniciativa do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD) da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – Conaportos.

3ª edição do Prêmio Portos + Brasil (IGAP)

No dia 23 de junho foi realizada a 3ª edição do Prêmio Portos + Brasil, iniciado em 2020, como medida de incentivo à excelência na gestão e operação dos portos públicos organizados e dos terminais de uso privados. Neste ano houve premiação em 9 categorias, sendo criada uma nova para avaliar a melhoria do desempenho dos portos públicos no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias – IGAP, denominada “Avanço IGAP”. Ressalta-se que a premiação tem como premissa a Portaria Nº 574, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe da descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados, com base em diversos indicadores de desempenho que compõem o IGAP, com vistas à melhoria da gestão e do desempenho portuário. Outro resultado entregue é o resultado do Ranking IGAP, 2022, em julho, onde pode ser [consultado no site](#) do Ministério da Infraestrutura, contendo todos os indicadores dos portos públicos brasileiros.

Porto Sem Papel 2.0 – Janela Única Aquaviária (JUA)

No primeiro semestre de 2022, o Ministério da Infraestrutura realizou diversas entregas no âmbito da modernização do sistema Porto sem Papel (PSP 2.0) e do projeto Janela Única Aquaviária, que contemplam a melhoria significativa do PSP e sua integração ao Portal Único de Comércio Exterior (PUCOMEX). As medidas têm como objetivo implementar diversas melhorias e redução de custos para os usuários do PSP, facilitando o trabalho dos usuários como, agentes de navegação, na obtenção de anuências para estadia da embarcação e na diminuição do fardo administrativo tanto para o setor privado, quanto para o setor público. Dentre as entregas, podemos destacar a revisão de regras de negócios, que promoveu adequações com vistas a aprimorar a performance do sistema e melhorar a qualidade da informação com a eliminação de registros desnecessários. O sistema também passou por uma reformulação visual em suas telas principais, que resultou em uma plataforma moderna e intuitiva. Dentre outras entregas, citamos a implementação da funcionalidade de Agendamento de Vistoria da Embarcação realizada pela Marinha do Brasil, automatizando todo o processo de agendamento destas vistorias, além do novo Painel de Bordo do PSP, que melhora a comunicação entre os usuários do setor portuário brasileiro. O projeto segue ainda com a harmonização de cadastros, com o intuito de eliminar tabelas e dados redundantes, gerando inclusive redução de custos do Estado para manutenção do sistema.

Port Community System (PCS)

A iniciativa que permitirá a modernização dos sistemas e a redução do tempo e custo das operações portuárias, foi financiada pelo governo do Reino Unido por meio de parceria com os ministérios da Infraestrutura e da Economia, no âmbito do Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido. O projeto com o governo britânico foi finalizado no primeiro trimestre de 2022, com a deliberação da Conaportos - Comissão Nacional de Autoridades nos Portos em emitir Resolução que recomende que as comunidades portuárias adotem padrões de interoperabilidade para implantação de PCS, com vistas à maior eficiência das operações nos portos organizados e demais instalações portuárias, além de disponibilizar todo o conteúdo apurado nos meses do projeto, incluindo os modelos de Business Plan elaborados para o Porto de Santos e Itajaí. A Comissão Nacional, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com a Procomex/ITS, seguirá com realização de pesquisas aplicadas e projetos de inovação voltados para o desenvolvimento de áreas estratégicas de interesse desta Pasta onde exista a aplicação de softwares e serviços tecnológicos. Ressalta-se que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários permanece acompanhando e fomentando a implantação dos projetos pelas autoridades portuárias, que possuem autonomia para a gestão desta iniciativa, que permitirá o aumento da integração dos atores da comunidade portuária, públicos e privados, resultando na melhoria de eficiência dos portos brasileiros.

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA

Planejamento Portuário

No primeiro semestre de 2022, foi dado início às tratativas de atualização dos Planos Mestres dos complexos portuários de São Francisco do Sul, Manaus, Cabedelo, Imbituba, Santana, Santarém, Suape e Recife, com previsão de 8 novos complexos até o final de 2022. Além disso, foi apresentada a versão preliminar da metodologia do Plano Setorial Portuário, que está em fase de validação interna. Destaca-se, também, que foram atualizados os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ dos Portos de Recife e Fortaleza.

As ações são resultado da Portaria nº 123/2020 e da Portaria nº 61/2020, assim dispondo:

Planos Setoriais: farão a conexão entre o Plano Nacional de Logística e as ações do Ministério da Infraestrutura, indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parceria com a iniciativa privada.

Planos Mestres: instrumento de planejamento de Estado voltado aos complexos portuários que abranjam os portos organizados, considerando as perspectivas do planejamento de transportes em nível estratégico, que visa a direcionar ações e investimentos de curto, médio e longo prazos nos portos, na relação porto-cidade e em seus acessos.

Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ - instrumento de planejamento da Autoridade Portuária, que contempla as estratégias e ações para a expansão e o desenvolvimento integrado, ordenado e sustentável das áreas e instalações do porto organizado.

Convênios de Delegação

Em março foi aprovada a nova versão para aperfeiçoamento dos convênios de delegação celebrados entre o Ministério da Infraestrutura e dos portos sob gestão dos estados e municípios, com vistas a promover melhorias de gestão, as quais irão permitir às autoridades de maior autonomia administrativa e financeira, o estabelecimento de objetivos, metas, resultados e prazos para a sua consecução, bem como indicadores e critérios de avaliação do desempenho da gestão e profissionalização de gestores dos portos, a facilitação das atividades de fiscalização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário, dentre outras medidas.

Poligonais

Com o objetivo de promover maior segurança jurídica à comunidade portuária, foram atualizadas as poligonais dos portos organizados de Santarém, Suape e Santos, medida que torna claros os limites de competência do porto e a interface entre investimento público e privado, evitando, assim, conflitos de gestão.

Obras Aquaviárias

1. Fiscalização das obras de ampliação e modernização do Cais da Gamboa entre os cabeços 100 e 124 no porto do Rio de Janeiro

Tabela 01 - Demonstrativo das Notas de Empenhos nas Ações Orçamentárias (R\$)

Ação	Nota de Empenho	Valor Original NE
OF		
00HZ	2019NE000024	9.606.579,00
	2019NE000025	55.000.000,00
	Total da Ação	64.606.579,00

Valor total repassado: R\$ 64.606.579,00 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais).

Contratação no início de fevereiro, com entrega do projeto executivo em junho, e início da obra em julho.

Contrato de R\$ 104 milhões – valor excedente pago pela Companhia Docas do Rio de Janeiro.

2. Obra de reparação do Terminal Salineiro de Areia Branca - TERSAB

Tabela 02 - Demonstrativo das Notas de Empenhos nas Ações Orçamentárias (R\$)

Ação	Nota de Empenho	Valor Original NE
OF		
OEB6	2017NE000013	7.000.000,00
	2018NE000021	5.459.668,00
	2019NE000030	7.551.885,00
	2019NE000031	500.000,00
	2019NE000032	16.839.161,00
	2019NE000033	30.000.000,00
	Total da Ação	67.350.714,00

Valor total repassado: R\$ 67.350.714,00 (sessenta e sete milhões, trezentos e cinquenta mil setecentos e quatorze reais).

45% (quarenta e cinco por cento) de execução alcançada até julho.

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA

GESTÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E CONCESSÃO

No período de janeiro a junho de 2022, o Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – DGCO/SPNTA gerenciou **186** (cento e oitenta e seis) **contratos administrativos** relacionados a arrendamentos e/ou concessões portuárias, localizados em todo o território brasileiro.

Foram autorizados **R\$ 10.227.230.249,73** (dez bilhões, duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e trinta mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos) em novos investimentos nas áreas arrendadas e/ou concedidas.

TRANSPORTE MARÍTIMO

No primeiro semestre de 2022, houve relevantes aprimoramentos das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento do transporte marítimo nacional. A principal medida a ser mencionada é a instituição do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, denominado BR do Mar, em razão da promulgação da Lei nº 14.301, de 2022.

O Programa BR do Mar visa promover as condições necessárias para que ocorra o aumento da disponibilidade de frota, com menores custos operacionais, para atender os usuários do transporte marítimo de cabotagem de forma perene. Houve também maior flexibilização das condicionantes para que as empresas brasileiras de navegação possam constituir frota, proporcionando maior competitividade para o segmento.

Entre as principais medidas de flexibilização contidas no Programa BR do Mar está a possibilidade das empresas brasileiras de navegação poderem afretar navios estrangeiros para operarem na cabotagem nacional. Tal medida, propicia que os benefícios tributários, concedidos para as embarcações registradas em outros países, possam ser percebidos pelo mercado de cabotagem brasileiro.

A prorrogação da política de subvenção ao transporte aquaviário, trazida pelo art. 24 da Lei nº 14.301, de 2022, relativa a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM sobre as mercadorias com origem ou destino em portos localizados na Região Norte ou Nordeste do País, também foi medida de grande relevância para o desenvolvimento do modal.

Outra significativa medida implementada, a ser destacada, é a possibilidade de as empresas brasileiras de navegação poderem operar somente com embarcações afretadas, em razão da inclusão do § 2º do art. 10 da Lei nº 9.432, de 1997. O estabelecimento da figura da empresa brasileira de investimento na navegação, viabilizando a realização de operações de leasing no mercado de transporte marítimo nacional, também foi um considerável aprimoramento do ordenamento do transporte aquaviário.

Houve relevante redução das alíquotas de incidência do AFRMM em relação aos valores de frete marítimo, passando de 25% para 8% para o transporte das cargas importadas e de 10% para 8% para a navegação de cabotagem, na forma do art. 6º da Lei nº 10.893/2004.

Desde o dia 5 de fevereiro de 2022, deixou de vigorar o Acordo sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na forma definida pelo inciso III do art. 3º do Decreto nº 10.786, de 2021, possibilitando que as embarcações de qualquer país possam atuar no transporte de carga entre esses dois países.

A manutenção das embarcações para o transporte de mercadorias na Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum, refletindo em alíquota 0% de imposto de importação, beneficiou o investimento na aquisição de 2 novas embarcações para o transporte de carga granel na cabotagem nacional, correspondendo a investimentos de US\$ 80 milhões pela iniciativa privada, segundo os dados da COMEX STAT.

Diagnóstico sucinto do andamento ou entrega das atividades até julho de 2022.

Desenvolvimento do Plano Setorial Hidroviário com o apoio técnico da EPL. Esse plano atende os preceitos estabelecidos na Portaria 123/2020 quanto ao desenvolvimento do Planejamento integrado de transportes (PIT), que inclui o Plano nacional de logística e os planos Setoriais de transportes.

Continuidade das atividades relacionadas à elaboração de políticas públicas para a navegação interior, ao programa de fomento à navegação interior, de forma articulada com os usuários, embarcadores e operadores de transportes, para fomentar a utilização do transporte hidroviário, que está sendo desenvolvido em 5 frentes:

Frente 1: Desenvolvimento do projeto de Hidrovia da Lagoa Mirim, já qualificado no Programa de Parcerias de Investimento - PPI, no trecho entre o Canal do Sangradouro (Extremo Norte) até o Canal de Acesso ao Porto de Santa Vitória do Palmar (Extremo Sul), no Estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento é a primeira hidrovia qualificada no PPI. O projeto de parceria com o setor privado visa garantir a navegação na Lagoa Mirim por meio de investimento de dragagem e de sinalização e compreende um importante passo para o desenvolvimento da Hidrovia Brasil-Uruguaí.

Frente 2: Concluída no final de 2021, com a publicação da Portaria nº 148, de 17 de dezembro de 2021.

Frente 3: Proposta de melhoria da representatividade e gestão das hidrovias, e que trata da criação do CONAHIDRO e dos conselhos Hidroviários. Essa frente está sendo desenvolvida considerando a atualização do decreto do CONATT. Atualmente o Minfra recebe as contribuições da Marinha do Brasil quanto ao assunto, e adequa as minutas e documentos de instrução.

Frente 4 e 5 - Já com relação à modernização na formação de Fluviais e da regulação técnica da Marinha, ficou acordado de a Marinha tratar este assunto, nas frentes 4 e 5, dentro do CONAHIDRO (quando ele for criado).

Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Aviação civil

O Programa Aviação Civil, contemplado no PPA 2020-2023, busca atender os desafios do setor, considerando o propósito estabelecido pela Política Nacional de Aviação Civil - PNAC de “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial”.

O Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil - IDAC é o Indicador 8677 do PPA 2020 - 2023 e busca avaliar os resultados e impactos da política de aviação civil por meio de três “sub-índices” que abordam a competitividade (Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária - IDRA), a satisfação do usuário (Índice de Satisfação Geral dos Passageiros - ISGP) e a segurança (Índice de Segurança da Aviação Civil - ISAC). Para fins comparativos, o resultado do IDAC em 2021 havia sido 0,489.

Ano	Resultado IDAC	Meta	Peso	Subíndices	Total (2022)	Referência (2018)
2022 (1º semestre)	0,745	0,665	0,5	IDRA	0,849	0,594
			0,3	ISGP	0,552	0,512
			0,2	ISAC	0,778	0,533

O Programa é monitorado continuamente e contribui para a melhoria dos indicadores com foco na competitividade da aviação civil brasileira (número de aeroportos atendidos e quantidade de passageiros transportados), na qualidade (opinião dos passageiros) e na segurança da aviação civil. Assim, foram criados três subíndices com diferentes pesos para a composição do IDAC:

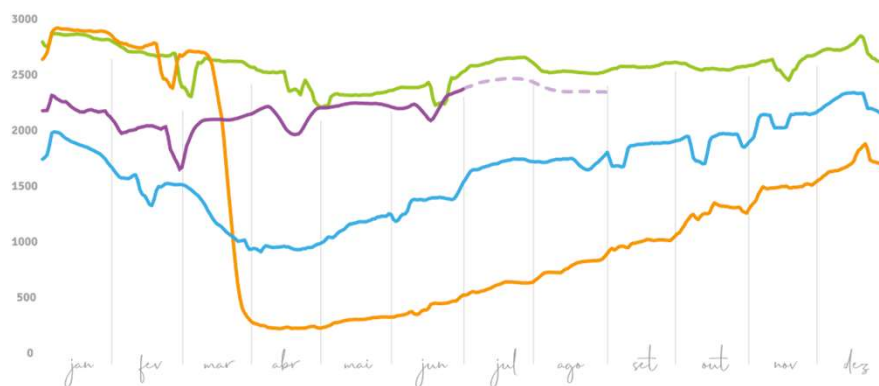
Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária (IDRA) – para os dois primeiros trimestres de 2022, houve a continuidade da metodologia utilizada no ano anterior. Porém, como são dados parciais, foram considerados todos os aeroportos que tiveram operações por pelo menos um mês no referido período. Dessa forma, o resultado obtido foi de 0,738. Vale salientar que o IDRA representa 50% do peso total do IDAC;

Índice de Satisfação Geral dos Passageiros (ISGP) - foi realizada a pesquisa de satisfação dos passageiros no primeiro e segundo trimestres de 2022. O valor de satisfação do período foi de 4,4, resultando no valor do ISGP de 0,552;

Índice de Segurança da Aviação Civil (ISAC) - criado a partir do número médio de acidentes dentro do período do PPA 2020-2023 (metodologia ajustada, pois a anterior se baseava nos acidentes dos últimos cinco anos), em que quanto menor o número de acidentes, maior o índice. Cabe esclarecer que não se trata de uma meta de “média do número de acidentes”, mas sim, uma “meta de segurança”, inversamente proporcional à média do número de acidentes. No ano de 2021, ocorreu 1 (um) acidente nas operações de voos regulares, obtendo o valor do ISAC igual a 0,667. No primeiro semestre de 2022, não houve registro de acidentes em voos regulares.

IMPACTO NOS VOOS TOTAIS: 2019 VS. 2020 VS. 2021 VS. 2022

VOOS ENTRE AEROPORTOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS



Principais resultados

Concessões Aeroportuárias

O Brasil possui atualmente pelo menos dez diferentes operadores privados atuando na gestão e exploração aeroportuária, muitos deles trazendo experiências internacionais. Os 44 aeroportos já concedidos respondem por aproximadamente 74,8% do tráfego doméstico e 99,2% do internacional. Os números refletem o êxito do programa federal de concessões e a importância de sua continuidade. Nesses aeroportos serão investidos pelo setor privado mais de R\$ 60 bilhões durante o período das concessões, sendo que, desse total, mais de R\$ 20 bilhões já foram realizados. O montante investido pelas concessões privadas é maior do que o valor investido em toda a infraestrutura aeroportuária nacional nos 16 anos anteriores ao início das concessões (1995 a 2010).

No primeiro semestre de 2022, houve importantes avanços no processo da Sétima Rodada de Concessões Aeroportuárias, que deve conceder à iniciativa privada outros 15 aeroportos, que estão divididos em três blocos: Bloco Aviação Geral, composto pelos Aeroportos Campo de Marte - São Paulo/SP e de Jacarepaguá/RJ - Roberto Marinho (SBJR); Bloco Norte II: formado pelos Aeroportos de Belém (Val de Cans) e Macapá/AP; e Bloco SP/MS/PA/MG: constituído pelos Aeroportos de Congonhas/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Santarém/PA, Marabá/PA, Carajás - Parauapebas/PA, Altamira/PA, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG e Uberaba/MG.

Referidos aeroportos foram qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND) por meio do Decreto nº 10.635, de 22 de fevereiro de 2021.

A elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) que subsidiam a modelagem da Sétima Rodada foi conduzida pelo Minfra e os EVTEA selecionados por meio do Edital de Seleção de Estudos nº 1/2021 e, em seguida, submetidos à Consulta Pública ANAC nº 13/2021. Após as análises das contribuições, os documentos jurídicos e os EVTEA foram submetidos para análise e aprovação do Tribunal de Contas da União, em conformidade com a Instrução Normativa-TCU nº 81/2018. Na sequência, a ANAC publicou em seu sítio na internet o edital de leilão e a minuta do contrato de concessão a ser celebrado com o vencedor de cada objeto (bloco). A Sessão Pública do leilão da Sétima Rodada está prevista para ocorrer no dia 18 de agosto de 2022 na sede da B3 e a assinatura dos contratos de concessão em dezembro de 2022.

Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

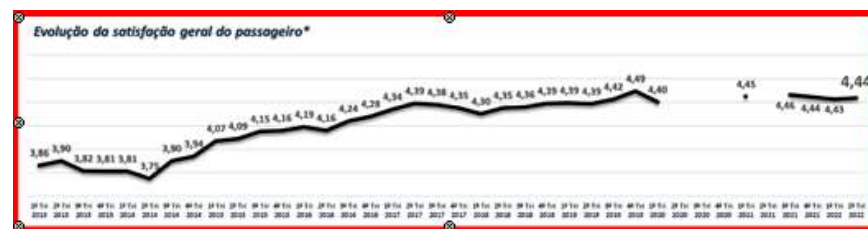
O Brasil segue ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização.

No primeiro semestre de 2022, foram concluídas as seguintes obras:

- Aeroporto de Linhares/ES (Lado Ar): construção de nova PPD e de nova pista de táxi, melhoramento da pista de táxi existente "B", ampliação do pátio de aeronaves, sinalização horizontal, sinalização luminosa na nova pista de pouso e decolagem e na pista de táxi.
- Aeroporto de Coxim/MS: execução de recapeamento na PPD, pista de taxi e pátio de aeronaves e implantação de cerca operacional;
- Aeroporto de Fernando de Noronha/PE: Aquisição e instalação de equipamentos de auxílio a navegação aérea - sinalização dos morros que constituem obstáculos à navegabilidade;
- Aeroporto de Santarém/PA: demolição e reconstrução das cabeceiras da pista de pouso e decolagem;
- Aeroporto de Navegantes/SC: reforma e ampliação do terminal de passageiros e edificações complementares;
- Aeroporto de Campo Grande/MS: Reforma, ampliação e modernização do TPS;
- Aeroporto de Congonhas/SP: (1) Ampliação da sala de embarque, embarque remoto e área de vistoria do SBSP; (2) Adequações da infraestrutura para certificação operacional (3) Adequações da infraestrutura para certificação operacional e aumento da extensão da PPD para fins de despacho de voo (4) EMAS e obras complementares da PPD principal;
- Aeroporto de Foz do Iguaçu/PR: Ampliação do aterro da faixa de pista (glide slope do ISL); e
- Aeroporto de Belém/PA: Adequações da infraestrutura para certificação operacional.

Outras entregas

Adotando a premissa da qualidade dos serviços ofertados e a importância da opinião dos passageiros nas decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, é realizada pesquisa de satisfação do usuário, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, sendo realizado o monitoramento do desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagem, dentre outros, nos principais aeroportos do país.



*Os trimestres sem valores se referem aos períodos de suspensão da Pesquisa de Satisfação devido à pandemia de Covid-19

Cabe enfatizar também que está sendo implantado, com previsão de conclusão em 2022, na área de facilitação do transporte de carga aérea, o novo sistema de Controle de Carga e Trânsito CCT Importação – Modo Aéreo, coordenado pela Receita Federal, com o apoio do MInfra, que busca integrar os sistemas corporativos das empresas ao Portal Único do Comércio Exterior, viabilizando uma comunicação rápida, segura e transparente. A lógica do processo de fiscalização passa a ser a da não-intervenção humana no fluxo logístico. O novo processo é baseado no gerenciamento de riscos intensivos. Dessa forma, estima-se reduzir em até 90% os casos de intervenção humana, garantindo, ainda, maior segurança a partir de controles mais eficientes e inteligentes. Como consequência, espera-se uma redução significativa no tempo médio (meta de reduzir em 80%) e nos custos envolvidos.

Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Aumento da Competitividade no Transporte Aéreo

Como resultado das ações adotadas pelo Ministério da Infraestrutura no âmbito do Programa Competitividade do Transporte Aéreo, estão sendo alcançados objetivos expressivos para o setor de aviação civil. A especificação do combustível JET-A para comercialização no mercado brasileiro pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem o potencial de representar uma economia de ao menos US\$ 10 milhões por ano para as empresas aéreas brasileiras, segundo estimativas da Associação Internacional do Transporte Aéreo (IATA).

Ainda como parte das ações desse Programa, o Ministério da Infraestrutura vem participando de debates com o Ministério da Economia, com a ANP e com a ANAC sobre formas de aumentar a competitividade na distribuição de combustíveis nos aeroportos. Nesse sentido, no dia 02 de junho de 2022, a ANAC submeteu à consulta pública proposta de alteração das Resoluções nº 302, de 5 de fevereiro de 2014, e nº 116, de 20 de outubro de 2009, para regular as condições de acesso aos Parques de Abastecimento de Aeronaves. Após análise das contribuições recebidas, a nova regulação deve entrar em vigor até o final de 2022.

Por fim, o Ministério tem discutido com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciativas para a redução da judicialização no transporte aéreo, outro item de custo significativo para as empresas aéreas. Uma das propostas em andamento trata-se da celebração de cooperação técnica com o CNJ com o intuito de ter acesso aos dados referentes aos processos judiciais contra empresas de transporte aéreo regular de passageiros, que tramitam pelo Poder Judiciário nos anos de 2020, 2021 e 2022. O acesso aos dados visa possibilitar o desenvolvimento de estudos relativos à judicialização no transporte aéreo.

Embora não faça parte do Programa, a aprovação da Lei nº 14.368/2022 (proveniente da Medida Provisória nº 1.089/2021) empreendeu ganhos expressivos de eficiência ao realizar alterações legais que promoveram a desburocratização e modernização regulatória do transporte aéreo. Entre os benefícios advindos da medida, pode-se citar a redução da tarifa aeroportuária em 35,9% nos principais aeroportos brasileiros, a regulamentação pela ANAC do tratamento dispensado aos passageiros indisciplinados, entre outras melhorias estruturantes com foco na simplificação de procedimentos e alinhamento às regras internacionais.

Promoção da Segurança da Aviação Civil

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*). A segurança de voo (*safety*) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a *safety* – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já *security* é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea - como, por exemplo, os atentados terroristas.

No que se refere à segurança do transporte aéreo, o Governo Federal fiscalizou, no ano de 2021, diversos itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade. Essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa 0 (zero) em 2016, mantendo-se em 0 (zero) em 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e no primeiro semestre de 2022. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

Outorgas aeroportuárias

Quanto à outorga de aeródromos civis no período de janeiro a junho de 2022, foram celebrados 9 convênios de delegação, dos quais 4 referem-se à renovação da outorga ou repasse da gestão, quais sejam, os Aeroportos de Oiapoque - AP (SBOI), Conselheiro Lafaiete - MG (SNKF), de Fronteiras - PI (SSFL) e Luziânia - GO (SWUZ); os outro 5 tratam de aeródromos que serão implantados e abertos ao tráfego aéreo público: Santo Antônio do Itá - AM, Dionísio Cerqueira - SC, São Gabriel do Oeste - MS, Sobradinho - RS e Santa Helena de Goiás - GO.

Noutra frente de atuação, visando otimizar a utilização das infraestruturas aeroportuárias e a compatibilização entre as atividades civis e militares onde existam instalações e operações militares, foi atualizado, em 2022, o Plano de Zoneamento Civil-Militar do Aeroporto Val-de-Cans (SBBE), Belém - PA; concluídos os estudos para redimensionamento dos sítios aeroportuários de Barcelos - AM (SWBC) e Macapá - AP (SBMQ); e realizados os estudos fundiários dos sítios aeroportuários dos aeródromos inseridos na modelagem de Parceria Público-Privada – PPP (Concessão Patrocinada) para expansão, exploração e manutenção do bloco de 8 aeroportos do Estado do Amazonas (Parintins, Carauari, Coari, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Lábrea e Maués).

Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Capacitação profissional e desenvolvimento tecnológico

Também foi promovido um conjunto de eventos referentes às Ações Nacionais de Aviação Civil para promover o cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimorar a cultura da segurança no setor, como também reduzir a assimetria de informações entre as partes envolvidas. Tais eventos têm o objetivo de desenvolver a aviação civil a partir de atividades ligadas à qualificação, capacitação e divulgação de informações aos profissionais da aviação civil.

Nesse sentido, o Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos - TREINAR ofereceu 1.289 vagas remanescentes para o curso online de Introdução à Aviação, por meio de parceria estabelecida entre a SAC/MInfra e a instituição de ensino norte-americana Embry-Riddle Aeronautical University. O curso objetiva nivelar o conhecimento dos profissionais de aeroportos regionais, de forma a suprir a deficiência acerca de conceitos básicos sobre aviação, bem como atualizar e ampliar o conhecimento dos profissionais mais experientes, qualificando-os para melhor exercerem seu ofício. Também, por meio do TREINAR, foram oferecidas 560 vagas em 11 cursos, voltados para a operação e gestão dos aeroportos públicos de pequeno e médio porte, de forma a proporcionar a continuidade e melhoria das operações aeroportuárias, dentro de níveis adequados de segurança, prover condições para o crescimento sustentável da malha aérea civil e melhorar a qualidade dos serviços prestados por aeródromos brasileiros.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, finalizado o período de testes do projeto “Embarque mais Seguro” no final de 2021, em 25 de janeiro de 2022 houve a publicação da Resolução nº 1 da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias – Conaero, que recomendou ao setor de aviação civil a adoção de identificação biométrica de viajantes e profissionais no transporte aéreo no Brasil.

Ainda, por intermédio da SAC/MInfra, em 11 de fevereiro de 2022, foi celebrado acordo entre Serpro e Infraero para viabilizar a operação do projeto em produção nos aeroportos de Santos Dumont e Congonhas, com previsão de início no 3º trimestre de 2022. Está em fase final a discussão sobre portaria interministerial que estabelecerá os órgãos públicos controladores das bases de dados de passageiros e tripulantes, oriundas do projeto, conforme requer a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709). Em 2021, o referido projeto, ainda em fase de piloto, realizou, de forma experimental, embarques aéreos 100% digitais de passageiros e tripulantes, usando reconhecimento biométrico facial para embarques sem apresentação do cartão de embarque e/ou de documentos de identificação nos aeroportos de Brasília, Congonhas, Santos Dumont, Confins, Salvador, Florianópolis e Ribeirão Preto. O projeto-piloto, idealizado pela SAC/MInfra e desenvolvido pelo Serpro, torna mais eficiente, ágil e seguro o processo de embarque nos aeroportos.

Também no 1º semestre de 2022, teve início a operação do Sistema Brasileiro de Informação Antecipada de Passageiros (Sisbraip), ferramenta idealizada pela SAC/MInfra e disponibilizada aos órgãos de controle de fronteira, que possibilita o uso mais efetivo das informações API/PNR (Informações Antecipadas sobre Passageiros - Advance Passenger Information - API / Registro de Identificação de Passageiros - Passenger Name Record - PNR), disponibilizadas pelas empresas aéreas àqueles órgãos, em cumprimento à Resolução nº 255, de 13 de novembro de 2012 (alterada pela Resolução nº 595, de 11 de novembro de 2020), tornando as fiscalizações mais assertivas nos aeroportos nacionais.

Já em relação aos Estudos e Planejamento da Aviação Civil, com vista ao cumprimento das políticas públicas, avançou-se significativamente nos trabalhos voltados à atualização do Plano Aeroviário Nacional – PAN 2022- 2052. O PAN terá o foco no transporte de pessoas e carga aérea, com ênfase nas localidades isoladas, pólos turísticos, aviação geral, segurança, sustentabilidade e integração com as cidades. Neste processo, foram concluídos os layouts de infraestrutura dos aeroportos por faixa de investimento e também o simulador de CAPEX em rede.

Aviação Civil - Principais desafios e ações futuras

Em 2022, houve continuidade das discussões acerca da sustentabilidade ambiental da aviação civil. Com a proximidade da 41ª Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), em setembro do próximo ano, o Brasil deve apresentar nova edição do Plano de Ação para Redução de Emissões de CO2 da Aviação Civil Brasileira. O trabalho sobre a nova versão, iniciado em dezembro de 2021, está sendo conduzido conjuntamente pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e pela Subsecretaria de Sustentabilidade (Sust) do Ministério da Infraestrutura, bem como pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e envolve a participação dos principais atores do setor de aviação civil, tais como empresas aéreas, operadores aeroportuários, fabricantes aeronáuticos e distribuidores de combustíveis, além de diversos pesquisadores da área.

Também será de extrema relevância o debate acerca de incentivos à produção de combustíveis sustentáveis de aviação no Brasil. Ao longo de 2021 e primeiro semestre de 2022, o Ministério da Infraestrutura participou de diversos fóruns sobre o tema, entre eles o Subcomitê ProBioQAV, criado no âmbito do Programa Combustível do Futuro, instituído pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Discute-se no Subcomitê proposta de política pública para introdução do combustível sustentável de aviação na matriz energética brasileira. Embora a iniciativa contribua para o desejado propósito de redução de emissões, ainda há muita incerteza sobre o impacto nos custos operacionais do transporte aéreo, tornando-se indispensável a continuidade do envolvimento do Ministério da Infraestrutura no debate.

Quanto às concessões aeroportuárias, para o segundo semestre de 2022, está prevista a sétima rodada de concessões que contará com 15 aeroportos divididos em 3 blocos: Bloco Aviação Geral (Jacarepaguá/RJ e Campo de Marte/SP); Bloco Norte II (Belém/PA e Macapá/AP); e Bloco SP/MS/PA/MG (São Paulo/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Santarém/PA, Marabá/PA, Parauapebas/PA, Altamira/PA, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG e Uberaba/MG). Além disso, ocorrerá a relicitação dos aeroportos de Viracopos/SP e São Gonçalo do Amarante/RN.

Outra conquista importante do MInfra em 2022 refere-se à autorização legislativa (Lei nº 14.368/2022) para realização de Parceria Público Privada (PPP), na modalidade concessão patrocinada, em oito aeroportos localizados no estado do Amazonas. Trata-se de ativos já qualificados no PPI e incluídos no PND, conforme art. 8º do Decreto nº 10.635, de 22 de fevereiro de 2021. Em paralelo, os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) que irão subsidiar a modelagem da referida concessão bem como as minutas do edital e contrato de concessão foram elaboradas no âmbito da licitação RDC ELETRÔNICO nº 5/2021, conduzida pela EPL, empresa pública vinculada ao MInfra, e aguardam análise da ANAC para prosseguirem a fase de audiência pública.

Das obras de infraestrutura, está previsto para o segundo semestre de 2022 a entrega das obras dos aeroportos de: Araguaína/TO (lado Ar), Araxá/MG (PAPI), Bom Jesus/PI (lado Ar), Caçador/SC (lado Ar), Feira de Santana/BA (PAPI), Guanambi/BA (PAPI), Itacoatiara/AM, Joaçaba/SC (lado Ar), Passo Fundo/RS (revitalização completa), Valença/BA (PAPI), Altamira/PA, Guarulhos/SP e Santos Dumont/RJ, além da entrega e instalação de mais 3 (três) estações meteorológicas de superfície automática em localidades a definir.

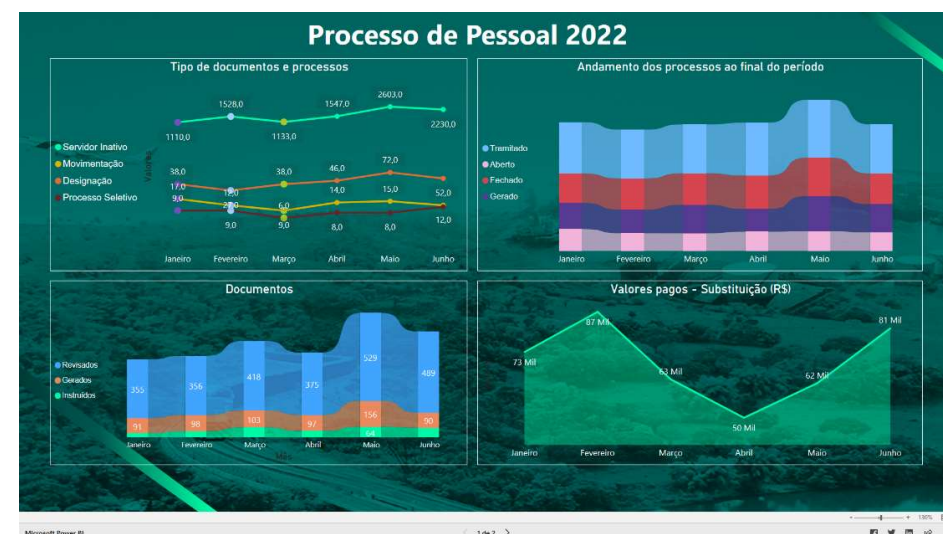
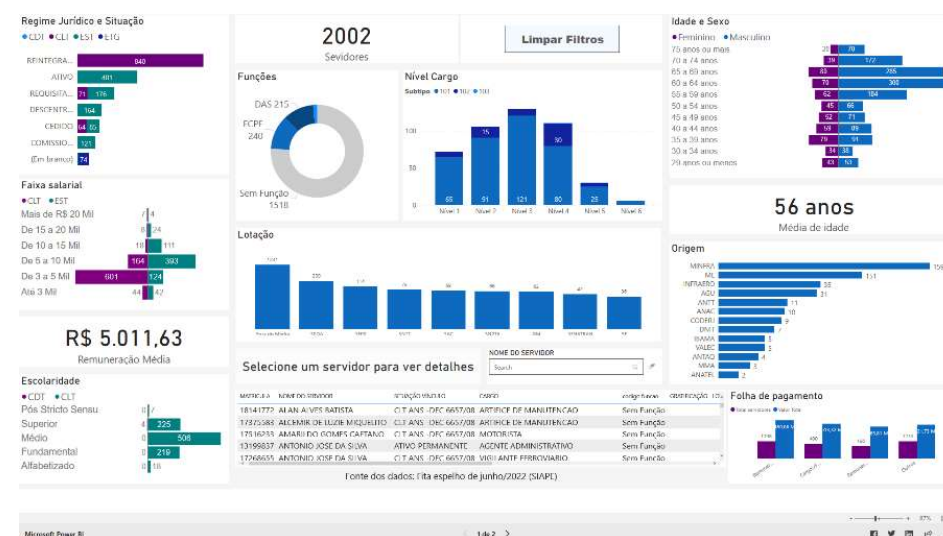
Gestão de Pessoas – junho de 2022

Foi elaborada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, a base de informação em tempo real dentro do Ministério da Infraestrutura, a qual evidencia a situação dos servidores lotados na Pasta, por meio do Link:

<https://bit.ly/PaineisCOGEP>



Destaca-se a DN TCU nº 198/2022, que informa da necessidade de apresentação das informações mais detalhadas. Nesse sentido, evidenciamos o link do portal de transparência (<https://www.portaltransparencia.gov.br>), que disponibiliza todas as informações em conformidade com a Lei nº 12.527/2011.



Política de Governança de TI do MInfra



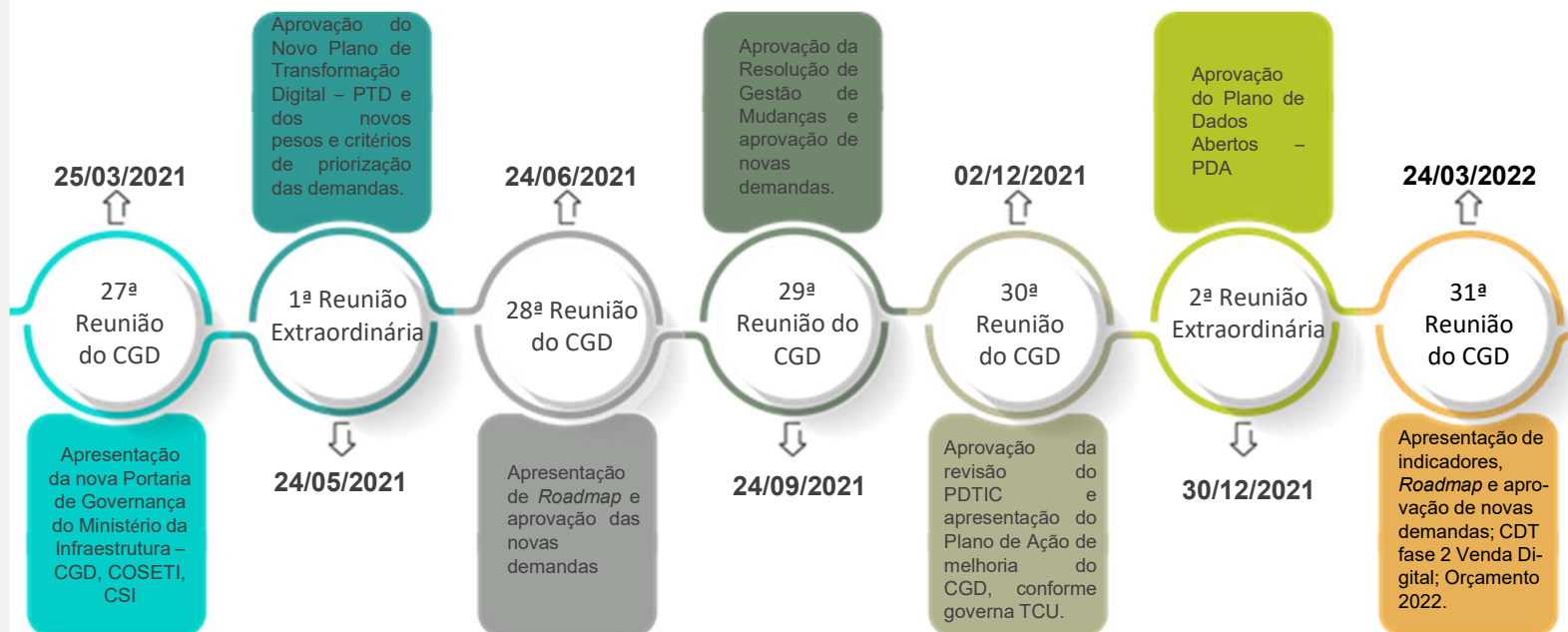
Política de Governança de Tecnologia da Informação do Ministério

A Política de Governança de TI do MInfra consolida uma visão integrada e aplicada ao contexto do MInfra em face do arcabouço de normas de Tecnologia da Informação. Nesta política, foi realizada alteração na composição do Comitê de Governança Digital - CGD, do Comitê de Infraestrutura do SISP - COSETI e do Comitê de Segurança da Informação - CSI, que passa a ser presidido pelo titular da S-GETi. Ainda no contexto da política foi realizada a alteração do COSETI, que deixou de ter função deliberativa e passou a ter a função apenas consultiva. Em 2022, com o intuito de ampliar o compartilhamento de boas práticas de das deliberações dos órgãos centrais, foram convidadas a participarem do COSETI as demais entidades vinculadas ao MInfra, mesmo as que não compõem o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp).

Comitê de Governança Digital – CGD

O Comitê de Governança de Digital é um órgão de caráter permanente com funções consultivas e deliberativas, tendo como objetivo determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC, visando assegurar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações que dão suporte ao cumprimento da missão institucional do Ministério da Infraestrutura.

As ações do CGD deverão estar em consonância com ao Plano Estratégico Institucional - PEI, ao Plano Anual de Contratações de TIC - PAC/TIC e a Estratégia de Governança Digital - EGD da administração pública federal.



Comitê Setorial de Infraestrutura do SISP - COSETI

Aprovada a iniciativa de convite às vinculadas que não integram o SISP, conforme o disposto na Portaria 55, art. 22, § 4º. Apresentação do Diagnóstico de privacidade e segurança da informação da SGD.

11/05/2022



1ª Reunião 2022

Apresentação da Equipe S-GETi e dos Membros do COSETI, bem como da Estrutura de Governança do MInfra; Apresentação dos responsáveis pela área de TIC e das contratações MInfra 2022; Compartilhamento dos projetos de integrações de dados com outros órgãos; Segurança da Informação. Adoção de Serviços de Computação em Nuvem pelo Governo Federal.

21/06/2022



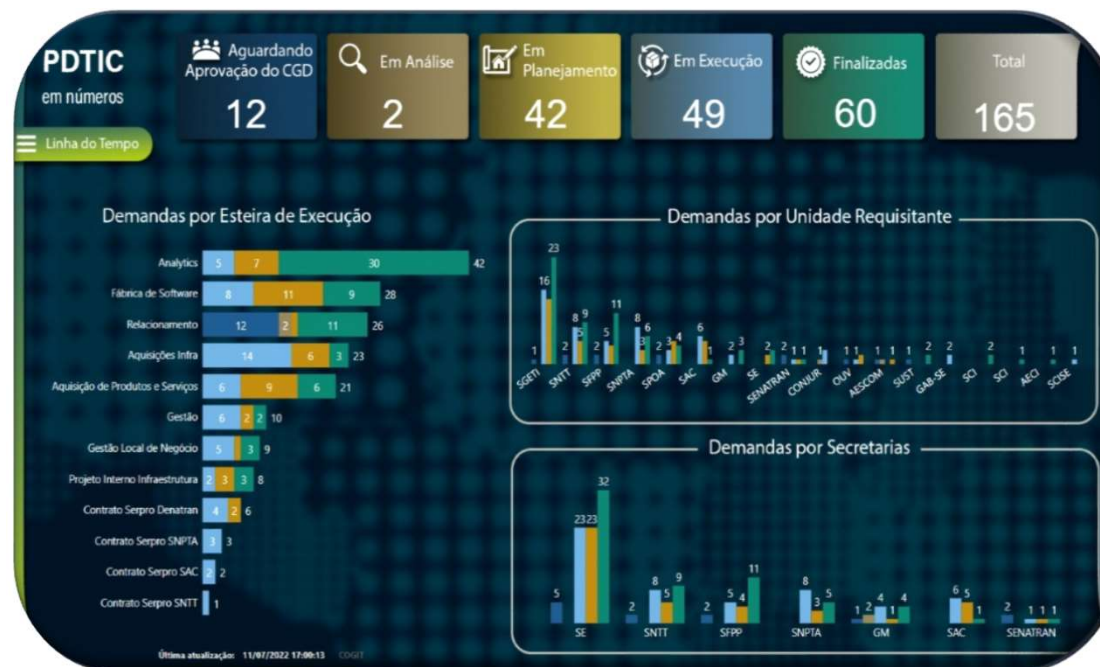
Extraordinária

Avanços na Governança

- Lançamento do Ambiente Lidera Infra
- Revisão dos Indicadores Estratégicos
- Revisão da Carteira de Projetos Estruturantes de Transformação Digital
- Gestão de Destaques Ministeriais
- Aperfeiçoamento do Gestão do Balanço Radar
- 3º Termo Aditivo do Serpro
- Reativação do COSETI
- Publicação do Ambiente de Governança de Dados
- Apresentação o Modelo de Melhoria da Competitividade e Ambiente de Negócio como case de sucesso na SEGov, Fev/22

Principais Instrumentos da Gestão de TICs do MInfra

A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação utiliza alguns instrumentos de gestão para a execução das ações de TIC da organização. Entre eles se destaca o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). O PDTIC possibilita justificar a aplicação de recursos de TIC, minimizando o desperdício e garantindo maior controle, para aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorando o gasto público e o serviço prestado à sociedade



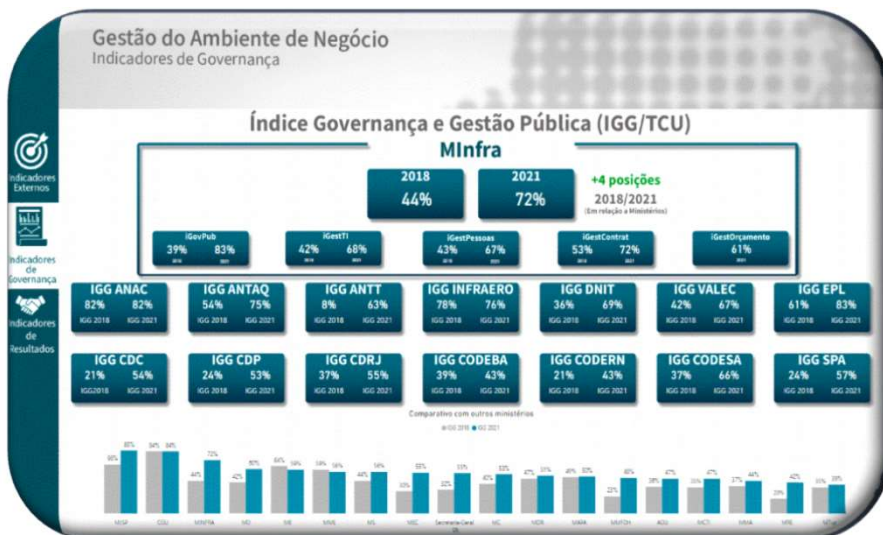
PDTIC MInfra 2019-2022 – Visão Geral

O PDTIC atualmente atende a 9 objetivos de TI, executa 21 ações, trabalhando sob a gestão de 15 metas. Das 165 demandas, 60 já foram finalizadas.



Índice de Governança e Gestão – IGG

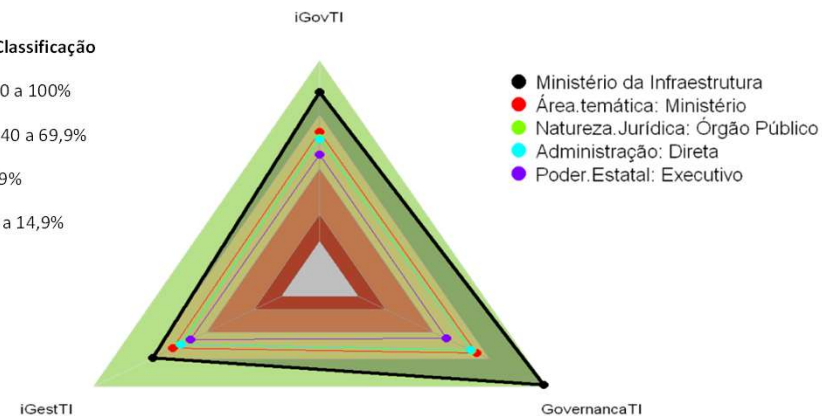
Por meio do IGG o TCU verifica a evolução na capacidade de governança e gestão dos órgãos e entidades públicas. O MInfra tem utilizado este indicador para avaliar os aspectos de governança, gestão de riscos e oportunidades de melhoria das entidades que o integram.



Painel Líder Infra – IGG/TCU

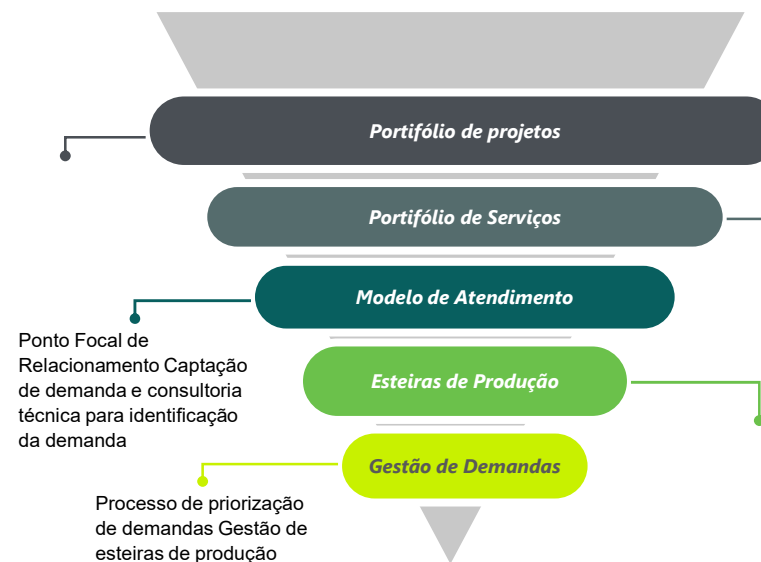
Faixas de Classificação

- APRimorado = 70 a 100%
- INTERmediário = 40 a 69,9%
- INIcial = 15 a 39,9%
- INExpressivo = 0 a 14,9%



Modelo de Relacionamento de TIC

O modelo de relacionamento de TIC foi desenvolvido e implementado com o objetivo de dar o adequado tratamento às demandas dirigidas à S-GETi. Em 2021 foi aprimorado de maneira que atualmente todas as demandas seguem o fluxo da figura ao lado. Em 2022, o modelo continua em consolidação para melhor atender às demandas do Ministério



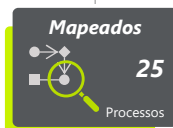
Transformação Digital

Catálogo de painéis no Portal de Painéis (41 painéis catalogados)

- Padrões visuais dos painéis estratégicos
- Painel de Monitoramento dos Dados Abertos
- Painel de Indicadores Portuários
- Painel da Agenda de Sustentabilidade
- Painel da Cadeia de Impacto (SUST)
- Painel de Análise de Sentimentos (Twitter do Ministro)
- Painel de Riscos (Agatha)

3 Secretarias atendidas

SAC SE SENATRAN



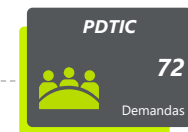
Serviços no GOV.BR e percentuais de Integração:

	Total	Minfra	DNIT	ANAC	ANTAQ	ANTT
 Total	49	13	94	29	59	
 Serviços	96%	92%	79%	60%	45%	
 % Pagtesouro	91%	75%	47%	40%	59%	
 % Pagtesouro	100%	0%	92%	100%	14%	



- Portaria Embarque + Seguro
- Data Mart de Riscos (Agatha)
- Data Mart do Consumo de Serviços SENATRAN
- Compartilhamento de dados com DNIT
- Internalização dos dados de indicadores portuários
- Atendimento da lista de necessidade de dados
- Catálogo de Dados do Minfra
- Catálogo de Dados das Vinculadas
- Resolução do Catálogo de Dados
- Capacitação dos Curadores de Dados

72 Demandas do PDTIC tratadas pela esteira de relacionamento



13 projetos de Transformação Digital em Execução



10 projetos de Transformação Digital concluídos



O Plano de Transformação Digital (PTD) do MInfra está disponível no seu sítio na Plataforma Gov.BR por meio do link <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transformacao-digital/arquivos/pdt-1706.pdf> dentro da página da Transformação Digital: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transformacao-digital>

O Plano de Transformação Digital do MInfra encontra-se em execução, com término em dezembro de 2022. Abaixo, tem-se o resumo das entregas do plano, por status:

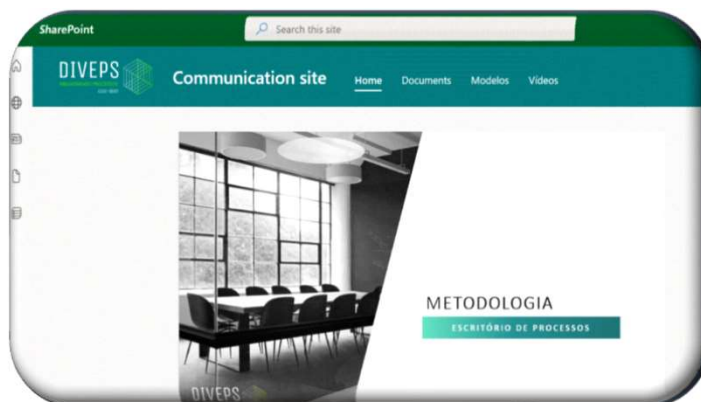
Em andamento	Não iniciadas	Canceladas	Concluídas
20	11	1	22

Gestão de Processos

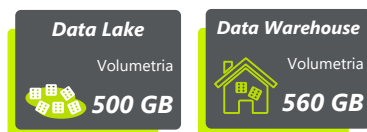
O Escritório de Processos do MInfra, ao longo do 1º semestre de 2022, deu continuidade aos trabalhos com a SAC na validação, melhoria e análise de processos internos. Assim, um resultado obtido pela própria área foi a criação de um *App* de gestão de dados sobre aeroportos que recebem valores para investimentos.

Além disso, foi iniciado o levantamento de processos dos 3 novos Departamentos da SENATRAN. O resultado foi a melhoria de 2 processos críticos de um total de 5 processos que as áreas levantaram, concomitantemente, com o treinamento de parte da equipe.

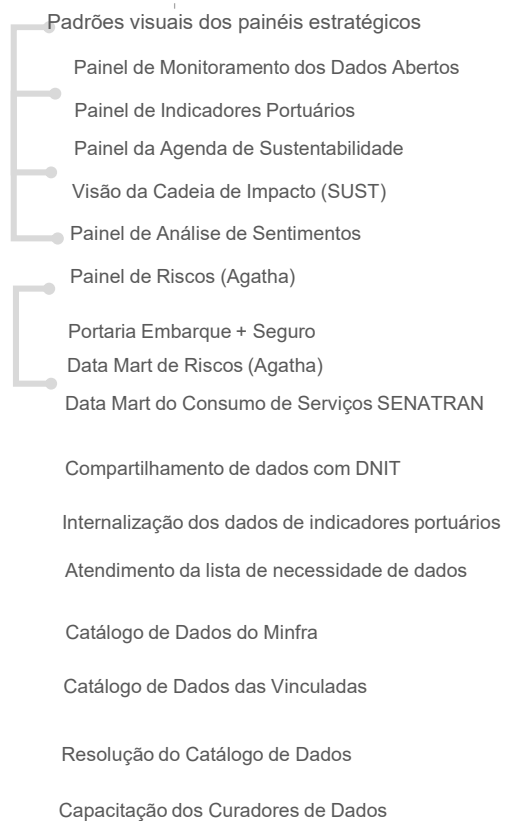
O escritório atuou e vem atuando no levantamento e mapeamento dos processos da Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação, providenciando o desenvolvimento (melhoria) de aplicativos para gestão e automatização dos serviços internos (processos) das áreas técnicas. Além disso, destaca-se as atividades de treinamento na Metodologia do Escritório de Processos dos Departamentos das Secretarias que não foram atendidas no ano de 2021 e suporte para as áreas na temática Gestão de Processos e Serviços.



Gestão de Dados e Informações



Catálogo de painéis no Portal de Painéis (41 painéis catalogados)



Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI

Em 2022, o CGDI finalizou a execução do plano de trabalho proposto. As principais entregas desse plano foram:

- Catálogo de dados do Minfra;
- Catálogo de dados das Vinculadas;
- Levantamento das necessidades de dados;
- Resolução sobre catalogação de dados;
- Capacitação dos curadores de dados; e
- Automação de envio de e-mails de alerta aos curadores do PDA.

Gestão de Dados e Analytics

Em 2022, o Ministério avançou na gestão dos dados com a criação do catálogo de dados do Minfra e o catálogo de dados das vinculadas, potencializando a descoberta e a utilização dos dados internalizados no *Data Lake* institucional.

Ainda como avanço na gestão de dados, o Ministério publicou a Resolução nº 5 - CGDI, de 1 de junho de 2022, sobre a catalogação de dados no âmbito do Minfra.

Para potencializar a produção de informação estratégica em 2022, o Minfra alavancou o nível de maturidade em *Analytics* e totalizou 43 painéis estratégicos, muitos deles desenvolvidos pelas próprias áreas após o incentivo ao *self service BI* e utilização dos *data mart* criados e disponibilizados no catálogo de dados.

Além de novos *Data Marts*, os principais painéis desenvolvidos em 2022 foram:

- Painel de monitoramento dos Dados Abertos;
- Painel de indicadores portuários;
- Painel da agenda de sustentabilidade;
- Painel de análise de sentimentos; e
- Painel de Riscos.

Desenvolvimento de Soluções

No ano de 2022, o Ministério da Infraestrutura desenvolveu soluções informatizadas com o apoio de serviços contratados de desenvolvimento (Contrato Administrativo nº 11/2021), com a alocação de profissionais terceirizados em projetos ágeis e a aferição de níveis de serviço, que quantificam e qualificam o trabalho realizado.

Por meio do referido contrato, foram realizadas atividades de sustentação dos sistemas já operados no Ministério, que exigem atualizações tecnológicas e correções ao longo de sua vida útil. Até o presente momento, o contrato alocou 16 (dezesesseis) postos de trabalho do total de 30 (trinta) disponíveis.

03 (três)
Soluções
Publicadas

- Sistema de Autorização Ferroviária.
- Atendimento Inteligente (ChatBot) - Fase II.
- Monitoramento Multimodal (Arfa BR).

25
Sprints Ágeis
Concluídas

- Sistema de Autorização Ferroviária.
- Sistema de Controle de Projetos da Marinha Mercante.
- Atendimento Inteligente (ChatBot) - Fase II.
- Monitoramento Multimodal (Arfa BR).

39
Soluções
Sustentadas

- Sistema de Gestão Ambiental.
- Sistema do Passe Livre Interestadual.
- Sistemas de Apoio a Gestão de Pessoas, Orçamentária, Gestão Documental e de Agendas.
- Solução Prêmio Senatran e outras.

Além dos serviços contratados, a Coordenação de Desenvolvimento de Soluções – CODEV/CGST/SGETI realizou a internalização de soluções oriundas de outros órgãos da Administração Pública que se aplicam aos processos de trabalho do Ministério, gerando economia de escala e se aproveitando de experiências de sucesso.

No mesmo sentido, a CODEV também cuidou para que softwares adquiridos junto ao mercado ou produtos de cooperação com outras instituições fossem adaptados e incorporados ao ambiente operacional do MInfra.

Ademais, as atividades de consultoria técnica em arquitetura de desenvolvimento e integrações, bem como a fiscalização contratual do principal provedor de sistemas informatizados, o SERPRO, foram realizadas pelo time de desenvolvimento.

Soluções Internalizadas
01 (uma)

Processos

- Sistema do Programa de Gestão.

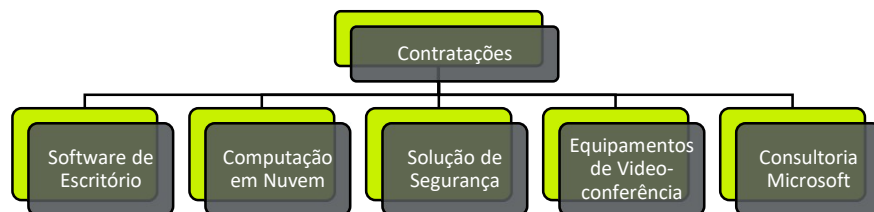
Pontos de Função SERPRO Pagos
2,2 mil

Processos

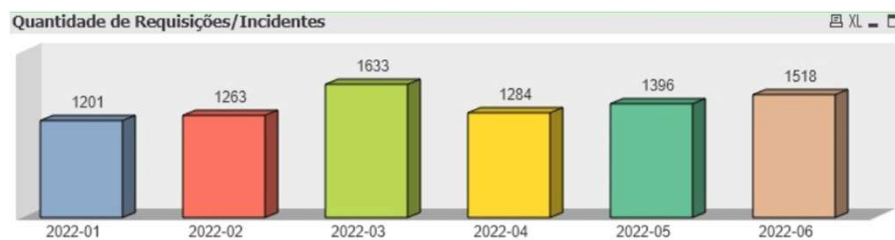
- Soluções Estruturantes e Aplicativos de Trânsito, de Transportes Terrestres e de Portos.

Infraestrutura Tecnológica

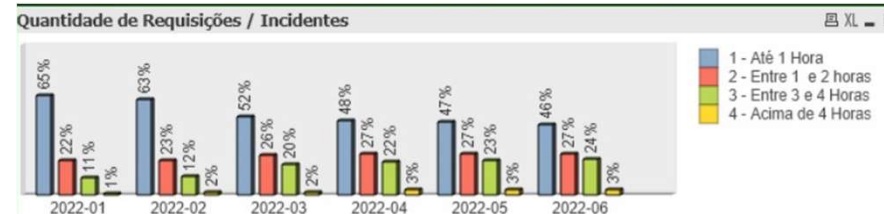
No primeiro semestre do ano de 2022, importantes projetos foram conduzidos para aperfeiçoar a infraestrutura disponível e melhor atender à demanda de serviços existentes, os quais originaram 5 (cinco) importantes contratações, já concluídas.



No período, a Central de Serviços de TIC do Ministério da Infraestrutura atendeu a 8.295 chamados de suporte ao usuário, numa média de 1.383 chamados por mês. Grande parte dos chamados (79%) foi atendida em até duas horas após seu registro. A avaliação do serviço é da ordem de 95% entre os satisfeitos e muito satisfeitos do universo de usuários respondentes da pesquisa de satisfação.



Chamados de Suporte ao Usuário (2022) – Por mês



Segurança da Informação e Comunicações

Durante o primeiro semestre de 2022, foram realizadas algumas ações de Segurança da Informação e Comunicação de destaque:

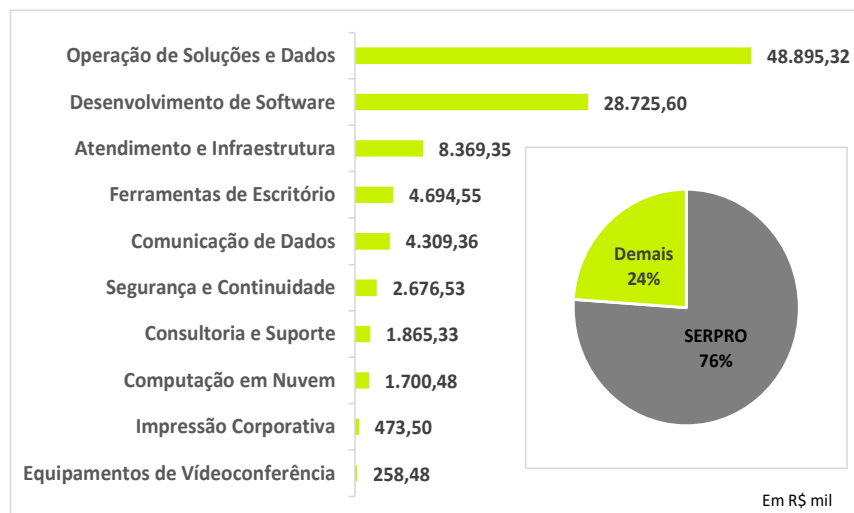
- Ações**
- Adesão ao PPSI - Programa de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal, com a definição de plano de ações anual.
 - Formalização da ETIR - Equipe de Tratamento de Incidentes Cibernéticos do MInfra, já com a composição publicada;
 - Composição do Programa Startup.Gov denominado SEGTIC – Infraestruturas Eficientes e Seguras, junto ao Ministério da Economia.

Disponibilidade dos Ambientes

A disponibilidade dos principais serviços e sistemas do MInfra alcançou percentuais de nível de serviço acima do esperado. Destaque para o Sistema SEI, com 99,98 % de disponibilidade; Correio Corporativo, com 100%; Serviço de Banco de Dados, com 99,99% e Serviço de Armazenamento, com 100%.

Tais indicadores apresentaram melhora no período e foram impactados pela implantação do **Processo de Gestão de Mudanças**, também no 1º semestre de 2022.

O Ministério da Infraestrutura mantém 20 (vinte) contratos de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, para diversos objetos e frentes de atuação. De tal contingente, se destaca o contrato com a empresa pública SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados que, entre outros serviços, opera as soluções tecnológicas ligadas aos segmentos de Trânsito, Portos e Aviação Civil, no valor de R\$ 77,6 milhões.



Total Contratado: R\$ 101,9 milhões

As contratações relevantes de TIC foram realizadas em conformidade com as metas, objetivos e planejamento estratégico do Órgão e estão associadas às soluções oferecidas para o aprimoramento, eficiência e continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

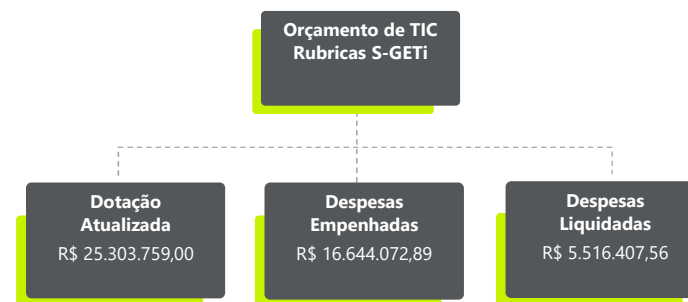
Durante o ano de 2022, foram identificadas necessidades das seguintes novas contratações, que se incorporaram ao portfólio de capacidades do Ministério:

- **Licenciamento de Software de Escritório (Microsoft 365)**
- **Serviços de Manutenção de Software de Apoio a Gabinete**
- **Serviços de Computação em Nuvem**
- **Solução de Segurança da Informação**
- **Equipamentos de Videoconferência**
- **Consultoria em Ferramentas Microsoft**



O orçamento de TIC consignado ao MInfra, por meio do Orçamento Geral da União, em 2022, é da ordem de R\$ 120,5 milhões. Tal orçamento é oriundo de recursos do Tesouro Nacional e de fontes específicas, como as ligadas ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, em ações e planos orçamentários específicos.

Os recursos são executados pela S-GETi - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, responsável pela Unidade Gestora 390096. Do total do orçamento de TIC, R\$ 25,3 milhões compõem rubricas de reponsabilidade exclusiva da Subsecretaria.



De janeiro a junho de 2022, já foram empenhados R\$ 16,6 milhões nos diversos contratos, tendo o ritmo de liquidação alcançado a monta de R\$ 5,5 milhões.

Subsecretaria de Conformidade e Integridade – SCI

Objetivo

Realizar ações de prevenção a fraudes e apurações preliminares relacionadas a situações de

Corrupção

Conflito de interesse

Nepotismo

Enriquecimento ilícito

Outras irregularidades

promovendo ambiente de
integridade institucional

Encaminhamento de denúncias

Apuradas **162 denúncias**, encaminhadas às seguintes instituições

Polícia Federal

Polícias
Cíveis Estaduais

CGU e AGU

Ministério Público
Federal e Estadual

TCU, PRF,
Receita Federal e outros

Denúncias encaminhadas à
PF ensejou a Operação:

Rolo Compressor

Investigou corrupção, lavagem
de dinheiro e enriquecimento
ilícito atribuídos a servidores
da Superintendência Regional
do DNIT do Paraná

Supervisões Ministeriais
realizadas - Biênio 2022/2023:

INFRAERO
CDRJ
SPA



Inscrições SELO Fomento Infra+ Integridade

Premiar empresas comprometidas
com:

INFRA+
INTEGRIDADE

Transparência



Conformidade

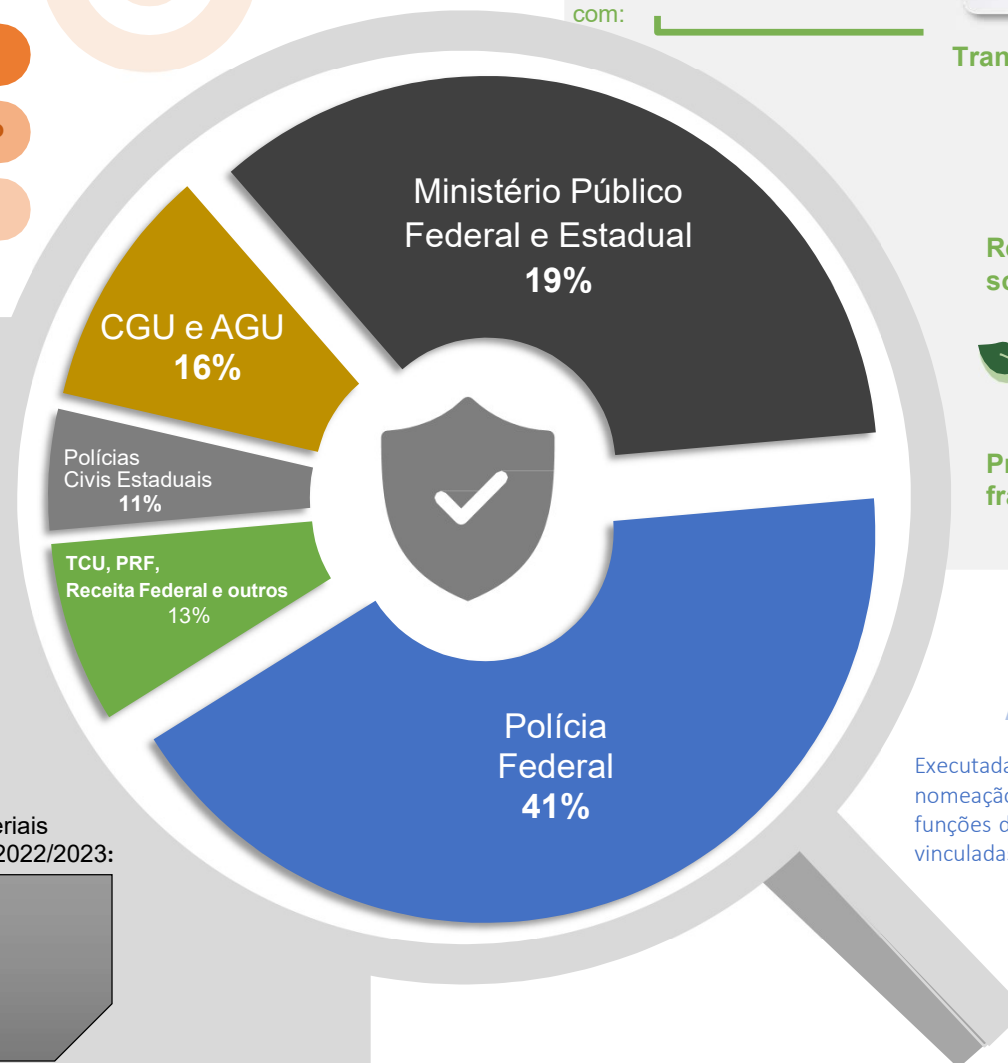


Responsabilidade
social



Sustentabilidade

Prevenção contra
fraude e corrupção



213

Análises de Integridade

Executadas no âmbito de processos para nomeação a cargos em comissão e funções de confiança no Ministério e suas vinculadas.



Ouvidoria-Geral

Principais Entregas/Resultados

Adequação à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

- Atualizado o Termo de Uso e Política de Privacidade para o aplicativo InfraBr;
- Em desenvolvimento, com o SERPRO e a SENATRAN, instrumentos de adequação para os dados pessoais tratados nas bases de trânsito;
- Disponibilizados na página da Ouvidoria-Geral do Mlnfra os dados da Encarregada de Proteção de Dados Pessoais e FAQ – Perguntas e Respostas Frequentes, sobre LGPD.

Gestão de Riscos dos processos da Ouvidoria-Geral

- Hierarquizados os processos da unidade para gestão de riscos.
- Em implementação o processo de Pedidos de Acesso à Informação no sistema Ágatha, como processo piloto da Ouvidoria-Geral na gestão de riscos dos processos de trabalho.

Consultas Públicas e Tomadas de Subsídios

- Em 2022, foram realizadas 102 Consultas Públicas (4 abertas), 3 Tomadas de Subsídios, 1 Audiência Pública, com o apoio da Ouvidoria-Geral.

1ª Reunião de 2022, do Comitê Técnico de Ouvidorias do Setor de Infraestrutura

- Realizada nos dias 29 e 30 de junho e 01 de julho de 2022, o encontro contou com a presença da alta gestão do Ministério, do Ouvidor-Geral da União e equipe, além da Ouvidoria-Geral do Mlnfra e das ouvidorias das entidades vinculadas.
- Os principais temas tratados foram:
 - Importância da Comunicação
 - Câmara de Mediação de Conflitos
 - Módulo de Triagem e Tratamento do Fala.BR
 - Conselho de Usuários
 - Impacto da LGPD nos Pedidos de Acesso à Informação
 - ChatBot Mauá
 - Regulamentação de procedimentos



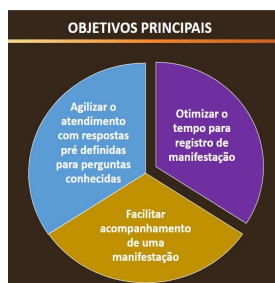
Ouvidoria-Geral

Implantação do módulo de triagem e tratamento da Plataforma Fala.BR

- Em cumprimento à recomendação do Art. 19, § 1º, da Portaria CGU nº 581/2021, o serviço de atendimento está deixando de utilizar a plataforma SEI, como apoio para o tratamento de demandas, e passando a utilizar exclusivamente o Fala.BR, a fim de mitigar riscos à segurança e à rastreabilidade das informações.
- O módulo já está 100% implantado no processo de tratamento de denúncias e no atendimento às demandas de trânsito.
- A implantação do módulo junto à Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN resultou na redução do tempo médio de resposta aos cidadãos de 17 para 4 dias.

Novo ChatBot Mauá

- Implantada nova versão do atendente virtual do MInfra, desenvolvida em parceria com a Subsecretaria de Gestão Estratégica – SGETI, com mais funcionalidades e que continua em aperfeiçoamento, para proporcionar serviço cada vez melhor para os usuários.
- A solução tecnológica está sendo compartilhada com outras ouvidorias públicas, visando possibilitar o melhor aproveitamento de recursos públicos.



2ª Maratona dos Usuários dos Direitos dos Serviços Públicos

- Pelo segundo ano consecutivo, a Ouvidoria-Geral do MInfra, com o apoio da Assessoria Especial de Comunicação, participou da campanha, de iniciativa da Rede Nacional de Ouvidorias, que objetiva divulgar a Lei nº 13.460/17, conhecida como Código de Defesa dos Direitos de Usuários de Serviços Públicos.



Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST

Principais Entregas/Resultados

COMITÊ DE TERRITÓRIOS E SUSTENTABILIDADE

Em substituição ao Comitê de Gestão Ambiental (COGEA) e Comitê de Gestão Territorial (COGET), foi criado o Comitê de Territórios e Sustentabilidade (CTS), formado por representantes de todas as áreas do Ministérios, além de suas vinculadas, para discutir temas afetos mudança do clima, governança, licenciamento ambiental, entre outros.

APOIO DA SUST

O apoio, gestão e o acompanhamento das políticas, planos, programas e ações referentes ao atendimento às Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura é realizado pela Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) junto a todas as unidades e entidades vinculadas, incluindo o desenvolvimento de normativos, estruturação de projetos, realização de capacitações, procedimentos de licenciamento e regularização ambiental e gestão dos assuntos afetos à temática socioambiental, de mudança do clima e territorial.

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE 2023-2026

Em Abril deste ano, teve início o projeto de Elaboração da Agenda de Sustentabilidade 2023-2026, que está em desenvolvimento, sendo que já ocorreram 5 (cinco) oficinas ao longo dos meses de junho e julho com a participação de representantes das entidades vinculadas e secretarias finalísticas do MInfra. Cada oficina tratou especificamente de cada uma das Diretrizes de Sustentabilidade.

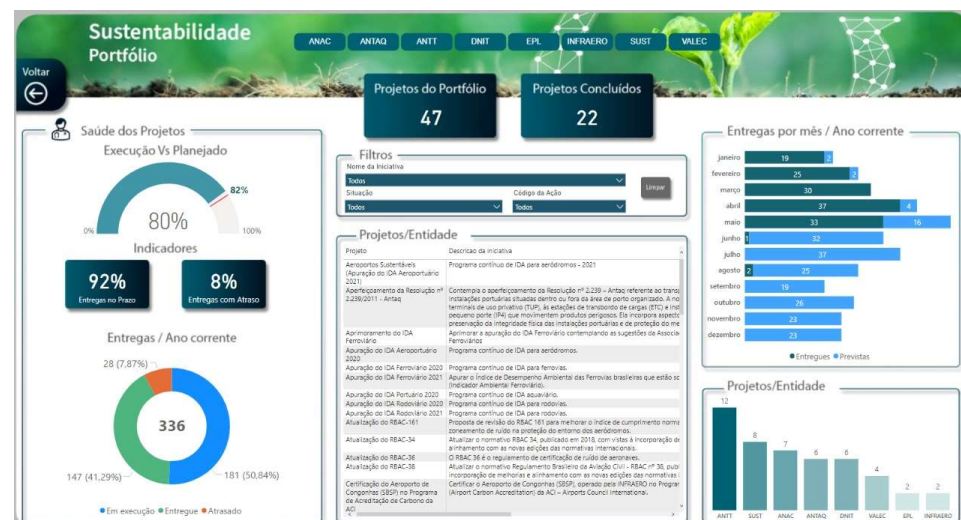
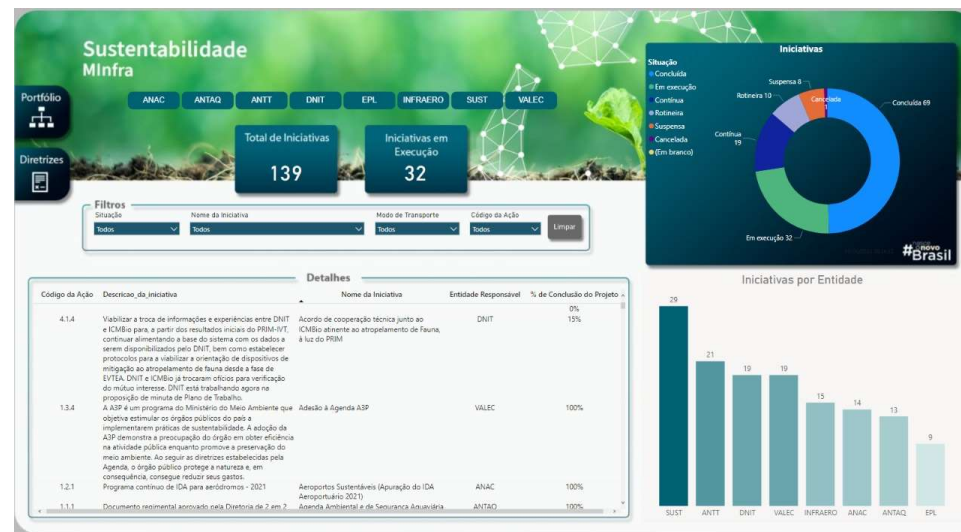
AGENDA DE SUSTENTABILIDADE 2020-2022

A Agenda de Sustentabilidade tem caráter operativo e com atualização periódica. Sua execução é esforço contínuo do MInfra e suas entidades vinculadas. Os resultados atingidos incluem o desenvolvimento de infraestruturas de transportes sustentáveis. A Agenda de Sustentabilidade 2020-2022, originalmente, definiu 120 iniciativas divididas nas 15 linhas de ações, e 51 ações. Atualmente são 139 iniciativas.

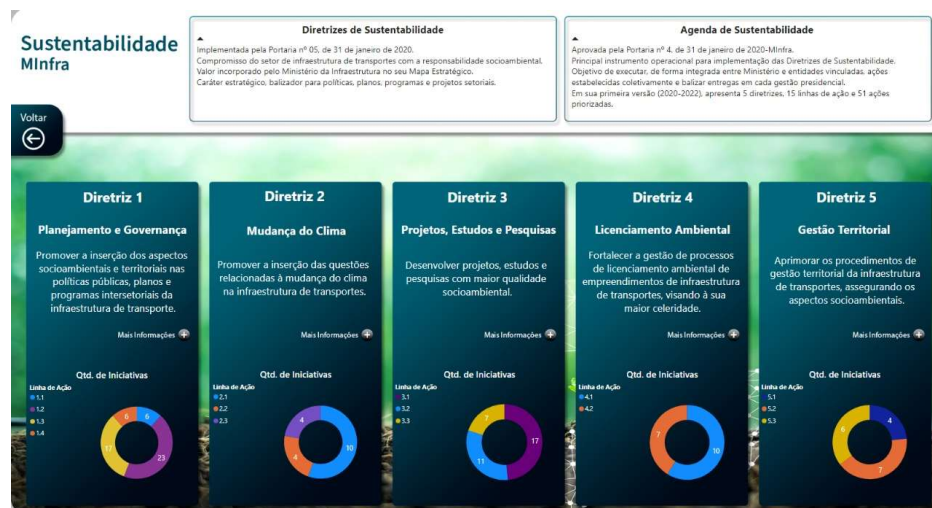
Em janeiro a SUST monitorava na Central de Projetos do Ministério o Portfólio de Projetos da Agenda 2020-2022 com o total de 42 iniciativas. Atualmente o portfólio é composto por 47 iniciativas executadas pela ANAC, ANTAQ, ANTT, DNIT, EPL, Infraero, Valec e da Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST), sendo que 22 já estão concluídas, 18 estão em execução, 6 foram suspensas ou paralisadas e 1 foi cancelada.

O monitoramento das iniciativas está contemplado na Agenda de Sustentabilidade, que estabelece reuniões periódicas, elaboração de relatório anual de acompanhamento, estruturação de iniciativas em projetos e inclusão dos projetos no ambiente da Central de Projetos do MInfra.

Foi desenvolvido o Painel Eletrônico da Agenda de Sustentabilidade, que permite aos gerentes de projeto acompanhar a evolução de suas iniciativas e da entidade que representa.



Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST



ELETROMOBILIDADE

A SUST e a SNTT foram incluídas, em maio, na Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica, ambiente que conta com a participação de representantes de todas as áreas da sociedade. Com o intuito de discutir os caminhos para a eletrificação de veículos automotores e transporte rodoviário de longas distâncias e a descarbonização do setor.

VIA VIVA 2022

Organização do Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes – Via Viva, que será realizado nos dias 22 e 23 de novembro, no formato virtual. O tema escolhido para 2022 é “Na Rota ESG: Oportunidades para o Setor de Infraestrutura de Transportes”. Haverá a publicação de Livro compilando os artigos selecionados no tema. Também será promovido Side Event na temática de Sustainable Aviation Fuels (SAF) e Hidrogênio Verde.

ADAPTAVIAS

O projeto Adaptavias, desenvolvido em conjunto com a GIZ e o consórcio GITEC e COPPE/UFRJ, concluiu a análise de vulnerabilidade e exposição à mudança do clima, bem como teve início a análise de risco climático, das infraestruturas de transportes terrestres, rodovias e ferrovias.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O apoio e o acompanhamento da Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) nos planos, políticas e ações referentes a licenciamento ambiental e na realização de melhores práticas de sustentabilidade para a infraestrutura federal de transportes são irrestritos, atemporais e transversais a todos os modos de transportes de competência do MInfra e sempre buscando a aproximação e parceria com os órgãos licenciadores para dar celeridade neste processo tão complexo e importante à implementação de uma infraestrutura de transporte sustentável. Algumas entregas do período:

- Publicação do Guia de Licenciamento Ambiental de Aeroportos
- Discussões para a padronização dos programas ambientais referentes ao componente indígena em obras de instalação ou duplicação de rodovias
- Reuniões periódicas com os órgãos licenciadores para acompanhamento do licenciamento ambiental de empreendimentos estratégicos
- Atuação institucional para articular a emissão de mais de 20 licenças e outras autorizações ambientais de empreendimentos prioritários
- Realização de vistorias em empreendimentos estratégicos, incluindo a participação na Supervisão

PARCERIA COM UNIVERSIDADES

Parcerias com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP) e com Faculdade Mackenzie, sendo oferecida, no primeiro semestre de 2022, a disciplina de pós-graduação “Planejamento e Infraestrutura em Diferentes Escalas: Políticas Climáticas e Estratégias para Combate das Vulnerabilidades Territoriais”.

No total, 68 alunos participaram da disciplina, sendo 18 servidores na categoria de alunos especiais e ouvintes de Secretarias do MInfra, como a SNTPA, Senatran, SNTT, SAC, SFPP e das entidades vinculadas à pasta, como a Infraero e o Dnit. O curso abordou a mudança do clima, a governança territorial e sua interface com a infraestrutura de transportes.

Além da disciplina, a SUST busca ampliar a parceria com o IAU/USP de modo a fomentar a troca de experiência entre academia e MInfra em temas relacionados a mudança do clima e infraestrutura de transportes.

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

A SUST está desenvolvendo Manual de acesso a verbas de pesquisa e desenvolvimento para sustentabilidade e mudança do clima, visando orientar o acesso aos recursos ou verbas do FMM (Fundo da Marinha Mercante), FNAC (Funda Nacional da Aviação Civil) e RdT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico), para pesquisas e desenvolvimento tecnológico visando às questões de sustentabilidade da infraestrutura e adaptação à mudança do clima.

4.

Informações
orçamentárias,
financeiras e
contábeis

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – JUNHO DE 2022

Até junho de 2022, o Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos) recebeu dotação de R\$ 13.263,6 milhões. Desse total, estão bloqueados R\$ 62.437 mil; foi empenhado R\$ 3.194.6 milhões; liquidados R\$ 1.700,4 milhões; e pagos R\$ 1.396,3 milhões.

	Resultado primário (a)	Dotação Atual (b)	Dotação Bloqueada (c)	Dotação Passível de Empenho (d) = (b) - (c)	Empenhado (e)	Liquidado (f)	Saldo a Empenhar (g) = (d) - (e)	Pago no Exercício (h)	Restos a Pagar Pagos (i)	Total Pago (j) = (h) + (i)	Restos a Pagar a Pagar (k)
Consolidado	Despesas Financeiras	9.896.359.546,00	-	9.896.359.546,00	205.368.672,25	200.550.432,70	9.690.990.873,75	200.550.432,70	1.688,92	200.552.121,62	8.311,08
	Despesas Obrigatórias	2.935.918.959,00	-	2.935.918.959,00	2.751.406.912,10	1.438.329.120,57	184.512.046,90	1.135.522.720,42	202.893.940,94	1.338.416.661,36	11.211.960,49
	Despesas Discricionárias	398.470.796,00	62.137.219,00	336.333.577,00	215.460.905,56	61.491.527,23	120.872.671,44	60.304.098,72	68.149.310,41	128.453.409,13	189.676.876,91
	Emendas	32.936.866,00	300.000,00	32.636.866,00	22.386.866,00	71.233,89	10.250.000,00	-	11.120.955,16	11.120.955,16	47.770.833,18
TOTAL		13.263.686.167,00	62.437.219,00	13.201.248.948,00	3.194.623.355,91	1.700.442.314,39	10.006.625.592,09	1.396.377.251,84	282.165.895,44	1.678.543.147,28	248.667.981,66

⁽¹⁾ Emendas RP2, RP6, RP7, RP8 e RP 9

⁽²⁾ Exclui reserva de contingência

⁽³⁾ Inclui UO 74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM

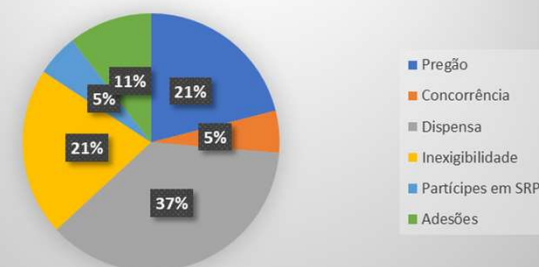
Destaca-se o DN TCU nº 198/2022, que informa da necessidade de apresentação das informações mais detalhadas. Nesse sentido evidenciamos o link do portal de transparência (<https://www.portaltransparencia.gov.br>), que disponibiliza todas as informações em conformidade com a Lei nº 12.527/2011.

LICITAÇÕES E CONTRATOS – JUNHO DE 2022

Em relação ao procedimento licitatório, observa-se no quadro ao lado, que foram realizados 19 (dezenove) procedimentos até junho de 2022, sendo os procedimentos de dispensa, inexigibilidade e pregão, os principais utilizados.

REALIZADOS EM 2022	
Pregão	4
Concorrência	1
Dispensa	7
Inexigibilidade	4
Participes em SRP	1
Adesões	2
TOTAL	19

Procedimentos Licitatório - Junho de 2022



Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Os procedimentos contratuais realizados até junho de 2022, estão evidenciados no quadro abaixo:

ACOMPANHAMENTO MÊS A MÊS DOS PROCEDIMENTOS							
PROCEDIMENTOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL PROCEDIMENTOS
<u>CONTRATAÇÕES</u>	2	1	2	5	2	1	13
<u>PRORROGAÇÕES</u>	2	1	0	2	1	0	6
<u>ALTERAÇÕES</u>	1	2	0	0	2	0	5
<u>REPACTUAÇÕES</u>	0	5	2	4	0	0	11
<u>REAJUSTES</u>	3	1	1	2	5	2	14
<u>RESCISÕES</u>	1	0	2	0	0	1	4
<u>PENALIDADES</u>	0	1	2	1	2	1	7
<u>REEQUILÍBRIOS</u>	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL POR MÊS	9	11	9	14	12	5	60

QUANTITATIVO DE INSTRUMENTOS FIRMADOS			
PROCEDIMENTOS	CONTRATO / RESCISÃO	TERMO ADITIVO	APOSTILA
<u>CONTRATAÇÕES</u>	13	-	-
<u>PRORROGAÇÕES</u>	-	6	-
<u>ALTERAÇÕES</u>	-	5	-
<u>REPACTUAÇÕES</u>	-	0	11
<u>REAJUSTES</u>	-	0	14
<u>RESCISÕES</u>	4	-	-
<u>REEQUILÍBRIOS</u>	-	0	0
TOTAL	17	11	25

No quadro evidenciado a esquerda, não estão relacionados os procedimentos de

Destaca-se o DN TCU nº 198/2022, que informa da necessidade de apresentação das informações mais detalhadas. Nesse sentido evidenciamos o link do portal de transparência (<https://www.portaltransparencia.gov.br>), que disponibiliza todas as informações em conformidade com a Lei nº 12.527/2011.

5.



Anexos e
apêndices

5.1 Lista de siglas e abreviações

AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
AESCOM - Assessoria Especial de Comunicação
AESINT - Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacional
AFRMM - Adicional ao frete para renovação da marinha mercante
AGEF - Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A
AGU - Advocacia-Geral da União
AL - América Latina
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
APFD - Administração Pública Federal Direta
APT - Avaliação das Políticas de Transportes
ASCOM - Assessoria de Comunicação
ASSAM - Assessoria Socioambiental
ATIT - Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
BF - Boletim Financeiro
BGU - Balanço Geral da União
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
BO - Boletim Orçamentário
BP - Boletim Patrimonial
BPM - Business Process Management
BR-LEGAL - Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
BSC - Balanced Scorecard
CADIPP - Cadastro de Interessados Ponto de Parada
CAPPL - Consultar Andamento de Processos Livre
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CC - Casa Civil
CDC - Companhia Docas do Ceará
CDFMM - Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
CDP - Companhia Docas do Pará
CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro
CDT - Canal Direto com os Transportes
CDU - Classificação Decimal Universal
CE - Comissão de Ética
CEG - Comitê Estratégico de Governança
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CETIT - Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
CGAA - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação
CGCAP - Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes
CGDC - Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
CGJA - Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos
CGMO - Coordenação-Geral de Modernização e Organização
CGRC - Comitê de Gestão, Riscos e Controles Iternos

CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria-Geral da União
CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CIL - Centro de Integração Logística
CLE - Corredores Logísticos Estratégicos
CNH-e - Carteira Nacional de Habilitação Eletrônica
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COAD - Coordenação de Administração do Pessoal Ativo
COAP - Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde
CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo
CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo
CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão
COE - Contratos Operacionais Específicos
COEX - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGETI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
COINF - Coordenação de Infraestrutura de Informática
COMAP - Coordenação de Material e Patrimônio
COMEX STAT - Sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro
CONAC - Conselho de Aviação Civil
CONAERO - Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuárias
CONAGH - Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
CONAPORTOS - Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
CONIT - Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
CONJUR - Consultoria Jurídica
CONSETRANS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
CORREG - Corregedoria
COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
COTEC - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPI - Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
CREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
CRLV-e - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Eletrônico
CTICS - Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
CTLAG - Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
CVC - Contagem Volumétrica Classificatória
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DEADE - Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército

DECON - Departamento de Concessões
DEDL - Departamento de Desenvolvimento e Logística
DEINT - Departamento de Informações de Transportes
DEPLAN - Departamento de Planejamento de Transportes
DEPTA - Departamento de Programas de Transportes Aquaviários
DEPTT - Departamento de Programas de Transportes Terrestres
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DGTI - Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação
DIBEN - Divisão de Benefícios
DICOP - Divisão de Concessão e Revisão de Pensão
DINOR - Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humana
DITC - Divisão de Treinamento e Capacitação
DIVAP - Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU - Diário Oficial da União
DP - Direito de Passagem
DT-e - Documento Eletrônico de Transporte
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EF - Estrada de Ferro
EGA - Sistema Eletrônico de Gabinete
EGP-TI - Escritório de Gerenciamento de Projeto de TI
EPL - Empresa de Planejamento e Logística
ETAV - Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade
ETC - Estação de Transbordo de Cargas
ETC - Estação de Transbordo de Carga
EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
FCPE - Funções Comissionadas Técnicas do Poder Executivo
FEP - Fundo de Estruturação de Projetos
FG - Funções Gratificadas
FHWA - Federal Highway Administration
FICO - Ferrovia Integração Centro Oeste
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FMM - Fundo da Marinha Mercante
FNAC - Fundo Nacional da Aviação Civil
FNS - Ferrovia Norte-Sul
FORMAR - Acompanhamento de Formação de Servidores
FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
GCN - Gestão de continuidade de Negócios
GEIPOT - Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
GM - Gabinete do Ministro
GPWEB - Gestão de Projetos WEB
GT - Grupo de Trabalho
GTPE - Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
HDM-4 - Highway Development and Management Model
HELP ONLINE - Guia prático de ajuda

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
 IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
 ICE - Índice de Conformidade Executiva
 ICP - Índice de Pertinência Complementar Propositivo
 IDE-T - Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte
 IDG - Indicador de Desempenho Geral
 iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
 IG-MInfra - Índice de Governança do Ministério da Infraestrutura
 IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
 InfraBR - Aplicativo para caminhoneiro gerenciar sua jornada
 IP4 - Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
 IPC - Índices de Preços ao Consumidor
 IPE - Índice de Porte Econômico
 IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 IPR - Instituto de Pesquisas Rodoviárias
 ITE - Índice de Temporalidade Executiva
 ITP - Índice de Temporalidade Propositivo
 JEO - Junta de Execução Orçamentária
 LAI - Lei de Acesso à Informação
 LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
 LOA - Lei Orçamentária Anual
 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MAPi - Meta Anual Projetada
 MBC - Movimento Brasil Competitivo
 MF - Ministério da Fazenda
 MFN - Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
 MInfra - Ministério da Infraestrutura
 MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MRE - Ministério de Relações Exteriores
 MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
 NEAT - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
 NF-e - Nota Fiscal Eletrônica
 NMAM - Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
 NMAT - Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
 NMEA - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas
 OAC - Obras de Arte Correntes
 OFI - Operadores Ferroviários Independentes
 OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 OGU - Orçamento Geral da União
 OMS - Organização Mundial da Saúde
 ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística
 ONU - Organização das Nações Unidas
 OTM - Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
 OUV - Ouvidoria-Geral

PA - Processo Administrativo
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PAEA - Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
 PAG - Prima Associação dos Governos
 PAM - Percentual de Ações Monitoradas
 PAN - Plano Aeroviário Nacional
 PANAC - Política Nacional de Aviação Civil
 PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
 PCN - Plano de Continuidade de Negócios
 PDA - Plano de Dados Abertos
 PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PEF - Pagamento Eletrônico de Frete
 PEI - Planejamento Estratégico Institucional
 PER - Programas de Exploração de Rodovias
 PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes
 PFA - Posto de Fiscalização e Atendimento
 PGEO - Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
 PGF - Procuradoria-Geral Federal
 PGINF - Programa Gestão da Informação
 PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 PHE - Plano Hidroviário Estratégico
 PIAF - Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
 PIL - Programa de Investimentos em Logística
 PIT - Planejamento Integrado de Transportes
 PMGP - Programa Modernizando a Gestão Pública
 PMI - Plano de Metas e Investimentos
 PNCV - Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
 PNIH - Plano Nacional de Integração Hidroviária
 PNL - Plano Nacional de Logística
 PNLI - Plano Nacional de Logística Integrada
 PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes
 PNP - Plano Nacional de Pesagem
 PNT - Política Nacional de Transportes
 PNTH - Política Nacional de Transporte Hidroviário
 PPA - Plano Plurianual da União
 PPei - Percentual de Participação do Projeto
 PPI - Programa de Parceria de Investimento
 PPP - Parceria Público-Privada
 PPV - Programa de Pesagem de Veículos
 PROCREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
 PRODEFENSAS - Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
 PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota de Transportes
 PROPASS - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário

Interestadual e Internacional de Passageiros
 PROSINAL - Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
 PSP - Plano Setorial de Parcerias
 RAD - Reuniões de Avaliação do Desempenho
 RAE - Reuniões de Acompanhamento da Estratégia
 RDC - Regime Diferenciado de Contratação
 REIDI - Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura
 RFB - Receita Federal do Brasil
 RFFSA - Rede Ferroviária Federal
 RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
 SAAD - Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
 SAC - Secretaria Nacional de Aviação Civil
 SAECI - Sistema da Assessoria de Controle Interno
 SAFF - Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
 SAMS - Serviço de Atendimento Médico-Social
 SAPPI - Sistema de Alimentação Ações de Estados
 SCA - Sistema de Controle de Acesso
 SCEPL - Sistema de Consulta Extrema Controle
 SCI - Subsecretaria de Conformidade e Integridade
 SCIMO - Sistema de controle de Instrumentos Médico e Odontológico
 SE - Secretaria Executiva – MT
 SEAINF - Serviço de Articulação e Informação
 SECR - Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
 SEGES - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
 SEI - Sistema Eletrônico de Informação
 SEP - Secretaria Especial de Portos
 SEPEN - Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões
 Seref - Serviço de Registro Funcional
 SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
 SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
 SFAT - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
 SFF - Sistema Ferroviário Federal
 SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias
 SGD - Sistema de Gestão de Documentos
 SGETI - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
 SGF - Sistema de Gestão de Frotas
 SGI - Sistema de Gestão Internet
 SGINP - Sistema de Gestão de Impressão de Processos
 SGON - Setor de Garagens Oficiais Norte
 SGP - Sistema de Gestão Processos
 SIADRE - Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
 SIAEP - Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas
 SIAEX - Sistema de Extração
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SICAF - Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
 SICAP - Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
 SICAR - Sistema de Controle de Arquivo
 SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal
 SICPAG - Sistema de Controle de Pagamento
 SICPAT - Sistema de controle de Pagamentos atrasados
 SIGAT - Sistema de Gestão das Ações de Transporte
 SIGEF - Sistema de Gestão Funcional
 SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
 SIGPAC - Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
 SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
 SIGT - Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
 SIMIC - Sistema de Microfilmagem
 SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 SIORC - Sistema de Orçamento
 SIORG - Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
 SIPEC - Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
 SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 SISG - Sistemas de Serviços Gerais
 SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
 SISPF - Sistema de Programação Financeira

SITRA - Sistema de Tramitação
 SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
 SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes
 Aquaviários SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres
 SNV - Sistema Nacional de
 Viação SOF - Secretaria
 Orçamento Federal
 SOPHIA - Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
 SPATIC - Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
 SPCE - Sistema de Paineis de Controle de
 Eficácia SPF - Sistema de Programação
 Financeira
 SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
 SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
 SPL - Sistema de Passe Livre
 SPNLT - Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego SPNT - Secretaria de Política Nacional de Transportes
 SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
 SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração SPU - Secretaria de Patrimônio da União
 SREAP - Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista
 STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

SUST - Subsecretaria de Sustentabilidade
 TAC - Termo de Ajuste de Conduta
 TAV - Trem de Alta Velocidade
 TCU - Tribunal de Contas da União
 TED - Termo de execução descentralizada
 TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação
 TM - Tráfego Mútuo
 TRC - Transporte Rodoviário de Cargas
 TRF - Tribunal Regional Federal
 TRIC - Transporte Rodoviário Internacional de Cargas
 TRIIP - Transporte Interestadual e Internacional Terrestre de Passageiros
 TUP - Terminais de Uso Privativo
 TUP - Terminal de Uso Privado
 UFF - Universidade Federal Fluminense
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
 UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
 UG - Unidade Gestora
 UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
 UPC - Unidade Prestadora de Contas
 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
 VMDA - Volume Médio Diário Anual
 Wi-fi - Rede Sem Fio
 ZAL's - Zonas de Atividades Logísticas e Elaboração de Estudos Técnicos das Hidrovias.